

Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria da Fazenda
Contadoria e Auditoria-Geral do Estado

BALANÇO GERAL **2019**

Eduardo Leite
Governador do Estado

Marco Aurelio Santos Cardoso
Secretário de Estado da Fazenda

Rogério da Silva Meira
Contador e Auditor-Geral do Estado

CONTADORIA E AUDITORIA-GERAL DO ESTADO

Av. Mauá, 1155 - sala 404-A - Tel.: (51) 3214-5200

90030-080 - Porto Alegre - RS

SETOR EMPRESARIAL

DEMONSTRATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

SUMÁRIO

SETOR EMPRESARIAL

1 - Banco do Estado do RS, S.A. - BANRISUL	07
2 - BANRISUL S.A. - Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	19
3 - BANRISUL S.A. - Administradora de Consórcios	47
4 - BANRISUL Cartões S.A.	61
5 - BANRISUL - Armazéns Gerais - BAGERGS	113
6 - Companhia de Abastecimento do RS - CEASA	139
7 - Companhia Riograndense de Mineração - CRM	155
8 - Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN	197
9 - Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP	217
10 - Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS	221
11 - Empresa Gaúcha de Rodovias - EGR	243
12 - Companhia de Gás do Estado do RS - SULGÁS	259
13 - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	293
14 - Companhia Estadual de Geração e Distribuição de Energia Elétrica CEEE-GT	397
15 - Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par	513
16 - Companhia de Processamento de Dados do Estado do RS - PROCERGS	627

**Banco do Estado do Rio
Grande do Sul, S.A.
BANRISUL**



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Modernização Tecnológica

Tecnologia e Segurança da Informação

O processo de modernização tecnológica no Banrisul inclui a transformação digital, ampliação da infraestrutura de TI e o compromisso cada vez maior com a segurança da informação. O Banco direciona esforços na implementação de melhorias e inovações, por meio de investimentos em desenvolvimento de sistemas, contratação de serviços e manutenção de bens. No ano de 2019 o Banrisul investiu R\$298,0 milhões em modernização tecnológica.

Em 2019, diversas ações foram realizadas visando a melhoria contínua dos mecanismos de segurança, como o aprimoramento no tratamento de segurança das transações em caixas eletrônicos e na emissão do cartão de Identidade Digital utilizado pelo público interno para acesso às aplicações de negócio; atendimento às exigências das bandeiras, para garantir a autenticidade do portador do cartão de crédito Banrisul em transações online; maior governança nas concessões de acesso sistêmico na Instituição e edição de medidas de segurança nos canais de *Internet Banking*. No mesmo âmbito, aconteceram as recertificações PCI - PIN Security, o que assegura a permanência do Banrisul no mercado de captura de transações comerciais envolvendo PIN (senha do cliente), e PCI - DSS da rede Vero, para a continuação do negócio de aquisição de cartões Visa, Mastercard e Elo.

A manutenção da segurança da informação do Banrisul passa por um processo contínuo de avaliação de vulnerabilidades, para isso o Banrisul contratou nova empresa especializada para testar a segurança, por meio de um conjunto de técnicas e ferramentas especializadas, voltadas à identificação e prevenção de vulnerabilidades. Durante o ano de 2019 houve também a definição de requisitos de segurança para a emissão do cartão de crédito sem contato e para a realização de transações de comércio eletrônico; o potencial cliente possui agora a opção de adquirir o cartão de crédito de forma digital, com o mesmo nível de segurança quando solicitado diretamente na agência; a criação de um serviço corporativo para assinatura digital de qualquer tipo de documento, em conformidade com o padrão Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil e habilitação da rede Vero para capturar transações de mais bandeiras.

Buscando a conformidade com a Resolução nº 4.658/18 do Bacen, diversos projetos de segurança foram implementados em 2019, entre eles a campanha de conscientização alertando sobre a importância do comportamento seguro ao lidar com dados e informações, com a divulgação da nova Política de Segurança da Informação do Banrisul. Destaca-se ainda, a realização da 12ª edição do Fórum Internacional de TI Banrisul, com um público de 3 mil pessoas, explorando a temática "Inovação e Transformação Digital: O Impacto nos Modelos de Negócios".

Com o objetivo de manter o Banrisul em linha com o que há de mais moderno e incrementar a disponibilidade da Infraestrutura de TI, foi modernizada a comunicação do ambiente de telefonia de analógica para digital; realizada a internalização total do ambiente computacional de *call center*; e substituído o equipamento responsável pela criptografia dos dispositivos portáteis (POS) por uma solução atualizada, moderna e robusta, o que possibilitou implementar os mais atualizados métodos de segurança para as transações envolvendo cartões, bem como foi atualizada a tecnologia dos equipamentos de conectividade da rede de armazenamento de dados do Banrisul, possibilitando que a capacidade máxima de transferência de dados fosse aumentada em três vezes, em comparação com a tecnologia substituída.

No período, foi realizada a renovação de todo o parque de celulares corporativos. Esse processo teve como meta fornecer dispositivos com maior capacidade de processamento e com as versões mais recentes dos sistemas operacionais Android e iOS. Com isso, objetiva-se agilizar e tornar mais efetivas as áreas de suporte e negócio no processo de disponibilização de produtos e serviços. Foram ampliados os serviços de processamentos de TI implementados na nova solução de controle de produção, os quais garantem uma gestão mais eficiente dos recursos de TI e a redução do risco operacional que atendem os negócios, tais como: contas correntes, fundos de investimentos, cobrança, depósito a prazo, agendamento de pagamentos, dentre outros. Além disso, houve evolução significativa no processo de consolidação dos alertas de monitoração dos ativos de infraestrutura de TI, comunicações e sistemas, agrupando-os em soluções que a TI provê para a sustentação dos canais de atendimento e serviços de negócio do Banco, o que possibilitou identificar mais assertivamente o impacto de mudanças ou falhas no ambiente de TI, nos respectivos negócios do Banrisul.

No que se refere a arquitetura computacional, destacam-se as iniciativas de realização de investimentos na atualização em soluções mais evoluídas de Prevenção de Intrusões e filtros de proteção da rede para gerar maior segurança ao ambiente de TI, permitindo monitoramento e análise em possíveis ameaças na rede corporativa do Banco. Sempre com foco na modernização dos componentes de infraestrutura, foi realizada a atualização do sistema operacional dos ativos da plataforma Windows, mitigando, desta forma, vulnerabilidades de segurança e garantindo o suporte do fabricante para os sistemas operacionais. Também cabe destaque à continuidade do projeto de construção do Novo Data Center.

No que se refere ao desenvolvimento de sistemas, foram implementadas melhorias e ferramentas nas áreas de suporte ao desenvolvimento de sistemas de negócios, tendo como principal objetivo agregar maior qualidade, agilidade, modernidade e segurança no desenvolvimento e administração de sistemas, tais como: (i) maior controle sobre a qualidade de programas desenvolvidos; (ii) novas funcionalidades para a automação de testes de sistemas; (iii) adequação da interface gráfica dos sistemas a modernos recursos de navegadores; (iv) soluções para criação de campanhas de envio de notificações (PUSH) sobre produtos do Banco no app Banrisul

Digital; (v) disponibilização de estatísticas de *download* do aplicativo Banrisul Digital, com a associação ao cartão virtual, para as redes sociais Google e Facebook; (vi) modernização dos sistemas de investimento em depósito a prazo, possibilitando a oferta de novos produtos e implementando melhorias na demonstração das informações aos clientes; e (vii) implantação do Portal de Seguros, Previdência e Capitalização no aplicativo Banrisul Digital, onde o usuário pode consultar o portfólio de produtos oferecidos, os produtos/apólices contratados, os canais de contato com o Banco, tutoriais explicativos sobre esses produtos, além de receber aviso da proximidade de vencimento de apólices de seguros contratados.

Transformação Digital

Com foco em promover um ambiente favorável aos ecossistemas digitais, preparando o Banrisul para o novo momento do sistema bancário, a Transformação Digital envolve as áreas de negócio e tecnologia da Instituição, intensificando ações de promoção da cultura ágil com outras unidades do Banco. Alinhado a esta missão, foram inseridos, aproximadamente, 1.500 empregados nesta nova cultura, por meio de instrução em disciplina de MBA, treinamentos e palestras. As iniciativas de 2019 estiveram centradas para a formação de novos *squads* e estruturação de novas jornadas em times já atuantes no Banco, alinhando os objetivos estratégicos da Instituição às soluções desenvolvidas. Também foram implementadas ações para modernização de processos e ferramentas tecnológicas para suportar o desenvolvimento de novos produtos de forma mais ágil e fluida, e continuada a busca por novas fronteiras tecnológicas com a participação no lançamento da Rede Blockchain do Sistema Financeiro Nacional - RBSFN.

Entre os *squads* atuantes em 2019, destacam-se: (i) conclusão da solução de recuperação de crédito no app Banrisul Digital e das melhorias implementadas no Portal de Renegociação de Dívidas; (ii) jornada de abertura de contas para os Universitários, no app Banrisul Digital, que teve sua relevância ratificada com o convênio entre Banrisul e CIEE-RS, para o pagamento das bolsas-auxílio dos estagiários, o qual já possui mais de 3,5 mil contas abertas com adesão de cartão de crédito e limite de conta; (iii) implementação de novo formato simplificado para acesso ao app Vero, com novas funcionalidades, disponibilizando aos credenciados, entre outras, uma alternativa para o acompanhamento do faturamento necessário para a isenção de franquia da máquina; (iv) disponibilização de simulação do Crédito 1 Minuto para clientes e estabelecimentos comerciais, em formato mais claro e dinâmico no site do Banco e no aplicativo; (v) disponibilização no app Banrisul Digital de consulta aos limites de crédito pessoal contratados (*mix* pessoa física); (vi) otimização da jornada de credenciamento à rede Vero, visando redução significativa do tempo médio para finalização do processo de aquisição de uma solução de meio de pagamento; (vii) jornada de modernização do cartão de crédito Libre no app Banrisul Digital, exclusivamente para não correntistas; e (viii) continuação realização de pesquisas junto aos usuários, identificando e validando propostas, tanto para evolução do app Banrisul Digital quanto para soluções ligadas ao agronegócio.

Recursos Humanos

O Banrisul encerrou o ano de 2019 com 10.283 empregados, dos quais 45% mulheres e 55% homens, e com 1.990 estagiários de nível médio e superior. As mulheres representam 33% das funções de liderança e alta gestão do Banco. Para a manutenção da qualidade do atendimento aos clientes, em 2019 foram contratados, via concurso público, 200 novos empregados para atuar na Rede de Agências.

Tendo a educação como diferencial no desenvolvimento do profissional, a Universidade Corporativa do Banrisul oportunizou, em 2019, 80 horas de capacitação por empregado, sendo 371.571 horas em cursos presenciais e 451.160 horas em cursos na modalidade EAD. No total, foram realizados 2.911 cursos de aperfeiçoamento e capacitação, com mais de 133 mil participações. O Banrisul também incentivou a qualificação dos empregados por meio de subsídio parcial a cursos de nível superior. Ao final de 2019, 70,1% dos empregados possuíam ensino superior completo e 22,6% possuíam cursos de pós-graduação. O investimento total em educação corporativa foi de R\$18,5 milhões, com foco nas ações de desenvolvimento dos empregados, alinhado à estratégia do Banco.

Responsabilidade Socioambiental

A Política de Responsabilidade Socioambiental do Banrisul - PRSA, estabelece as diretrizes de sustentabilidade para o Banco e todas as empresas controladas do Grupo Banrisul. Em consonância com a PRSA, o Banrisul participa do Comitê Deliberativo do Programa Sustentare, que visa minimizar danos causados ao meio ambiente e potencializar a inclusão social.

No aspecto ambiental, participa da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Governo do Estado, dos comitês gestores do Plano Estadual de Agroecologia e de Produção Orgânica - PLEAPO e do Programa Estadual de Conservação de Solo e Água, que incentivam a agricultura sustentável. O Banrisul beneficiou, por meio do Programa Sementes, agricultores, estudantes, quilombolas e indígenas com a distribuição de sementes agrícolas. O programa está em consonância com o objetivo de estimular estratégias de desenvolvimento rural sustentável nas comunidades onde o Banco está inserido. Dentre as ações socioambientais, destaca-se o projeto Coletor de Tampinhas, que destina a verba da reciclagem de lâmpas plásticas para a aquisição de bengalas a pessoas com deficiência visual.

No âmbito socioeducacional o Projeto Pescar Banrisul, que oferece, anualmente, a 20 jovens entre 16 e 19 anos, o curso de Iniciação Profissional em Serviços Administrativos, ministrado por instrutores voluntários do Banrisul, formou a 16ª turma em 2019 e concluiu a seleção para a 17ª turma que iniciará em 2020. Durante o ano de 2019, o Banrisul propiciou *workshops* a respeito do tema Diversidade no Fórum Altitudes para Cidades Sustentáveis, que envolveu 500 participantes, na região do Vale Paranhana. Ainda no viés da Diversidade, foi desenvolvida

a animação 13 anos da Lei Maria da Penha, compartilhada com colaboradores e em mídias sociais, além de *workshops* em cursos de formação internos.

No ambiente corporativo, o Banco disponibilizou no ano de 2019 os cursos EAD de Sustentabilidade Corporativa, que aborda princípios de sustentabilidade no setor financeiro e na Instituição, e o de Gestão de Resíduos, que orienta sobre a separação correta do lixo e incentiva o consumo consciente. Com objetivo de resgatar a história de seus 91 anos, o Museu Banrisul recebeu os novos empregados oriundos do concurso público, em visita guiada no Espaço Memória Banrisul, e acolheu visitas técnicas de estudantes universitários.

Reconhecimentos

Mar/2019 Banrisul é marca líder como empresa pública e banco no RS.

Pesquisa Marcas de Quem Decide.

Mar/2019 Banrisul é destaque no prêmio Top Consumidor - Marcas de Respeito 2019.

Pesquisa do Instituto Nacional de Educação do Consumidor e do Cidadão e pela Revista Consumidor.

Mai/2019 Banrisul é o banco mais lembrado na pesquisa *Top of Mind RS*.

A premiação é promovida pela Revista Amanhã em parceria com a Engaje Pesquisas.

Jun/2019 Banrisul Armazéns Gerais recebe o Prêmio Exportação RS.

A distinção foi concedida pela ADVB/RS.

Jun/2019 Solução de Monitoração Cognitiva do Banrisul é vencedora do *Prêmio efinance*.

A distinção foi concedida pela Editora Executivos Financeiros de São Paulo.

Jun/2019 Banrisul é destaque no *ranking de Instituições Top 5 do Banco Central*.

Set/2019 Ferramenta para cartões de crédito do app Banrisul Digital está entre as melhores do mercado.

Estudo realizado pela empresa paulista CardMonitor, especializada em pesquisa e avaliação de tendências no mercado de cartões.

Set/2019 Banrisul e Rio Grande Seguros são destaques em *ranking nacional*.

Ranking Finanças, elaborado pelo jornal Valor Econômico, de São Paulo, em parceria com a Serasa Experian e o Centro de Estudos em Finanças da Fundação Getúlio Vargas.

Set/2019 Banrisul é uma das maiores empresas de capital aberto do País.

Levantamento da consultoria Economica e publicado no anuário Melhores e Maiores, edição de 2019, da revista Exame.

Out/2019 Banrisul é destaque no estudo *Estação Empresas Mais - O Ranking das Maiores Companhias do Brasil*.

Levantamento desenvolvido pelo jornal O Estado de São Paulo em parceria com a Fundação Instituto de Administração e a Austin *Rating*, agência classificadora de riscos.

Nov/2019 Diretor de TI e Inovação do Banrisul recebe premiação nacional.

A homenagem ocorreu na 3ª edição do *4Network Award*, em São Paulo.

Nov/2019 Banrisul é um dos vencedores do Prêmio Ouvidorias Brasil 2019

Concedido pela Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente, o prêmio foi entregue no III Fórum Nacional de Ouvidorias, realizado em São Paulo.

Nov/2019 Infraestrutura em TI do Banrisul vence Prêmio Relatório Bancário 2019.

Premiação promovida pela empresa paulista Cantarino Brasileiro.

Nov/2019 Banrisul é uma das maiores empresas da Região Sul - *ranking 500 Maiores do Sul*.

Segundo levantamento do Grupo Amanhã e da consultoria PwC Brasil.

Dez/2019 Banrisul é eleito Marca do Ano pela ARP 2019.

Concedido pela Associação Riograndense de Propaganda.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	36.245.021	40.686.100	38.211.585	42.319.714
Disponibilidades (Nota 04)	1.161.173	886.013	1.161.179	886.049
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 05)	1.011.687	4.593.001	1.012.969	4.602.385
Aplicações no Mercado Aberto	1.003.615	4.500.482	1.004.897	4.509.866
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.072	92.519	8.072	92.519
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 06)	5.623.834	7.369.149	5.931.403	7.718.598
Carteira Própria	4.616.071	2.449.171	5.092.427	3.039.134
Vinculados a Compromissos de Recompra	998.500	4.185.217	810.823	3.933.006
Instrumentos Financeiros Derivativos	9.263	-	9.263	-
Vinculados ao Banco Central	-	709.861	-	709.861
Vinculados à Prestação de Garantias	-	24.900	18.881	36.588
Moedas de Privatização	-	-	9	9
Relações Interfinanceiras	12.207.651	12.184.602	13.872.692	13.447.096
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	3.442	2.632	1.668.483	1.265.126
Créditos Vinculados (Nota 07)	-	-	-	-
Depósitos no Banco Central	12.186.091	12.162.020	12.186.091	12.162.020
Convênios	46	43	46	43
Correspondentes	18.072	19.907	18.072	19.907
Relações Interdependências	125.338	117.941	125.338	117.941
Recursos em Trânsito de Terceiros	2.358	1.898	2.358	1.898
Transferências Internas de Recursos	122.980	116.043	122.980	116.043
Operações de Crédito (Nota 08)	11.222.316	10.557.126	11.222.316	10.557.126
Operações de Crédito	-	-	-	-
Sector Público	17.952	11.649	17.952	11.649
Sector Privado	11.568.502	11.017.857	11.568.502	11.017.857
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	3.472	4.209	3.472	4.209
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(367.610)	(476.589)	(367.610)	(476.589)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 08)	13.247	15.808	13.247	15.808
Operações de Arrendamento a Receber	-	-	-	-
Sector Público	2.280	3.181	2.280	3.181
Sector Privado	12.136	14.169	12.136	14.169
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(1.169)	(1.542)	(1.169)	(1.542)
Outros Créditos (Nota 09)	4.750.629	4.871.731	4.739.641	4.882.938
Avais e Fianças Honrados	8.498	2.583	8.498	2.583
Carteira de Câmbio	715.084	821.118	715.084	821.118
Rendas a Receber	229.283	213.295	135.794	128.032
Negociação e Intermediação de Valores	-	17.988	19.567	46.266
Créditos Específicos	-	-	839	835
Diversos	4.048.532	3.941.968	4.112.487	4.021.175
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(250.768)	(125.221)	(252.628)	(137.071)
Outros Valores e Bens (Nota 10)	129.146	90.729	132.800	91.773
Outros Valores e Bens	2.746	2.838	5.588	2.927
Despesas Antecipadas	126.400	87.891	127.212	88.846
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	41.891.416	33.623.504	41.916.932	33.650.381
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 06)	18.990.465	12.660.646	19.000.188	12.674.761
Carteira Própria	15.830.482	12.660.499	15.830.482	12.660.499
Vinculados a Compromissos de Recompra	2.587.521	-	2.587.521	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	122.046	-	122.046	-
Vinculados ao Banco Central	423.646	-	423.646	-
Vinculados à Prestação de Garantias	26.770	147	36.493	14.262
Relações Interfinanceiras	1.074.400	1.015.245	1.074.400	1.015.245
Créditos Vinculados (Nota 07)	-	-	-	-
Sistema Financeiro da Habitação	1.074.400	1.015.245	1.074.400	1.015.245
Operações de Crédito (Nota 08)	19.246.523	17.737.469	19.246.523	17.737.469
Operações de Crédito	-	-	-	-
Sector Público	86.143	69.348	86.143	69.348
Sector Privado	21.284.697	19.650.357	21.284.697	19.650.357
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	18.833	24.181	18.833	24.181
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.143.150)	(2.006.417)	(2.143.150)	(2.006.417)
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 08)	15.711	13.398	15.711	13.398
Operações de Arrendamento a Receber	-	-	-	-
Sector Público	768	1.422	768	1.422
Sector Privado	16.298	13.260	16.298	13.260
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(1.355)	(1.284)	(1.355)	(1.284)
Outros Créditos (Nota 09)	2.318.136	2.097.427	2.333.841	2.110.189
Carteira de Câmbio	1.624	2.547	1.624	2.547
Diversos	2.364.514	2.143.786	2.380.219	2.156.548
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(48.002)	(48.906)	(48.002)	(48.906)
Outros Valores e Bens (Nota 10)	246.181	99.319	246.269	99.319
Outros Valores e Bens	314.737	154.232	314.825	154.232
Provisão para Desvalorização	(90.667)	(73.406)	(90.667)	(73.406)
Despesas Antecipadas	22.111	18.493	22.111	18.493
PERMANENTE	2.858.359	2.721.239	1.421.072	1.457.787
Investimentos (Nota 11 (a))	1.644.747	1.403.030	137.937	119.810
Participação em Coligadas e Controladas no País	1.638.128	1.395.894	131.244	112.599
Outros Investimentos	11.395	11.921	11.537	12.064
Provisão para Perdas	(4.776)	(4.785)	(4.844)	(4.853)
Imobilizado de Uso (Nota 11 (b))	250.483	195.445	319.839	215.100
Imóveis de Uso	125.147	113.220	140.855	128.893
Outras Imobilizações de Uso	710.432	655.997	791.859	682.269
Depreciação Acumulada	(585.096)	(573.772)	(612.875)	(596.062)
Intangível (Nota 11 (c))	963.129	1.122.764	963.296	1.122.877
Ativos Intangíveis	1.613.140	1.593.967	1.615.362	1.596.077
Amortização Acumulada	(650.011)	(471.203)	(652.066)	(473.200)
TOTAL DO ATIVO	80.994.796	77.030.843	81.549.589	77.427.882



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Atribuível aos Acionistas da Controladora									
	Reservas de Lucros					Lucros		Participação de Não Controladores	Total Banrisul Consolidado	
	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Legal	Estatutária	Para Expansão	Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Saldo em 01 de janeiro de 2018	4.750.000	-	4.511	476.623	1.675.108	316.884	(191.377)	-	7.031.749	3.276
Redução de Capital Social (Nota 23(a))	(353.281)	-	-	-	-	-	-	-	(353.281)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste MTM - Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	-	(602)	-	(602)	-
Ajustes de Avaliação Atuarial	-	-	-	-	-	-	(52.172)	-	(52.172)	-
Ajustes de Variação Cambial de Investimento no Exterior	-	-	-	-	-	-	52.687	-	52.687	-
Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	556	556	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.048.629	1.048.629	-
Destinação do Lucro Líquido (Nota 23(b))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	52.432	249.049	327.228	-	(628.709)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(406.100)	(406.100)	-	(406.100)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(13.820)	(13.820)	-	(13.820)
Dividendos Exercícios Anteriores	-	-	-	-	(32.019)	-	-	(32.019)	-	(32.019)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.396.719	-	4.511	529.055	1.892.138	644.112	(191.464)	-	7.275.071	3.832
Saldo em 01 de janeiro de 2019	4.396.719	-	4.511	529.055	1.892.138	644.112	(191.464)	-	7.275.071	3.832
Aumento de Capital Social (Nota 23 (a))	803.281	-	-	-	(159.169)	(644.112)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste MTM - Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	-	585	-	585	-
Ajustes de Avaliação Atuarial	-	-	-	-	-	-	(214.824)	-	(214.824)	-
Ajustes de Variação Cambial de Investimento no Exterior	-	-	-	-	-	-	15.337	-	15.337	-
Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	(1.837)	-	(1.837)
Realização para Resultados de Exercícios Futuros (Nota 23(c))	-	-	-	-	-	-	(91.589)	(91.589)	-	(91.589)
Realização dos Ajustes de Benefícios Pós-Emprego	-	-	-	-	-	105.371	(105.371)	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.344.418	1.344.418	-	1.344.418
Destinação do Lucro Líquido (Nota 23 (b))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	67.221	336.105	207.501	-	(610.827)	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(462.925)	(462.925)	-	(462.925)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(73.706)	(73.706)	-	(73.706)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.200.000	-	4.511	596.276	2.069.074	207.501	(284.995)	-	7.792.367	1.995
Saldo em 01 de janeiro de 2020	4.396.719	803.281	4.511	561.822	1.884.549	-	(132.573)	-	7.518.309	4.158
Aumento de Capital Social (Nota 23 (a))	803.281	(803.281)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste MTM - Títulos Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	-	445	-	445	-
Ajustes de Avaliação Atuarial	-	-	-	-	-	-	(172.305)	-	(172.305)	-
Ajustes de Variação Cambial de Investimento no Exterior	-	-	-	-	-	-	19.438	-	19.438	-
Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	(2.163)	-	(2.163)
Realização para Resultados de Exercícios Futuros (Nota 23(c))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação do Lucro Líquido (Nota 23 (b))	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	-	-	-	-	11.396	11.396	-	11.396
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	689.070	689.070	-	689.070
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.200.000	-	4.511	596.276	2.069.074	207.501	(284.995)	-	7.792.367	1.995

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras..

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Apresentamos a seguir as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma) e distribuídas da seguinte forma:

NOTA 01 Contexto Operacional

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul" ou "Instituição") é uma sociedade anônima, controlada pelo Estado do Rio Grande do Sul, de capital aberto que atua sob a forma de banco múltiplo e opera nas áreas comercial, de crédito, de financiamento e de investimento, de desenvolvimento, de arrendamento mercantil, inclusive nas de operações de câmbio. Por intermédio de suas controladas e coligadas, atua em diversas outras atividades, com destaque para corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de consórcios, meios de pagamentos, seguros e previdência. As operações são conduzidas por um conjunto de Instituições que agem de forma integrada no mercado financeiro. O Banrisul atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Rio Grande do Sul, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

NOTA 02 Apresentação das Demonstrações Financeiras

(a) As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com observância à Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - Bacen e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As demonstrações financeiras incluem práticas e estimativas contábeis no que se refere à constituição de provisões e determinação de certos valores dos ativos integrantes de sua carteira de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros Derivativos e Imposto Diferido. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e provisões, os resultados auferidos podem ser diferentes dos estimados.

(b) As demonstrações financeiras individuais do Banrisul incluem as operações realizadas no país, bem como a consolidação de suas dependências no exterior (Miami e Grand Cayman). A soma dos ativos e dos passivos e os resultados gerados pelas dependências no exterior, antes das eliminações de consolidação, estão assim resumidos:

Ativo	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito	455.881	429.823
Operações com Sede no Brasil	337.969	301.570
Outras Operações de Crédito	117.912	128.053
Outros Ativos	217.533	133.570
Imobilizado de Uso	39	14
Total do Ativo	673.453	563.207
Passivo	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos	231.974	149.723
Operações com Sede no Brasil	196.883	117.299
Outros Depósitos	35.091	32.424
Outras Obrigações	1.821	1.880
Outros Passivos	36.197	40.831
Patrimônio Líquido	403.461	370.773
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	673.453	563.207

Demonstração do Resultado	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Receitas da Intermediação Financeira	24.115	21.494
Despesas da Intermediação Financeira	(2.794)	(2.656)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(3.970)	(2.859)
Lucro Líquido do Período	17.351	15.979

Os efeitos da variação cambial sobre as operações nas dependências no exterior estão distribuídos nas linhas da demonstração do resultado conforme a natureza das contas patrimoniais correspondentes e os ajustes de variação cambial decorrentes do processo de conversão estão registrados como componente do Patrimônio Líquido, no montante de R\$15.337 (31/12/2018 - R\$52.687).

(c) As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações do Banrisul, das dependências no exterior, das empresas controladas e de fundo de investimento em que o Banrisul assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados, bem como foram deduzidos os efeitos do resultado do período e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. A participação de não controladores é inicialmente mensurada pela parcela proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. As mudanças na participação do Banrisul em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais.

A tabela a seguir apresenta as empresas controladas e o fundo de investimento, incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Atividade	31/12/2019	31/12/2018
Banrisul Armazéns Gerais S.A.	Prestação de Serviços	99,50%	99,50%
Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio	Corretora	98,98%	98,98%
Banrisul S.A. Administradora de Consórcios	Administração de Consórcios	99,68%	99,68%
Banrisul Cartões S.A.	Meios de Pagamentos	99,78%	99,78%
Lucro Grupo Fundo de Investimento Renda Fixa Curto Prazo	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%

(d) As Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro são apresentadas a valor presente dos contratos no Balanço Patrimonial e as receitas e despesas relacionadas, que representam o resultado financeiro dessas operações, estão apresentadas na demonstração do resultado, na rubrica Operações de Arrendamento Mercantil, na Demonstração do Resultado. (e) As demonstrações financeiras elaboradas para o exercício apresentado foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banrisul em 05 de fevereiro de 2020.

(f) Reapresentação de Saldos Comparativos

As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão considerando as alterações de contas contábeis introduzidas pela Carta Circular nº 3.828/17 do Bacen - Arranjo de Pagamento. Como consequência, os saldos apresentados nessas demonstrações financeiras diferem daqueles apresentados em exercícios anteriores nas seguintes rubricas:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	31/12/2018	Ajuste	31/12/2018 (Reclassificado)
Receitas de Prestação de Serviços	676.484	269.588	946.072
Rendas de Tarifas Bancárias	1.319.810	(268.759)	1.051.051
Outras Receitas Operacionais	332.093	(829)	331.264

NOTA 03 Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para elaboração das demonstrações financeiras foram:

(a) Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência.

(b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução nº 3.604/08 do CMN), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e de aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente convertíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

(c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam os recursos aplicados no mercado interbancário. São apresentadas pelo valor presente, calculadas *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuadas.

(d) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com a Circular nº 3.068/01 do Bacen e regulamentação complementar, são classificados e avaliados em três categorias específicas, atendendo os critérios de contabilização:

- **Títulos para Negociação** - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos reconhecidos na demonstração do resultado.

- **Títulos Disponíveis para Venda** - incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a obtenção de ganhos e as perdas, quando realizados, serão reconhecidos no resultado de hedge por intermédio de variações por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são ajustados pelo valor de mercado, deduzido perda de caráter permanente, quando aplicável, sendo os seus rendimentos auferidos reconhecidos no resultado. Os ganhos e as perdas, decorrentes das variações do valor de mercado e ainda não realizados, são reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável, denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial" até a sua realização por venda.

- **Títulos Mantidos até o Vencimento** - incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo registrados ao custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente, atualizados *pro rata temporis* em contrapartida ao resultado do exercício. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos.

(e) Instrumentos Financeiros Derivativos

São classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do Bacen. As operações com instrumentos financeiros derivativos, efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante decorrente do derivativo ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting*. Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Banrisul adota a contabilidade de *hedge* ou *hedge accounting* e designa os derivativos contratados para proteção da dívida subordinada (Nota 15) como *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de risco de mercado).

O Banrisul documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. O Banrisul também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 06. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e, como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

Hedge de Risco de Mercado - são classificados nesta categoria os instrumentos financeiros derivativos que se destinam a compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *hedge*. O Banrisul considerou nesta categoria os derivativos contratados com objetivo de proteção da variação de moeda estrangeira oriunda da emissão da dívida denominada em US\$ com nominal de 523,185 milhões com vencimento em 02 de fevereiro de 2022, descrito na Nota 15. Na data de 31 de dezembro de 2019, os únicos derivativos vigentes referem-se aos *swaps*.

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado, com qualquer variação nos valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido (Nota 06 (d)). O ganho ou perda relacionado com essa operação é reconhecido

na demonstração do resultado como "Resultado Bruto da Intermediação Financeira".

(f) Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Concessão de Crédito

Todas as operações de crédito e arrendamento mercantil têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, de AA até H. A tabela com o resumo dessa classificação está apresentada na Nota 08.

As operações de crédito e arrendamento mercantil são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados, sendo atualizadas até o sexagésimo dia de atraso. Após esse prazo, o reconhecimento de receita ao resultado ocorre quando efetivamente recebidas as operações.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução nº 2.682/99 do CMN, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos (Nota 08 (g)).

(g) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, é constituída a partir de modelos internos de risco que classificam as operações de acordo com os *ratings* previstos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. Historicamente a provisão mantém-se em níveis considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas.

O valor total da provisão para perdas em operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, está demonstrado na Nota 08(f).

(h) Outros Valores e Bens

Compostos basicamente por Bens Não Destinados a Uso, que correspondem a imóveis disponíveis para venda, próprios desativados e/ou recebidos em dação de pagamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

(i) Ativo Permanente

Investimentos - os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada, observando as mesmas práticas contábeis do controlador, ou seja, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. Os outros investimentos são registrados pelos seus valores de custo e, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas. O ágio corresponde ao valor excedente pago na aquisição de investimento decorrente da expectativa de geração de ganhos econômicos futuros, e é submetido anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

- **Imobilizado de Uso** - imóveis de uso compreendem principalmente terrenos e edifícios. Conforme estabelece a Resolução nº 4.535/16 do CMN, os imóveis de uso estão demonstrados pelo custo histórico deduzidos da depreciação, assim como todos os demais itens do ativo imobilizado. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção dos bens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o seu custo possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são reconhecidos no resultado do exercício como despesas operacionais desde que não resultem efetivamente no aumento do prazo de vida útil, sua eficiência ou produtividade, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros bens é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme apresentada a seguir:

Imobilizado	Estimativa da Vida Útil em Anos
Instalações	60
Equipamentos em Uso	25
Outros	7

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Anualmente é realizada a revisão de vida útil e emissão de laudo correspondente.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se for maior do que seu valor recuperável estimado. O valor recuperável é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em Outras Receitas (Despesas) Operacionais na demonstração do resultado.

- **Intangível** - corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. A Resolução nº 4.534/16 do CMN, estabelece o reconhecimento do valor intangível pelo valor de custo, e a amortização dos bens com vida útil definida reconhecida ao longo da vida útil estimada pelo método linear.

Esse grupo está representado por contratos de prestação de serviços bancários e de aquisição de softwares conforme descrito a seguir:

Intangível	Estimativa da Vida Útil em Anos
Folhas de Pagamento	5 e 10
Softwares	3 a 7

Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento

Sector Público - referem-se aos contratos firmados relativos a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade com o Estado do Rio Grande do Sul, Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, prefeituras e demais órgãos públicos. Foram realizados estudos internos e de especialistas e não foi identificado indício de *impairment* relacionado a esses ativos (Nota 11(c)).

Sector Privado - referem-se aos contratos firmados com o setor privado, possuem vigência por cinco anos, sendo amortizados pelo prazo contratual decorrido. Não foram identificadas perdas no valor recuperável destes ativos.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares, de três a sete anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Banrisul, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

O valor contábil de um ativo intangível é imediatamente



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTINUAÇÃO)

(c) Títulos Mantidos até o Vencimento

A composição da Carteira de Títulos Mantidos até o Vencimento por tipo de papel, demonstrada pelo seu valor de custo acrescido dos rendimentos, é a seguinte:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado	Custo de Aquisição Atualizado	Valor de Mercado
Títulos Públicos Federais				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	18.767.011	18.768.866	18.776.734	18.778.589
Títulos Públicos Federais - CVS	83.254	81.706	83.254	81.706
Certificados Recebíveis Imobiliários - CRI	18.154	17.204	18.154	17.204
Letras Financeiras	2.748	3.444	2.748	3.444
Total em 31/12/2019	18.871.167	18.871.220	18.880.890	18.880.943
Total em 31/12/2018	16.349.920	16.337.222	16.364.035	16.351.337

Composição por Prazo de Vencimento:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Até 3 meses	2.748	3.655.770	2.748	3.655.770
De 3 a 12 meses	-	33.504	-	33.504
De 1 a 3 anos	2.247.515	1.450.909	2.252.719	1.460.760
De 3 a 5 anos	9.822.099	4.203.957	9.826.618	4.203.957
De 5 a 15 anos	6.798.805	7.005.780	6.798.805	7.010.044
Total	18.871.167	16.349.920	18.880.890	16.364.035

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira e intenção de manter esses títulos até o vencimento.

(d) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banrisul participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos na modalidade swap, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global.

A utilização dos instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo, predominantemente, mitigar os riscos decorrentes das oscilações cambiais da operação de captação externa efetuada pelo Banrisul, citada na Nota 15, que resultam na conversão dessas taxas para a variação da taxa CDI.

Com esse objetivo, as operações com instrumentos derivativos na modalidade swap são de longo prazo, acompanhando o fluxo e vencimento da captação externa, vencendo à medida que frações da captação externa são protegidas por *hedge* natural.

As operações baseiam-se em contratos de balcão registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, e têm como contrapartes instituições financeiras classificadas como de primeira linha.

A tabela a seguir demonstra a efetividade da estrutura de *hedge accounting* (*hedge* contábil) desenvolvida pelo Banrisul, demonstrando o valor de curva, de mercado e ajuste a mercado do objeto (dívida subordinada) e do instrumento de *hedge* (*swaps*):

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Derivativos Usados como Hedge de Valor Justo	Valor Referencial dos Contratos	Valor de Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Contratos de Swap	2.102.648	11.074	120.235	(26.809)
Moeda Estrangeira - Dólar	2.102.648	11.074	120.235	(26.809)
Objeto de Hedge				
Dívida Subordinada (Nota 15)	917.665	2.172.534	120.711	2.293.245
Moeda Estrangeira - Dólar	917.665	2.172.534	120.711	2.293.245

A tabela a seguir apresenta a composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos), demonstrado pelo seu valor de curva e valor de mercado:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Valor de Referência	Valor de Curva	Ajustes ao Valor de Mercado no Resultado ⁽¹⁾	Valor de Mercado ⁽¹⁾
Swaps				
Ativo				
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	2.102.648	70.524		120.075
Passivo				
% do CDI	(2.102.648)	(59.450)		160
Ajuste Líquido em 31/12/2019		11.074		120.235
Ajuste Líquido em 31/12/2018		(82.915)		56.106

(1) Valores demonstrados líquidos do valor de referência.

A tabela a seguir apresenta as informações dos instrumentos financeiros derivativos segregados por prazo de vencimento dos ajustes:

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Valor de Referência	Valor de Curva	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses
Swaps				
Ativo				
Moeda Estrangeira (USD) + 7,375% a.a.	2.102.648	190.599	6.428	6.289
Passivo				
% do CDI	(2.102.648)	(59.290)	(1.919)	(1.535)
Ajuste Líquido em 31/12/2019		131.309	4.509	4.754
Ajuste Líquido em 31/12/2018		(26.809)	(1.255)	(1.168)

(1) Valores demonstrados líquidos do valor de referência.

O Banrisul ou as contrapartes estão sujeitas à prestação e a eventuais suplementações de garantias reais, reciprocamente, caso os instrumentos financeiros derivativos superem os limites de valor de mercado estipulados contratualmente.

A margem recebida em garantia das operações com instrumentos financeiros derivativos pelo Banrisul é composta por Depósitos Interfinanceiros, no valor de R\$168.566.

O Banrisul utiliza-se da estrutura de *hedge accounting* (*hedge* contábil) previstas nas normas do Banco Central do Brasil e a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 07 Créditos Vinculados

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	Forma de Remuneração	31/12/2019	31/12/2018	
Depósitos Compulsórios - Bacen		12.186.091	12.162.020	
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	556.265	668.663	
Depósitos de Poupança	Poupança	1.912.007	1.812.998	
Outros Depósitos	Sem Remuneração	46.561	46.235	
Recursos a Prazo	SELIC	9.671.258	9.634.124	
Créditos Vinculados ao SFH		1.074.400	1.015.245	
Carteira Adquirida	Taxa Pré-fixada 14,07% a.a. ⁽¹⁾	188.895	209.684	
Carteira Adquirida	Taxa Referencial + Juros ⁽²⁾	882.829	802.974	
Carteira Própria	Taxa Referencial + Juros ⁽²⁾	2.676	2.587	
Correspondentes	Sem Remuneração	18.072	19.907	
Convênios	SELIC	46	43	
Total		13.278.609	13.197.215	

(1) Refere-se aos fluxos futuros atualizados pela taxa de desconto utilizada quando da aquisição de crédito junto ao FCVS do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

(2) Refere-se às parcelas de principal e juros dos créditos adquiridos em que o Banrisul terá direito a receber no momento da novação e que são atualizados de acordo com a remuneração dos recursos originários sendo TR + 6,17% a.a. para créditos oriundos de recursos próprios e TR + 3,12% a.a. para créditos oriundos de recursos do FGTS.

(3) Refere-se ao saldo dos contratos da carteira própria com cobertura de FCVS, recursos oriundos do FGTS, homologados e prontos para novação, atualizados por TR + 3,12% a.a.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Adquirida - de outubro de 2002 a março de 2005, o Banrisul adquiriu do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com cláusula de garantia de realização financeira para eventuais contratos não performados, quando da conversão em CVS, créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Em 31 de dezembro de 2019, os créditos estão avaliados pelo preço de aquisição atualizado pela taxa de aquisição *pro rata* temporis, no valor de R\$1.071.724 (31/12/2018 - R\$1.012.658). O seu valor de face é de R\$1.122.641 (31/12/2018 - R\$1.076.642). Esses créditos serão convertidos em títulos CVS conforme processos de homologação e novação, sendo os montantes que o Banrisul terá direito a receber no momento da novação apresentados separadamente e atualizados por variação de TR mais juros. Apesar de não existir definição de prazo, os valores de mercado, no momento da emissão dos títulos, poderão ser significativamente diferentes dos valores contábeis.

Créditos Vinculados ao SFH - Carteira Própria - referem-se a créditos com o FCVS originários de créditos imobiliários, com recursos da carteira própria, já homologados pelo órgão gestor do FCVS.

NOTA 08 Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos com Característica de Concessão de Crédito

(a) Composição por Tipo de Operação e Níveis de Risco

	Banrisul e Banrisul Consolidado										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2019	31/12/2018
Empréstimos e Títulos Descontados	329.220	15.627.126	4.901.852	1.274.544	735.454	298.587	192.108	548.194	1.389.572	25.266.657	23.123.948
Financiamentos	95.619	306.782	198.689	119.161	37.277	6.790	1.340	24.900	22.759	790.907	1.001.730
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	448.275	1.330.849	497.708	185.449	48.809	36.878	22.892	15.248	75.261	2.681.199	2.458.849
Financiamentos Imobiliários	2.834.739	64.506	245.136	123.221	84.927	2.171	46.079	74.776	49.001	4.104.558	4.044.264
Créditos Vinculados a Cessão ⁽¹⁾	16.054	5.399	287	391	174	-	-	-	-	22.305	28.391
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	12.201	51.439	3.568	36.795	-	-	-	-	-	104.003	80.419
Subtotal de Operações de Crédito	3.736.106	17.966.103	5.847.240	1.739.561	906.441	344.426	262.419	640.708	1.536.593	32.979.599	30.777.601
Operações de Arrendamento Mercantil	1.526	4.814	5.557	15.354	1.142	864	1.221	12	992	31.482	32.032
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾	7.144	94.118	196.001	148.170	49.345	81.862	12.377	38.846	13.702	643.595	720.658
Outros Créditos ⁽³⁾	65.041	1.521.606	350.651	62.480	25.330	4.833	4.195	1.437	146.358	2.181.931	1.845.272
Créditos Vinculados a Operações Antecipadas em Cessão (Nota 09)	344.926	-	-	-	-	-	-	-	-	1.137	346.063
Total de Operações com Característica de Crédito	4.154.745	19.586.641	6.401.449	1.965.565	982.258	432.015	280.212	681.003	1.698.782	36.182.670	34.063.719
Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas ⁽⁴⁾	126.987	64.601	11.743	3.530	22.165	4.683	2.719	5.631	792	242.851	497.237
Total Geral em 31/12/2019	4.281.732	19.651.242	6.413.192	1.969.095	1.004.423	436.698	282.931	686.634	1.699.574	36.425.521	34.560.956
Total de Operações com Características de Crédito em 31/12/2018	4.039.503	20.061.798	3.397.246	2.164.506	1.420.429	626.152	342.234	333.394	1.678.457	34.063.719	

(1) Créditos Vinculados a Cessão - referem-se ao contrato de cessão de créditos com coobrigação onde o Banrisul cedeu à Citibank operações de crédito imobiliário.

(2) Composto por Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio e Rendas de Adiantamentos Concedidos, reclassificados de Outras Obrigações - Carteira de Câmbio/Outros Créditos.

(3) Outros Créditos - referem-se a cartões de débito e crédito, créditos de securitização, créditos por avais e fianças honradas, rendas a receber sobre contratos de câmbio e créditos decorrentes de contratos de exportação.

(4) Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas - contabilizados em contas de compensação. Para as operações de avais e fianças prestadas foi constituída a provisão conforme demonstrada na Nota 15.

(b) Composição dos Clientes por Faixa de Vencimento e Níveis de Risco

	Banrisul e Banrisul Consolidado										
	Operações em Curso Normal ⁽¹⁾										
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2019	31/12/2018
Parcelas Vencidas	4.154.110	19.548.635	6.311.127	1.933.630	944.057	388.519	229.761	384.392	1.117.618	35.011.849	33.173.120
01 a 30 dias	106.564	1.532.146	555.804	170.773	78.232	33.950	12.079	6.701	30.011	2.526.260	2.385.389
31 a 60 dias	70.511	1.101.291	368.138	119.213	55.885	28.631	8.747	5.246	18.248	1.775.910	1.933.971
61 a 90 dias	77.266	841.975	346.150	113.438	38.953	23.446	7.890	9.722	20.910	1.479.750	1.418.587
91 a 180 dias	312.717	2.112.421	733.256	298.952	84.636	37.855	22.549	51.426	61.553	3.715.365	3.587.306
181 a 360 dias	318.643	3.004.487	948.151	357.343	96.834	82.479	38.273	53.452	114.988	5.045.590	4.778.532
Acima de 360 dias	3.269.409	10.926.315	3.356.628	873.911	589.517	182.158	140.223	257.845	871.998	20.469.004	19.069.335
Parcelas Vencidas	635	38.006	9.114	6.903	7.034	2.674	2.620	1.408	4.343	72.737	81.896
Até 14 dias	635	38.006	9.114	6.903	7.034	2.674	2.620	1.408	4.343	72.737	81.896
Subtotal	4.154.745	19.586.641	6.320.241	1.940.533	951.091	391.193	232.381	385.800	1.121.961	35.084.586	33.225.106
Parcelas Vencidas	-	-	-	997	15.839	11.440	207.477	213.240	448.993	281.495	
01 a 30 dias	-	-	-	-	5	250	183	5.087	7.995	13.520	8.612
31 a 60 dias	-	-	-	-	5	250	183	5.087	7.769	13.294	8.197
61 a 90 dias	-	-	-	-	5	250	183	5.086	7.548	13.072	7.440
91 a 180 dias	-	-	-	-	15	750	544	15.250	21.054	37.623	21.745
181 a 360 dias	-	-	-	-	30	1.497	1.094	30.507	36.674	68.802	38.339
Acima de 360 dias	-	-	-	-	937	12.842	9.253	146.460	133.190	302.682	197.162
Parcelas Vencidas	-	81.208	25.032	30.170	24.983	36.391	87.726	363.581	649.091	527.118	
01 a 14 dias	-	-	-	-	1	36	59	21	2.571	2.788	3.686
15 a 30 dias	-	-	-	-	81.208	8.214	6.798	3.664	5.326	8.834	12.490
31 a 60 dias	-	-	-	-	-	16.818	7.342	4.527	6.595	9.376	59.889
61 a 90 dias	-	-	-	-	-	-	16.029	4.517	7.517	11.044	17.118
91 a 180 dias	-	-	-	-	-	-	12.209	16.894	58.351	124.625	212.079
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	177.892	177.892	144.574	
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	13.644	13.644	30.229
Subtotal	-	81.208	25.032	31.167	40.822	47.831	295.203	576.821	1.098.084	808.613	
Total em 31/12/2019	4.154.745	19.586.641	6.401.449	1.965.565	982.258	420.015	280.212	681.003	1.698.782	36.182.672	
Total em 31/12/2018	4.039.503	20.061.738	3.397.246	2.164.506	1.420.429	625.152	342.234	333.394	1.678.457		34.063.719



NOTA 15 Outras Obrigações

	Banrisul Banrisul Consolidado			
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	28.459	40.242	28.459	40.242
Recebimento de Tributos Federais	28.194	39.977	28.194	39.977
Outros	265	265	265	265
Carteira de Câmbio	59.358	46.752	59.358	46.752
Câmbio Vendido a Liquidar	9.910	23.826	9.910	23.826
Importação Financiada Câmbio Contratado	(3.010)	(5.914)	(3.010)	(5.914)
Obrigações por Compra e Venda	678.632	725.632	678.632	725.632
Ajustamentos sobre Contratos de Câmbio	(626.180)	(696.792)	(626.180)	(696.792)
Sociais e Estatutárias	105.265	119.704	105.490	120.014
Dividendos e Bonificações a Pagar	74.693	89.187	74.918	89.497
Cartificações e Participações a Pagar	30.572	30.517	30.572	30.517
Fiscais e Previdenciárias	981.660	1.051.528	1.027.418	1.107.828
Impostos e Contribuições a Recolher	110.359	90.809	126.790	107.497
Imposto de Renda e Contribuições sobre o Lucro	-	-	47.399	38.854
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 25 (b))	302.648	422.807	304.482	423.365
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 16 (b))	548.653	537.912	548.747	537.912
Negociação e Intermediação de Valores	-	20.336	28.534	-
Negociação e Intermediação de Valores	-	-	20.336	28.534
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	901.124	903.347	901.124	903.347
Obrigações para Fundo Financeiro e de Desenvolvimento	593.316	580.192	589.316	580.192
Outros	311.808	323.155	311.808	323.155
Dividas Subordinadas ⁽¹⁾	2.301.048	2.152.031	2.301.048	2.152.031
Dividas Subordinadas Marcação a Mercado (Nota 06 (d))	2.293.245	2.145.217	2.293.245	2.145.217
Acção/Deságio e Encargos a Incorporar	4.803	5.814	7.803	6.814
Dividas	4.999.230	4.305.564	5.974.548	5.187.035
Credores por Recursos a Liberar	69.469	81.575	69.935	81.957
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão	19.783	24.950	19.783	24.950
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	23.473	44.402	23.814	44.687
Obrigações a Pagar Adquirência	723.057	754.143	1.718.565	1.663.135
Provisões para Férias e Outros Encargos	197.128	422.740	180.797	406.499
Parcelamento do Déficit Atuarial da Fundação Banrisul (Nota 26)	66.230	68.040	66.230	68.040
Provisão para Ações Trabalhistas (Nota 16 (b))	1.038.834	550.035	1.043.008	554.854
Multas Câmbio Bacen (Nota 16 (b))	159.196	152.440	155.196	152.440
Provisão para Outros Riscos Fiscais (Nota 16 (b))	16.753	7.677	16.753	7.677
Provisão para Perdas de Securitização ⁽²⁾	988	1.477	988	1.477
Provisão Benefício Pós-Emprego ⁽³⁾	947.722	601.953	952.328	604.380
Provisão para Riscos Cíveis (Nota 16 (b))	169.843	276.989	171.736	278.711
Provisão Proveniente da Companhia União de Seguros Gerais (CESB)	17.449	16.774	17.449	16.774
Recursos de FGTS para Amortizações	9.420	8.695	9.420	8.695
Credores Diversos - País	69.717	82.293	132.368	153.254
Transações com Cartões a Pagar	1.186.004	94.800	1.082.348	94.800
Provisão para Garantias Prestadas Avais e Fianças (Nota 24 (b))	10.653	22.383	10.653	22.383
Outros	220.595	178.841	265.661	197.534
Total	9.356.144	8.623.168	10.417.781	9.585.583

(1) Dividas Subordinadas - o Banrisul concluiu o processo de emissão de títulos de dividas subordinadas no exterior, conforme descrito a seguir.

(a) Em 26 de janeiro de 2012, com volume total captado de US\$500 milhões (500 milhões de dólares norte-americanos). A liquidação financeira da operação foi efetivada em 02 de fevereiro de 2012 e tem prazo de 10 anos, com vencimento em 02 de fevereiro de 2022.

O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 99,131% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 7,50% a.a.

(b) Em 26 de novembro de 2012, com volume total captado de US\$275 milhões (275 milhões de dólares norte-americanos). A liquidação financeira da operação foi efetivada em 03 de dezembro de 2012, com vencimento em 02 de fevereiro de 2022.

O cupom de juros pactuados é de 7,375% a.a., pagáveis semestralmente a partir da data da efetivação. O preço de emissão correspondeu a 109,943% do valor de face dos títulos vendidos, o que resulta em uma taxa de juros efetiva de 5,95% a.a.

Em 30 de setembro de 2015, ocorreu a recompra parcial da Divida Subordinada no valor de US\$248,96 milhões (248,96 milhões de dólares norte-americanos) por 80% do valor de face, ou seja, US\$199,17 milhões (199,17 milhões de dólares norte-americanos).

Em decorrência desta recompra, em 30 de setembro de 2015, também ocorreu o pagamento de juros pactuados, acumulados até a data da liquidação, de US\$2,96 milhões (2,96 milhões de dólares norte-americanos), referente a parcela da Divida Subordinada que foi recomprada, bem como a liquidação dos derivativos contratados respectivos a esta parcela recomprada.

Em 15 de outubro de 2015, ocorreu nova recompra parcial da Divida Subordinada no valor de US\$2,85 milhões (2,85 milhões de dólares norte-americanos) por 77% do valor de face, ou seja, US\$2,2 milhões (2,2 milhões de dólares norte-americanos).

Conforme descrito na Nota 03 (e), o saldo remanescente da divida denominada em US\$ com nominal de 523,185 milhões e os derivativos contratados para proteção do risco de variação de moeda estrangeira e taxas de juros, oriunda da emissão dessa divida, foram designados como *hedge* de risco de mercado.

(2) A Administração do Banrisul mantém provisão relativa a cobrigações de créditos securitizados junto ao Tesouro Nacional que monta R\$6.938 (31/12/2018) - R\$7.860), controladas em conta de compensação, sendo de responsabilidade de mutuários do setor rural.

(3) Refere-se às obrigações do patrocinador sobre os déficits apurados em planos de benefício definido oferecidos à empregados e ex-empregados do Banrisul e das empresas do grupo.

NOTA 16 Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

(a) Ativos Contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes e não existem processos em curso com ganhos prováveis.

(b) Provisões e Passivos Contingentes

O Banrisul e suas controladas, na execução de suas atividades normais, são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível.

As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa. O Banrisul provisiona o valor das ações cuja avaliação é classificada como provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	Banrisul				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2018	545.589	550.035	276.989	152.440	1.525.062
Constituição e Atualização Monetária	19.846	651.425	67.163	2.756	741.190
Reversão da Provisão	(3)	(125.274)	-	-	(125.277)
Baixas por Pagamento	(26)	(162.626)	(49.044)	-	(211.696)
Saldo Final em 31/12/2019	565.406	1.038.834	169.843	155.196	1.929.279
Depósitos em Garantia	65.281	322.643	83.866	-	471.790

	Banrisul				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2017	533.862	376.956	224.585	149.508	1.284.911
Constituição e Atualização Monetária	12.112	226.781	77.002	2.932	318.827
Reversão da Provisão	(81)	(105)	-	-	(186)
Baixas por Pagamento	(304)	(53.702)	(24.589)	-	(382.295)
Saldo Final em 31/12/2018	545.589	550.035	276.989	152.440	1.525.062
Depósitos em Garantia	50.947	298.474	86.625	-	436.046

	Banrisul Consolidado				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2018	545.589	554.554	276.711	152.440	1.531.594
Constituição e Atualização Monetária	19.941	651.762	68.108	2.756	742.567
Reversão da Provisão	(3)	(227)	(125.367)	-	(125.597)
Baixas por Pagamento	(27)	(162.781)	(49.716)	-	(212.524)
Saldo Final em 31/12/2019	565.500	1.043.608	171.736	155.196	1.936.040
Depósitos em Garantia	67.606	327.689	85.085	-	480.380

	Banrisul Consolidado				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outros	Total
Saldo Inicial em 31/12/2017	535.411	382.705	226.110	149.508	1.293.734
Constituição e Atualização Monetária	12.500	227.009	77.395	2.932	319.836
Reversão da Provisão	(81)	(105)	-	-	(186)
Baixas por Pagamento	(2.241)	(54.755)	(24.642)	-	(81.638)
Saldo Final em 31/12/2018	545.589	554.854	278.711	152.440	1.531.594
Depósitos em Garantia	53.407	303.111	86.944	-	443.462

Ações Fiscais

Provisões de contingências fiscais referem-se basicamente a exigíveis relativos a tributos cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação administrativa ou judicial e a probabilidade de perda é considerada provável, e são constituídas pelo valor integral em discussão. Para causas que dispõem dos respectivos depósitos em garantia, os valores envolvidos não se encontram atualizados. No momento da expedição do alvará de levantamento, em razão da ação julgada favorável, os valores são atualizados e resgatados.

As principais causas de natureza fiscal referem-se: (i) imposto de renda e contribuição social sobre a dedução da despesa oriunda da quitação do déficit atuarial na Fundação Banrisul de Seguridade Social, questionada pela Secretaria da Receita Federal para o período de 1998 a 2005, no montante de R\$548.653 (31/12/2018) - R\$537.193; e (ii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em uma reversão de provisão, e registrou provisão para contingências no valor estimado da perda, e (ii) notificação fiscal de débito junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, referente salário-educação classificada como provável pelos nossos assessores e com provisão no montante de R\$6.878 (31/12/2018) - R\$6.878). No Consolidado não há registro de outras ações fiscais dessa natureza.

Existem ainda contingências fiscais que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$76.711 (31/12/2018) - R\$85.397) e no Consolidado R\$86.144 (31/12/2018) - R\$117.193). Essas contingências decorrem, principalmente, de impostos municipais e federais e que de acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências. Além dessas, existe auto de infração no âmbito da Receita Federal sobre contribuição previdenciária do empregador e contribuição para outras entidades e fundos, exigindo a contribuição, principalmente sobre os benefícios do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) no montante de R\$200.488, classificada pelos nossos assessores, como de perda possível no montante de R\$191.478 e como perda provável o montante de R\$9.010, que está devidamente provisionado.

Ações Trabalhistas

Decorrem de processos, na área trabalhista, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, Associações, Sindicatos e Ministério Público tendo como objeto a suposta violação de direitos trabalhistas.

Em 2019, considerando a evolução de ações judiciais coletivas trabalhistas, houve uma mudança em relação à percepção de risco de tais ações, sobre as quais houve início de processo de estimativa de valores. Em vista disso, a administração efetuou uma avaliação de estimativa de perda em ações coletivas envolvendo pedidos de pagamento de 72 horas como extraordinárias, com base em estudo feito a partir do histórico de desembolsos em processos individuais com pedidos semelhantes. A partir desses fatos, foi efetuada a provisão de R\$429.036 para ações coletivas, abrangendo ações em processo de cálculo de liquidação e ações em curso perante o TST, com decisões desfavoráveis. A administração considera suficiente a provisão constituída e continuará monitorando a evolução das decisões judiciais, avaliando a classificação e a quantificação sempre que necessário.

Além das ações acima consideradas, registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banrisul, cujo risco de perda do pedido é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada periodicamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais, sendo ajustadas ao valor do depósito de execução quando estes são exigidos. Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$243.955 (31/12/2018) - R\$228.753) e no Consolidado R\$247.943 (31/12/2018) - R\$232.007). Adicionalmente, o valor de R\$78.688 (31/12/2018) - R\$69.721) e no Consolidado R\$78.803 (31/12/2018) - R\$71.104) foi exigido para os recursos processuais.

Existem ainda contingências trabalhistas que são consideradas como de perda possível, no montante de R\$1.645.963 (31/12/2018) - R\$1.641.467) e no Consolidado R\$1.661.188 (31/12/2018) - R\$1.655.391), que de acordo com a natureza destes processos refere-se principalmente a pedidos de horas extras, reintegração e equiparação salarial. De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para contingências.

Ações Cíveis

Ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões alinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, contas poupança, cobrança e empréstimos.

Até setembro de 2019, provisão constituída era registrada no momento do recebimento da citação inicial, e mensalmente ajustadas, pelo valor indenizatório pretendido nas provas apresentadas e na avaliação de assessores jurídicos, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, quanto ao grau de risco de perda da ação judicial.

A partir de setembro de 2019, houve revisão dos processos, adotando-se nova modelagem para provisão das ações cíveis, passando as provisões totais das ações classificadas como perda provável, a ser definida pelo balanço de risco de perda e da respectiva sucumbência. Essa revisão resultou em uma reversão de provisão no valor de R\$126.840, saneamento do estoque de processos e remensuração do montante envolvido em causas classificadas como perda possível. A administração continuará monitorando a evolução das decisões judiciais ao longo do tempo.

Da provisão mencionada, está depositado judicialmente o montante de R\$83.866 (31/12/2018) - R\$86.625) e no Consolidado R\$85.544 (31/12/2018) - R\$86.944).

Existem ainda R\$697.235 (31/12/2018) - R\$1.644.463) e no Consolidado R\$699.765 (31/12/2018) - R\$1.648.907) relativos a processos movidos por terceiros contra a Instituição, cuja natureza destes processos refere-se principalmente a ações que discutem seguros, crédito imobiliário e conta corrente, que a assessoria jurídica classifica como de perdas possíveis e, portanto, não foram provisionados. A variação de tais valores, na comparação com 2018, deve-se à revisão dos processos implementada no segundo semestre.

Outras Ações

Em 29 de setembro de 2000, o Banrisul recebeu autorização imposta pelo Banco Central do Brasil em conexão com processos administrativos abertos por aquela Autoridade Monetária, relativamente a supostas irregularidades cometidas em operações de câmbio entre 1987 e 1998. Em deliberação administrativa de segunda instância, foi determinado ao Banrisul o pagamento de multa equivalente a 100% do valor das operações supostamente irregulares, decisão essa que está sendo contestada judicialmente por sua Administração, que de forma preventiva e atendendo aos requisitos do Bacen, decidiu pela constituição de provisão para perdas no montante de R\$155.196 (31/12/2018) - R\$152.440).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTINUAÇÃO)

NOTA 17 Receitas de Prestação de Serviços

	Banrisul Banrisul Consolidado			
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Administração de Fundos	72.147	71.590	80.261	79.573
Rendas de Cobrança e de Serviços de Custódia	69.411	66.839	69.394	66.813
Rendas de Garantias Prestadas	2.986	3.683	2.986	3.683
Rendas de Taxas de Administração de Consórcios	-	-	85.119	75.044
Rendas de Correlações de Operações	-	-	9.819	9.310
Receitas de Serviços Banrisul Cartões	-	-	670.864	685.015
Outras Receitas de Serviços	-	-	29.045	26.634
Total	144.544	142.112	947.488	946.072

NOTA 18 Rendas de Tarifas Bancárias

	Banrisul Banrisul Consolidado			
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Devolução de Cheques	19.891	21.587	19.891	21.587
Débitos em Conta	71.239	68.331	71.239	68.331
Serviços de Arrecadação	57.275	56.540	57.275	56.540
Comissões de Seguridade	256.906	235.470	256.906	235.470
Transações com Cheques	15.509	19.086	15.509	19.086
Tarifas Bancárias de Contas Correntes	558.780	526.204	558.780	526.204
Cartão de Crédito	66.812	68.421	66.812	68.421
Tarifas de Saques	8.585	8.250	8.585	8.250
Tarifas de Fiança Bancária	8.852	11.433	8.852	11.433
Outras Receitas de Tarifas	31.058	43.337	31.079	35.729
Total	1.085.007	1.080.759	1.085.028	1.061.051
Despesas Fiscais	535.157	516.006	535.177	516.591
Pessoas Jurídicas	559.850	534.753	559.851	534.753

NOTA 19 Despesas de Pessoal

	Banrisul Banrisul Consolidado			
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Remuneração Direta ⁽¹⁾	1.113.760	1.182.007	1.125.693	1.192.361
Benefícios ⁽¹⁾	336.394	333.222	338.387	335.185
Encargos Sociais	488.524	512.516	491.988	515.127
Trinamentos	18.433	12.717	18.451	12.728
Total	1.957.111	2.040.462	1.974.519	2.055.401

(1) Nas despesas de Remuneração Direta e Benefícios está incluído, em 2018, o montante de R\$86.487, referente aos incentivos concedidos e provisionados no âmbito do PDAV - Plano de Desligamento por Aposentadoria Voluntária.

NOTA 20 Outras Despesas Administrativas

	Banrisul		Banrisul Consolidado	
	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018
Comunicações	64.113	65.316	64.895	66.010
Processamento de Dados	118.232	137.108	137.108	133.373
Vigilância, Segurança e Transporte de Valores	142.169	138.619	142.169	138.619
Amortização e Depreciação	204.919	196.419	210.533	199.591
Aluguéis e Condomínio	125.904	117.019	125.261	115.084
Materiais	12.917	17.382	20.519	27.191
Serviços de Terceiros ⁽¹⁾	568.583	548.875	620.111	663.747
Serviços Técnicos Especializados	137.954	170.446	148.083	182.322
Propaganda, Promoções e Publicidade ⁽²⁾	97.740	88.966	124.947	98.227
Manutenção e Conservação	63.682	59.651	64.172	59.828
Água, Energia e Gás	34.579	32.281	35.267	32.891
Serviços do Sistema Financeiro	44.377	51.593	46.266	53.988
Outras	77.606	64.537	80.078	68.718
Total	1.692.775	1.658.485	1.819.409	1.839.656



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTINUAÇÃO)											
</											



COMPANHIA ABERTA

Autorizado a funcionar por Decreto nº 18.374, de 28 de agosto de 1928 - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92.702.067/0001-96 Matríz em Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Rua Capitão Montanha, 177

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTINUAÇÃO)			
A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Tesouraria e é responsável por manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer frente às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo, tanto em cenário normal como em cenário de crise, com o apoio de ações contábeis, caso necessário.			
No processo de controle são monitorados os descasamentos oriundos do uso de passivos de curto prazo para lastrear ativos de longo prazo, a fim de evitar deficiências de liquidez e garantir que as reservas da Instituição sejam suficientes para fazer frente às necessidades diárias de caixa, tanto cíclicas como não cíclicas, assim como também as necessidades de longo prazo. O Banrisul mantém níveis adequados de ativos com alta liquidez de mercado, juntamente com o acesso a outras fontes de liquidez, assim como busca assegurar uma base de operações de captação (fundraising) adequada para o crescimento diversificado.			
No âmbito de Contingência de Liquidez, a Instituição tem como objetivo identificar antecipadamente e minimizar eventuais crises e seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios. Os parâmetros utilizados para a identificação das situações de crises consistem numa gama de responsabilidades e de procedimentos a serem seguidos de modo a garantir a estabilidade do nível de liquidez requerido.			
Periodicamente, relatórios são enviados aos Comitês, Comissões, Diretoria e Conselho de Administração, contendo as análises do gerenciamento do risco de liquidez. Anualmente, ou em periodicidade menor, caso necessário, é proposta ao Conselho de Administração, a Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, contendo as diretrizes para a gestão do risco, considerando o orçamento, o planejamento financeiro, a declaração de apetite a riscos e a otimização dos recursos disponíveis.			
Risco Operacional			
O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.			
A metodologia de gestão do risco operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o Banrisul está exposto. Por meio de indicadores-chave de risco e a Base de Dados Interna de Risco Operacional, é possível monitorar a evolução das perdas e da exposição ao risco e propor ações de melhoria.			
Os resultados das análises e os registros da Base de Dados Interna de Risco Operacional são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.			
Risco Sociambiental			
O risco sociambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos sociambientais, devendo ser identificado pelas instituições financeiras como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas.			
O gerenciamento do risco sociambiental abrange financiamentos, projetos e operações, cujas características permitam identificar previamente a destinação dos recursos, não impedindo que aqueles que não se enquadram em definição acima sejam analisados.			
Com relação às atividades da Instituição, o gerenciamento do risco sociambiental abrange o processo de gestão de resíduos, a observância dos requisitos exigidos na contratação de fornecedores, e o acompanhamento dos contratos com terceirizados durante sua vigência, visando à mitigação dos riscos sociambientais associados. Os resultados das análises e os registros dos eventos de risco sociambiental são reportados aos comitês deliberativos, seguindo a estrutura de governança definida nas políticas corporativas de riscos, incluindo a Diretoria, o Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.			
Índices de Capital			
Conforme previsto na Resolução nº 4.192/13 do CMN a apuração do Capital Regulamentar deve ter como base o conglomerado Prudencial que inclui o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., a Banrisul S.A. Administradora do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. Correlora de Valores Mobiliários e Câmbio e a Banrisul Cartões S.A. A Resolução nº 4.193/13 do CMN define os limites mínimos para o Capital Principal, para Capital de Nível I e para o Patrimônio de Referência, além de determinar a apuração do Adicional de Capital Principal.			
A tabela a seguir resume a composição do Patrimônio de Referência, dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e o Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2019:			
Conglomerado Prudencial	31/12/2019	31/12/2018	
Patrimônio de Referência (PR)	6.438.996	6.145.537	
Nível I	5.906.023	5.434.907	
Capital Principal	5.906.023	5.434.907	
Capital Social	5.205.891	4.403.823	
Reserva de Capital e de Lucros	2.877.696	3.070.817	
Deduções do Capital Principal exceto Ajustes Prudenciais	(289.488)	(195.955)	
Ajustes Prudenciais (previstos na Resolução nº 4.192/13)	(1.888.078)	(1.843.778)	
Nível II	532.973	710.630	
Instrumentos Elegíveis ao Nível II autorizados com base em normas anteriores à Res. nº 4.192/13	532.973	710.630	
RWA	42.733.919	40.380.928	
RWA/APC (Risco de Crédito)	32.005.227	29.909.019	
RWA/MPA (Risco de Mercado)	765.952	907.436	
RWA/JURI (Risco de Juros)	18.504	2.402	
RWA/JRS (Risco de Juros)	4.870	-	
RWA/ACS (Risco de Ações)	29.397	48.734	
RWA/CAM (Risco Taxa de Câmbio)	713.181	856.300	
RWA/APOP (Risco Operacional)	9.962.740	9.563.873	
RWA Carteira BANC (RBAN/IRBB)	477.935	376.998	
Margem sobre o PR considerando RBAN	1.493.999	1.528.541	
Recursos Disponíveis para Novos Investimentos	18.424.991	17.722.220	
Índices de Capital			
Índice de Basileia	15,07%	15,22%	
Índice de Nível I	13,82%	13,46%	
Índice de Capital Principal	13,82%	13,46%	
Índice de Imobilização	7,65%	5,89%	
Razão de Alavancagem	7,02%	6,78%	
O Índice de Basileia - IB representa a relação entre o Patrimônio Base - Patrimônio de Referência - PR e os ativos ponderados pelo risco - RWA. Conforme regulamentação em vigor, o Índice de Basileia demonstra a solvência da empresa. Para 2019, estão previstos os limites mínimos de capital de 8,00% para o Índice de Basileia (Patrimônio de Referência), 6,00% para o Índice de Nível I e 4,50% para o Índice de Capital Principal. O adicional de capital de Nível II deve ser de 2,50%, totalizando em 10,50% para o Índice de Basileia, 8,50% para o Nível I e 7,00% para o Capital Principal.			
O PR alcançou R\$6.438.996 em dezembro de 2019, apresentando aumento de R\$293.459 frente a dezembro de 2018, impactado, principalmente, pela incorporação dos resultados gerados no período. A dívida subordinada			

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS				
Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. Porto Alegre - RS				
Opinião				
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"), identificadas como Banrisul e Banrisul Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa e do balanço e exercício financeiro nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.				
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banrisul em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício finidos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).				
Base para opinião				
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banrisul e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.				
Principais assuntos de auditoria				
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Banrisul e Banrisul Consolidado)				
O Banrisul opera nas carteiras comerciais de crédito, incluindo a administração de cartões de crédito, de financiamento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de arrendamento mercantil. Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3 (f e g) e 8, a classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos da Administração do Banrisul, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa está suportada na classificação do risco do cliente, incluindo a qualidade e observância dos parâmetros da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Devido à relevância das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos de contratos de câmbio e dos outros créditos com características de concessão de crédito e ao grau de julgamento relacionado à definição da estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.				
Como nossa auditoria conduziu esse assunto				
Avaliamos o desenho e testamos a efetividade operacional dos controles internos julgados como chave e relacionados aos processos internos de aprovação, registro e classificação das operações nos nove níveis de risco de crédito, de AA até H. Avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela Administração do Banrisul na definição das principais premissas utilizadas na atribuição dos níveis de risco de crédito para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e testamos a exatidão aritmética do cálculo. Avaliamos, por meio de amostragem, o atendimento aos requerimentos previstos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, relacionados à apuração da provisão para devedores duvidosos, e as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.				
Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.				
Provisões e passivos contingentes - Trabalhista, civil e fiscal (Banrisul e Banrisul Consolidado)				
O Banrisul possui demandas judiciais e administrativas de naturezas trabalhista, civil e fiscal, conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 3 (m) e 16, para as quais é reconhecida provisão nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da parcela do risco de perda de acordo com avaliação da Administração. É provável. As parcelas dos passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, mas divulgadas nas notas explicativas, e as perdas remotas não requerem provisão nem divulgação. A mensuração, o reconhecimento e a divulgação das provisões e passivos contingentes, relativos a esses processos judiciais e administrativos, requerem julgamento profissional do Banrisul e de seus assessores jurídicos. Devido à relevância dos valores e julgamentos envolvidos na avaliação e mensuração das provisões e passivos contingentes, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.				
Como nossa auditoria conduziu esse assunto				
Avaliamos o desenho dos controles internos julgados como chave relacionados aos processos de cadastro, mensuração e registro contábil das provisões e passivos contingentes. Para os processos em que o Banrisul é representado por consultores externos, solicitamos e analisamos as cartas-respostas de confirmação desses consultores em relação à existência e à integridade das ações judiciais e administrativas. Com base em uma amostra: (a) avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela Administração do Banrisul para definição da probabilidade de êxito; (b) efetuamos teste de recálculo da mensuração dos valores provisionados para aqueles processos ou conjunto semelhantes de processos que envolvem valores significativos; e (c) avaliamos os valores provisionados com os valores definitivos das condenações ocorridas no período corrente. Adicionalmente, avaliamos as divulgações efetuadas pelo Banrisul nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.				
Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que é aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.				
Obrigações com benefício de longo prazo pós-emprego (Banrisul e Banrisul Consolidado)				
Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 3 (p) e 26, o Banrisul é patrocinador de entidades de previdência privada e de saúde complementar que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários e dependentes. Parte relevante dos planos de aposentadoria dessas entidades é classificada como "planos de benefício definido". As obrigações desses planos são calculadas com referência às premissas atuariais incluindo, entre outras, a taxa de mortalidade, taxa de desconto, taxa de inflação e taxa de crescimento salarial. Por se tratar de uma obrigação relevante e que envolve alto grau de julgamento do Banrisul na definição das premissas envolvidas na mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.				
Como nossa auditoria conduziu esse assunto				
Avaliamos o desenho dos controles internos chave do Banrisul relacionado ao processo de determinação das premissas a ser utilizadas nos cálculos atuariais. Com base em amostragem, validamos as bases de dados utilizadas nos cálculos das obrigações e, com auxílio de nossos especialistas atuariais, analisamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas, tais como a taxa de mortalidade, taxa de desconto, taxa de inflação e taxa de crescimento salarial. Além disso, avaliamos os procedimentos de teste de recálculo. Adicionalmente, efetuamos estes mesmos procedimentos para avaliar a migração de participantes do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios FBPREV III. Avaliamos, ainda, as divulgações efetuadas pelo Banrisul nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.				
Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis a mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.				
Ambiente de Tecnologia da Informação (Banrisul e Banrisul Consolidado)				
O Banrisul é dependente de sua estrutura de Tecnologia da Informação para o desenvolvimento de suas operações, a continuidade de seus processos de negócios e a consequente elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual envolve o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acesso e segurança da informação.				
Considerando que os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, especificamente os associados a processos e controles que suportam a operacionalidade dos sistemas de tecnologia, podem ocasionar processamento incorreto de informações críticas e eventualmente impactar a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.				
Como nossa auditoria conduziu esse assunto				
Com o envolvimento dos nossos especialistas em Tecnologia da Informação, avaliamos o desenho e, por meio de amostragem, a efetividade operacional dos controles internos relacionados aos sistemas considerados chave				

registrada no Nível II apresentou redução de R\$177.657, em função da aplicação do cronograma de Basileia III sobre as operações realizadas com base em normas anteriores a Resolução nº 4.192/13 do CMN.				
A Circular nº 3.876/18 do Bacen determina que o Conglomerado Prudencial calcule e reporte o IRRBB (Risco de Taxa de Juros do <i>Banking Book</i>), em substituição a RBAN, a partir de janeiro de 2019. A metodologia de mensuração da necessidade de PR frente aos riscos de taxas de juros aos quais a carteira bancária está exposta foi alterada, deixando de ser calculada através do VaR (<i>Value at Risk</i>) e passando a utilizar o AVEE (<i>Variation of Economic Value of Equity</i> : variação do valor econômico) e ΔNII (<i>Variation of Net Interest Income</i> : variação do resultado da intermediação financeira).				
Neste contexto, o IRRBB calculado para dezembro de 2019 foi de R\$477.935 quando comparada a alocação de capital de dezembro de 2018 que ficou em R\$376.998 (quando o modelo vigente era a RBAN), identifica-se aumento de R\$100.937.				
Para o Cálculo da Margem do PR considerando a RBAN/IRBB são considerados os seguintes fatores: total do PR, RWA, fator F (8,00% a partir de janeiro de 2019), risco de taxa de juros da carteira bancária (RBAN até dezembro de 2018/IRBB a partir de janeiro de 2019), e o adicional de capital principal - ACP mínimo requerido pelo regulador (2,50% a partir de janeiro de 2019). Os recursos disponíveis também são calculados a partir da Margem do PR considerando a RBAN/IRBB e o fator F vigente.				
Em 31 de dezembro de 2019, o Índice de Basileia do Conglomerado Prudencial foi de 15,07%, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador brasileiro. O Índice de Nível I foi de 13,82% e o Índice de Capital Principal foi de 13,82%. A razão de alavancagem calculada para o mês de dezembro de 2019 foi de 7,02%.				
O Banrisul gerencia e acompanha os requerimentos e as margens de capital com a finalidade de atender as exigências mínimas do CMN. Assim, o Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul tem cumprido todos os requerimentos mínimos aos quais está sujeito.				
NOTA 28 Transações com Partes Relacionadas				
(a) As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642/10 do CMN e Resolução nº 4.636/18 do CMN.				
Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banrisul são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco. Em relação às transações realizadas com o Governo do Estado e entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, por esse órgão, o Banrisul optou pela isenção parcial concedida pela Resolução nº 4.636/18 do CMN. Nesse caso, são divulgadas apenas as transações mais significativas com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não O Banrisul realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, empréstimos (exceto com o Pessoal Chave da Administração) e contratos de prestação de serviços. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.				
As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:				
(i) Estado do Rio Grande do Sul - em 17 de junho de 2016, o Banrisul firmou, com o Estado, sua administração direta, autárquica e fundacional, contrato relativo a cessão dos serviços relacionados à folha de pagamento por meio da outorga onerosa de direito de exclusividade. O referido contrato tem como objeto a centralização e processamento de créditos provenientes de 100% (cem por cento) da folha de pagamento gerada pelo Estado, lançados em conta bancária de titularidade do servidor ou beneficiário, mantida com o Banrisul, para o crédito de vencimentos e salários a servidores, empregados públicos civis e militares do Estado, assim como o crédito dos benefícios e proventos concedidos aos aposentados e pensionistas pelo Regime Próprio de Previdência do Estado, ressalvados os direitos dos servidores quanto a portabilidade. O contrato foi firmado pelo prazo de dez anos, tendo o preço no montante de R\$1.250.638, pago em 20 de junho de 2016. O contrato prevê também que o Banrisul não fará jus à remuneração pela prestação de serviços ao Estado e por quaisquer prestações de serviços bancários correlatos, a exemplo de tarifas bancárias.				
Em abril de 2018, o Estado do Rio Grande do Sul alienou, por meio de procedimento de leilão na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, a quantidade total de 28.974.500 ações de emissão do Banrisul, sendo 26.000.000 de ações PNB e 2.974.500 de ações ON, representando assim uma redução de sua participação acionária de 7,44% em relação ao Capital Social total do Banrisul. Contudo, o controle do Banrisul pelo Estado do Rio Grande do Sul permanece inalterado. A Banrisul S/A Correlora de Valores Mobiliários e Câmbio executou a venda tendo como intermediadora a BTG Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Para a prestação destes serviços a Banrisul Correlora foi remunerada a título de corretagem em 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre os valores negociados;				
(ii) Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - SULGAS, Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. - CEASA, Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA, Companhia Riograndense de Mineração - CRM, Companhia de Processamentos de Dados do Estado do Rio Grande do Sul - PROCERGS e BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS, empresas controladas pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul;				
(iii) Coligadas: (i) Bem Promotora de Vendas e Serviços S.A, que atua na geração de crédito consignado; (ii) Banrisul Icatu Participações S.A. - BIPAR, <i>holding</i> que detém 100% da empresa Rio Grande Seguros e Previdência S.A., seguradora que atua nos ramos de Vida e de Previdência Privada e da Rio Grande Capitalização; e (iii) VG&JV Tecnologia S.A. - VG&JV, atua sob o nome fantasia de Verô Negro, oferece solução integrada de pagamentos a centros de compras localizados em sua área de atuação, no território nacional.				
(iv) O Banco Banrisul de Seguridade Social - FBSS, entidade fechada de previdência complementar que administra os planos de aposentadoria patrocinados pelo Banrisul e/ou por suas controladas;				
(v) Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Cabelgros é uma associação de direito privado, de fins assistenciais, sem finalidade lucrativa; e				
(vi) Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, administrados pelo Banrisul.				
As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:				
Banrisul				
Ativos (Passivos)				
Receitas (Despesas)				
31/12/2019				
31/12/2018				
01/01 a 31/12/2019				
01/01 a 31/12/2018				
Governo do Estado do Rio Grande do Sul				
(767.481)				
(892.709)				
(26.844)				
(17.333)				
Outros Créditos				
3.768				
3.901				
-				
-				
Depósitos à Vista				
(695.214)				
(607.120)				
-				
-				
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾				
(39.547)				
(265.439)				
(26.172)				
(15.858)				
Outras Obrigações				
(36.488)				
(23.151)				
(2.472)				
(1.475)				
Empresas Controladas e Fundo de Investimento				
(1.255.376)				
(1.404.167)				
89.897				
86.773				
Outros Créditos				
117.976				
47.734				
119.629				
115.687				
Depósitos à Vista				
(9.309)				
(2.550)				
-				
-				
Depósitos a Prazo				
(23.916)				
(12.397)				
(1.008)				
(1.687)				
Captações no Mercado Aberto				
(185.664)				
(252.130)				
(1.016)				
(1.181)				
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos				
(287.457)				
(295.269)				
(18.794)				
(17.982)				
Outras Obrigações				
(867.306)				
(888.446)				
(9.114)				
(8.064)				
Fundação Banrisul de Seguridade Social				
(67.154)				
(69.074)				
(22.159)				
(20.595)				
Outras Obrigações				
(67.154)				
(69.074)				
(22.159)				
(20.595)				
Total				
(2.990.011)				
(2.365.950)				
39.094				
48.845				
(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.				

para elaboração das informações financeiras, tais como controles internos automatizados e/ou com componentes automatizados e controles relacionados à segurança da informação, incluindo os controles relativos: (i) ao gerenciamento de acesso a dados e programas; (ii) aos desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos; (iii) ao gerenciamento de alterações sistêmicas; e (iv) aos eventuais controles compensatórios desses sistemas.				
Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os processos e controles nos proporcionaram base aceitável para determinarmos a natureza e extensão de nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.				
Outros assuntos				
Demonstrações do Valor Adicionado				
As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referentes ao semestre e exercício finidos em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banrisul, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, foram submetidas aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banrisul. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas DVA foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nas normas internacionais de auditoria, e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.				
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor				
A Administração do Banrisul é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração.				
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.				
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, nós não temos nada a declarar a este respeito.				
Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas				
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.				
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banrisul continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional, o uso das bases contábeis na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banrisul e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.				
Os responsáveis pela governança do Banrisul e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.				
Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas				
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, em termos de sua representação fiel das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e se os dados e informações contidas nelas são razoáveis e consistentes com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banrisul e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.				
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:				
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo aqueles causados por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.				
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banrisul e suas controladas.				
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.				
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nessa conclusão, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à interrupção da continuidade operacional, ou quando, em circunstâncias extremas, determinamos que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banrisul e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banrisul e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.				
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as respectivas divulgações. Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.				
• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.				
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências de controle interno que identifiemos durante nossos trabalhos.				
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.				
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.				

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2020.				
KPMG				
KPMG Auditores Independentes				
CRC SP-014428/F-7				
Fernando Antonio Rodrigues Alfredo				
15Contador CRC 1SP252419/O-0				

					Banrisul Consolidado				
					Receitas (Despesas)				
					Ativos (Passivos)				
					31/12/2019	31/12/2018	01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018	
Governo do Estado do Rio Grande do Sul					(767.237)	(884.241)	(28.476)	(16.549)	
Disponibilidades					-	8.160	125	739	
Outros Créditos					4.012	3.309	42	45	
Depósitos à Vista					(695.214)	(607.120)	-	-	
Captações no Mercado Aberto ⁽¹⁾					(39.547)	(265.439)	(26.172)	(15.858)	
Outras Obrigações					(36.488)	(23.151)	(2.471)	(1.475)	
Fundação Banrisul de Seguridade Social					(67.154)	(69.074)	(22.159)	(20.595)	
Outras Obrigações					(67.154)	(69.074)	(22.159)	(20.595)	
Total					(834.391)	(953.315)	(60.635)	(37.144)	
(1) Estas captações são remuneradas a 100% da taxa Selic.									
(b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração									
Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, são fixados o montante global anual da remuneração dos Administradores, formado pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e Comitê de Risco, conforme determina o Estatuto Social.									
					01/01 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2018			
Benefícios de Curto Prazo a Administradores					16.145	11.580			
Remuneração					12.421	9.026			
Encargos Sociais					3.724	2.562			
Benefícios Pós-emprego					640	687			
Planos de Previdência Complementar ⁽¹⁾					640	687			
Total					16.785	12.275			
(1) O Banrisul custeia planos de previdência complementar aos administradores que pertencem ao quadro de funcionários.									
O Banrisul não tem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.									
O Banrisul dispõe de seguro de responsabilidade civil									

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do **Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.**, Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul"), identificadas como Banrisul e Banrisul Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banrisul em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em relação a essas normas estão detalhadas no anexo 1, na seção "seguidores". "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banrisul e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Banrisul e Banrisul Consolidado)

O Banrisul opera nas carteiras comerciais de crédito, incluindo a administração de cartões de crédito, de financiamento, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de arrendamento mercantil. Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3 (f e g) e 8, a classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve permissas e julgamentos da Administração do Banrisul, baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa está suportada na classificação do risco do cliente, em função da análise periódica de sua qualidade e observando os parâmetros da Resolução nº 2.682/99 do Conselho Nacional (CMN). Devido à relevância das operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos de contratos de câmbio e dos outros créditos com características de concessão de crédito e ao grau de julgamento relacionado à definição da estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Availamos o desenho e testamos a efetividade operacional dos controles internos julgados como chave e relacionados aos processos internos de aprovação, registro e classificação das operações nos nove níveis de risco de crédito, de AA até H. Availamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela Administração do Banrisul na definição das principais premissas utilizadas na atribuição dos níveis de risco de crédito para o período de liquidação duvidosa e testamos a exatidão aritmética do cálculo. Availamos, por meio de amostragem, o atendimento aos requerimentos previstos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, relacionados à apuração da provisão para devedores duvidosos, e as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisões e passivos contingentes - Trabalhista, civil e fiscal (Banrisul e Banrisul Consolidado)

O Banrisul possui demandas judiciais e administrativas de natureza trabalhista, civil e fiscal, conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 3 (m) e 16, para as quais é reconhecida provisão nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a parcela cujo risco de perda de acordo com avaliação da Administração é provável. As parcelas dos passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, mas divulgadas nas notas explicativas, e as perdas remotas não requerem provisão nem divulgação. A mensuração, o reconhecimento e a divulgação das provisões e passivos contingentes, relativos a esses processos judiciais e administrativos, requerem julgamento profissional do Banrisul e de seus assessores jurídicos. Devido à relevância dos valores e julgamentos envolvidos na avaliação e mensuração das provisões e passivos contingentes, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Availamos o desenho dos controles internos julgados como chave relacionados aos processos de cadastro, mensuração e registro contábil das provisões e passivos contingentes. Para os processos em que o Banrisul é representado por consultores externos, solicitamos e analisamos as cartas-respostas de confirmação desses consultores em relação à existência e a integridade das ações judiciais e administrativas. Com base em uma amostra: (a) avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela Administração do Banrisul para definição da probabilidade de êxito; (b) efetuamos teste de recálculo da mensuração dos valores provisionados para aqueles processos ou conjunto semelhantes de processos que envolvem valores significativos; e (c) comparamos, os valores provisionados com os valores definitivos das condenações ocorridas no período de liquidação duvidosa e analisamos a metodologia de participantes do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios FBPREV III. Availamos, ainda, as divulgações efetuadas pelo Banrisul nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que é aceitável o nível de provisionamento e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Obrigações com benefício de longo prazo pós-emprego (Banrisul e Banrisul Consolidado)

Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 3 (p) e 26, o Banrisul é patrocinador de entidades de previdência privada e de saúde complementar que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários e dependentes. Parte relevante dos planos de aposentaria dessas entidades é classificada como "planos de benefício definido". As obrigações desses planos são calculadas com referência a premissas atuariais, incluindo, entre outras, a taxa de mortalidade, taxa de desconto, taxa de geração e taxa de crescimento salarial. Por se tratar de uma obrigação relevante e que envolve alto grau de julgamento do Banrisul na definição das premissas envolvidas na mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Availamos o desenho dos controles internos chave do Banrisul relacionado ao processo de determinação das premissas a ser utilizadas nos cálculos atuariais. Com base em amostragem, validamos as bases de dados utilizadas nos cálculos das obrigações e, com auxílio de nossos especialistas atuariais, analisamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas, tais como tabela de mortalidade, taxa de desconto, taxa de inflação e taxa de crescimento salarial, bem como efetuamos por amostragem teste de recálculo. Adicionalmente, avaliamos os procedimentos para avaliar a migração de participantes do Plano de Benefícios I para o Plano de Benefícios FBPREV III. Availamos, ainda, as divulgações efetuadas pelo Banrisul nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis a mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ambiente de Tecnologia da Informação (Banrisul e Banrisul Consolidado)

O Banrisul é dependente de sua estrutura de Tecnologia da Informação para o desenvolvimento de suas operações, a continuidade de seus processos de negócios e a consequente elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual envolve o processamento de um elevado número de transações diariamente, além de diversos processos para gestão de acessos e segurança da informação.

Considerando que os riscos inerentes à Tecnologia da Informação, especificamente os associados a processos de segurança e a integridade dos sistemas de tecnologia, podem ocasionar processamentos incorretos de informações críticas e eventualmente impactar a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com o envolvimento dos nossos especialistas em Tecnologia da Informação, avaliamos o desenho e, por meio de amostragem, a efetividade operacional dos controles internos relacionados aos sistemas considerados chave

para elaboração das informações financeiras, tais como controles internos automatizados e/ou com componentes automatizados e controles relacionados à segurança da informação, incluindo os controles relativos: (i) ao gerenciamento de acesso a dados e programas; (ii) aos desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos; (iii) ao gerenciamento de alterações sistêmicas; e (iv) aos eventuais controles compensatórios desses sistemas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os processos e controles nos proporcionaram base aceitável para determinarmos a natureza e extensão de nossos procedimentos de auditoria no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banrisul, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, não são objeto de auditoria independente. Os procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banrisul. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas DVA foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico. O Banrisul não é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banrisul é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Na qualidade de membros do Conselho de Administração do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e no exercício das atribuições que nos confere o artigo 142, item V, da Lei 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Semestre, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxos de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas, e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao semestre findo em 31 de dezembro de 2019. Com base nesses exames, em nossos procedimentos periodicamente adotados, no Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, recomendamos a aprovação das mencionadas demonstrações.

Porto Alegre, 05 de fevereiro de 2020.



Jorge Luis Tonetto
Presidente



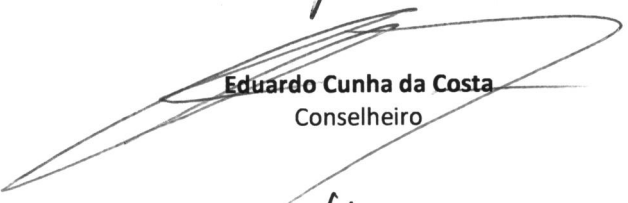
Claudio Coutinho Mendes
Vice-Presidente



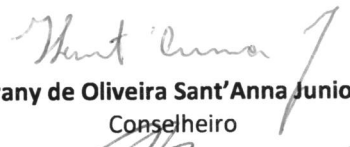
Ademair Schardong
Conselheiro



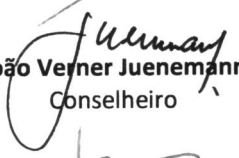
Adriano Cives Seabra
Conselheiro



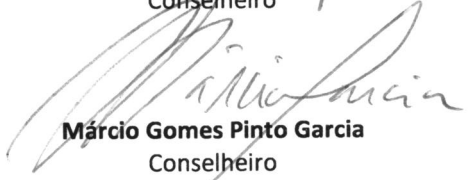
Eduardo Cunha da Costa
Conselheiro



Irany de Oliveira Sant'Anna Junior
Conselheiro



João Veyner Juenemann
Conselheiro



Márcio Gomes Pinto Garcia
Conselheiro



Rafael Andréas Weber
Conselheiro



Ramiro Silveira Severo
Conselheiro



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: WERNER KOHLER
REGISTRO.....	: RS-038534/O-2
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 421.602.270-72

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PORTO ALEGRE, 16.03.2020 as 09:45:57.

Válido até: 14.06.2020.

Código de Controle: 325356.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Banrisul S.A. - Corretora
de Valores Imobiliários e
Câmbio**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEZEMBRO
2019



SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019	4
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	5
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA.....	8
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	9
NOTAS EXPLICATIVAS.....	10
1. Contexto operacional	10
2. Apresentação das demonstrações financeiras	10
3. Principais práticas contábeis.....	10
4. Caixas e equivalentes de caixa	12
5. Títulos e valores mobiliários	12
6. Outros créditos	13
7. Outras obrigações.....	13
8. Operações com partes relacionadas	14
9. Patrimônio Líquido	14
10. Imposto de renda e contribuição social	15
11. Resultado de títulos e valores mobiliários	16
12. Receitas de prestação de serviços.....	16
13. Outras despesas administrativas	16
14. Gerenciamento de riscos	17
15. Provisão para contingências	17
PARECER DO CONSELHO FISCAL	18
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	19

Missão:

Oferecer à sociedade intermediação de títulos e valores mobiliários em consonância com as diretrizes do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., contribuindo com o fortalecimento do mercado de capitais e o desenvolvimento do Estado.

Visão:

Ser reconhecida como a corretora gaúcha mais eficiente e de maior crescimento no Estado do Rio Grande do Sul.

Princípios:

Ética, patrimônio a preservar;
Transparência como filosofia;
Segurança como diferencial competitivo;
Responsabilidade, compromisso com as pessoas;
Rentabilidade, questão de sobrevivência;
Satisfação do cliente como resultado.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Banrisul Corretora"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Desempenho Financeiro

Ativos Totais – Em 31 de dezembro de 2019, os ativos totais da Banrisul Corretora alcançaram R\$111,5 milhões, em relação ao montante de R\$116,6 milhões registrado no exercício de 2018. Na composição dos ativos, os títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez apresentaram maior representatividade, com 80,2% do total, os outros créditos 19,3% e outros ativos 0,5%. Conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" no valor total de R\$5,2 milhões.

Patrimônio Líquido – O patrimônio líquido atingiu R\$87,2 milhões em dezembro de 2019. A expansão de R\$2,9 milhões ou 3,4% comparado com R\$84,3 milhões apurado em 2018 reflete a incorporação dos resultados gerados.

Lucro Líquido – A Banrisul Corretora registrou lucro líquido de R\$3,8 milhões em 2019, incremento de 26,7% acima do lucro registrado no ano de 2018. A receita de prestação de serviços foi de R\$19,0 milhões, composta por: (i) 51,7% de corretagens em operações na B3 S.A. Brasil, Bolsa e Balcão; (ii) 42,7% de gestão de recursos de terceiros do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul") e (iii) 5,6% de outras receitas.

Desempenho Operacional

O volume total das operações realizadas em 2019 alcançou R\$6,7 bilhões, representando um aumento de 9,8% em relação ao volume de R\$6,1 bilhões registrados no exercício de 2018.

Política de Distribuição de Dividendos

A Banrisul Corretora tem como característica provisionar os dividendos mínimos exigidos no encerramento de cada semestre, remunerando os seus acionistas anualmente. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 o montante relativo a dividendos totalizou R\$895,8 mil, sendo que R\$472,3 mil deste total decorre do provisionamento efetuado no primeiro semestre de 2019.

Gestão de Risco

A Banrisul Corretora, por intermédio de seu controlador, Banrisul, líder do conglomerado, aderiu à estrutura consolidada de gerenciamento de riscos.

As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução 4.557/17 do CMN, para risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco operacional e gestão de capital.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		<u>104.848</u>	<u>105.785</u>
Disponibilidades	4	9	10
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	15.829	18.513
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	<u>68.429</u>	<u>58.273</u>
Carteira própria		49.548	46.584
Vinculados à prestação de garantias		18.881	11.689
Outros créditos	6	<u>20.580</u>	<u>28.988</u>
Rendas a receber		838	709
Negociação e intermediação de valores		19.567	28.279
Diversos		175	-
Outros valores e bens		<u>1</u>	<u>1</u>
Despesas antecipadas		1	1
Não Circulante		<u>6.678</u>	<u>10.774</u>
Realizável a longo prazo		<u>6.108</u>	<u>10.176</u>
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	<u>5.204</u>	<u>9.851</u>
Vinculados à prestação de garantias		5.204	9.851
Outros créditos	6	<u>904</u>	<u>325</u>
Diversos		904	325
Permanente		<u>570</u>	<u>598</u>
Investimentos		74	74
Imobilizado de uso		447	470
Intangível		49	54
Total do ativo		<u>111.526</u>	<u>116.559</u>

Passivo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		<u>24.285</u>	<u>32.194</u>
Outras obrigações		<u>24.285</u>	<u>32.194</u>
Sociais e estatutárias	7 (a)	901	722
Fiscais e previdenciárias	7 (b)	1.572	1.169
Negociação e intermediação de valores	7 (c)	20.336	28.534
Diversas	7 (d)	1.476	1.769
Patrimônio líquido		<u>87.241</u>	<u>84.365</u>
Capital social	9 (a)	80.000	70.000
Reservas de lucros		11.731	18.855
Ações em tesouraria	9 (b)	(4.490)	(4.490)
Total do passivo		<u>111.526</u>	<u>116.559</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2º Semestre 2019	Exercício 2019	Exercício 2018
Receitas da intermediação financeira		<u>2.553</u>	<u>5.327</u>	<u>5.378</u>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	11	2.553	5.327	5.378
Receitas/despesas da intermediação financeira		-	-	<u>2</u>
Reversão de provisão de outros créditos de liquidação duvidosa		-	-	2
Resultado bruto da intermediação financeira		2.553	5.327	5.380
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>497</u>	<u>1.158</u>	<u>71</u>
Receitas de prestação de serviços	12	9.215	19.016	18.452
Despesas de pessoal	8 (c)	(1.120)	(2.238)	(1.612)
Outras despesas administrativas	13	(7.021)	(14.169)	(15.367)
Despesas tributárias		(979)	(2.028)	(2.069)
Outras receitas operacionais		1.039	1.377	875
Outras despesas operacionais		(637)	(800)	(208)
Resultado operacional		3.050	6.485	5.451
Resultado antes da tributação sobre o lucro		3.050	6.485	5.451
Imposto de renda e contribuição social	10	<u>(1.267)</u>	<u>(2.713)</u>	<u>(2.431)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(611)	(1.108)	(2.375)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(656)	(1.605)	(56)
Lucro líquido do semestre/exercícios		<u>1.783</u>	<u>3.772</u>	<u>3.020</u>
Lucro líquido por ação do capital social em circulação no fim do semestre/exercícios - R\$		<u>0,060</u>	<u>0,126</u>	<u>0,101</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(em milhares de reais)

	Nota	Reserva de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial			Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva expansão	Títulos disponíveis para venda	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	
Em 01 de janeiro de 2018		70.000	4.348	7.766	4.438	(96)	-	(4.490)	81.966
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	96	-	-	96
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	3.020	-	3.020
Destinação do lucro		-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas		-	151	755	1.397	-	(2.303)	-	-
Dividendos propostos	9 (f)	-	-	-	-	-	(717)	-	(717)
Em 31 de dezembro de 2018		70.000	4.499	8.521	5.835	-	-	(4.490)	84.365
Aumento de capital		10.000	-	(4.165)	(5.835)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	3.772	-	3.772
Destinação do lucro		-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas		-	188	943	1.745	-	(2.876)	-	-
Dividendos propostos	9 (f)	-	-	-	-	-	(896)	-	(896)
Em 31 de dezembro de 2019		80.000	4.687	5.299	1.745	-	-	(4.490)	87.241
Em 01 de julho de 2019		70.000	4.598	9.019	6.755	-	-	(4.490)	85.882
Aumento de capital		10.000	-	(4.165)	(5.835)	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	1.783	-	1.783
Destinação do lucro		-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas		-	89	445	825	-	(1.359)	-	-
Dividendos propostos	9 (f)	-	-	-	-	-	(424)	-	(424)
Em 31 de dezembro de 2019		80.000	4.687	5.299	1.745	-	-	(4.490)	87.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em milhares de reais)

	2º Semestre 2019	Exercício 2019	Exercício 2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado	<u>2.483</u>	<u>5.464</u>	<u>3.010</u>
Lucro líquido do semestre/exercícios	1.783	3.772	3.020
Ajustes do lucro líquido	<u>700</u>	<u>1.692</u>	<u>(10)</u>
Depreciação e amortização	44	87	74
(Reversão) de provisão de outros créditos de liquidação duvidosa	-	-	(2)
Tributos diferidos	656	1.605	56
Provisão para passivos contingentes	-	-	(138)
Variação nos ativos e obrigações	<u>(2.049)</u>	<u>(12.022)</u>	<u>(53.551)</u>
(Aumento) em títulos para negociação	(1.941)	(10.156)	(54.198)
Redução em outros créditos	9.524	8.858	71.771
Redução em outros valores e bens	6	-	1
(Redução) em outras obrigações	(9.008)	(9.695)	(69.724)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(630)	(1.029)	(1.401)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades operacionais	434	(6.558)	(50.541)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Redução em títulos disponíveis para venda	-	-	474
(Aumento) redução em títulos mantidos até o vencimento	(142)	4.647	50.173
Aquisição de imobilizado de uso	-	(59)	(313)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades de investimento	(142)	4.588	50.334
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	-	(715)	(495)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades de financiamento	-	(715)	(495)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	292	(2.685)	(702)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	<u>15.546</u>	<u>18.523</u>	<u>19.225</u>
Disponibilidades	31	10	16
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.515	18.513	19.209
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	<u>15.838</u>	<u>15.838</u>	<u>18.523</u>
Disponibilidades	9	9	10
Aplicações interfinanceiras de liquidez	15.829	15.829	18.513
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>292</u>	<u>(2.685)</u>	<u>(702)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(em milhares de reais)

	Nota	2º Semestre 2019	Exercício 2019	Exercício 2018
Receitas		<u>12.807</u>	<u>25.720</u>	<u>24.707</u>
Intermediação financeira		2.553	5.327	5.378
Prestação de serviços		9.215	19.016	18.452
Reversão de provisão de outros créditos		-	-	2
Outras		1.039	1.377	875
Insumos adquiridos de terceiros		<u>(7.590)</u>	<u>(14.835)</u>	<u>(15.458)</u>
Serviços de terceiros		(6.769)	(13.664)	(14.939)
Água e energia		(35)	(78)	(74)
Comunicações		(227)	(450)	(427)
Materiais		(1)	(3)	(4)
Outros		(558)	(640)	(14)
Valor adicionado bruto		5.217	10.885	9.249
Depreciação e amortização		(44)	(87)	(74)
Valor adicionado a distribuir		5.173	10.798	9.175
Distribuição do valor adicionado		5.173	10.798	9.175
Pessoal		<u>927</u>	<u>1.854</u>	<u>1.337</u>
Remuneração	8 (c)	845	1.696	1.226
Benefícios	8 (c)	36	66	50
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço		46	92	61
Impostos, taxas e contribuições		<u>2.439</u>	<u>5.125</u>	<u>4.775</u>
Federais		1.978	4.174	3.852
Municipais		461	951	923
Remuneração de capitais de terceiros		<u>24</u>	<u>47</u>	<u>43</u>
Aluguéis		24	47	43
Remuneração de capitais próprios		<u>1.783</u>	<u>3.772</u>	<u>3.020</u>
Lucros retidos		1.359	2.876	2.303
Dividendos propostos	9 (f)	424	896	717

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Banrisul Corretora") tem como atividade preponderante a compra e venda de ações, por conta própria e/ou de terceiros, no mercado à vista, de opções, termo e futuro, intermediação de operações em ouro, captação e venda de cotas para a produção de filmes (Lei de Incentivo à Cultura), intermediação de operações de produtos agrícolas na B3 S.A. Brasil, Bolsa e Balcão, coordenação da emissão de debêntures no mercado de capitais, intermediando a compra e venda desses papéis junto aos investidores. Além disso, dentre suas atividades operacionais inclui-se a atuação como gestor de recursos das carteiras dos Fundos de Investimento e Carteiras Administradas que estão sob administração fiduciária do Banrisul.

Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, controladas pelo Banrisul. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN as quais incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e com as normas do BACEN, e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

O Conselho de Administração da Banrisul Corretora autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 03 de fevereiro de 2020.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

3. Principais práticas contábeis

a) Resultado das operações - As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez - As aplicações prefixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro, e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01, do BACEN. São classificados nas seguintes categorias:

Títulos para negociação - incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no resultado.

Títulos disponíveis para venda - títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento - títulos e valores mobiliários sobre os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “pro rata temporis”, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e das rendas a apropriar.

e) Negociação e intermediação de valores - Representa a intermediação de operações realizadas na bolsa de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida ao resultado pelo regime de competência.

f) Ativo Permanente - O imobilizado de uso é registrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, sobre o custo de aquisição, com base nas taxas anuais determinadas em função da vida útil estimada dos bens, as quais sejam: instalações, móveis e equipamentos de uso - 10%, imóveis de uso - 4% e sistemas de processamento de dados - 20%.

g) Passivos circulante e exigível a longo prazo - Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional - CMN e pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, obedecendo aos seguintes critérios:

Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião dos consultores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos consultores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

i) Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - São computados pela aplicação das alíquotas vigentes da seguinte forma: 15% (mais adicional de 10% conforme a legislação) para o imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período e 15% para a Contribuição Social, ajustados pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária.

Os créditos tributários ou obrigação fiscal de imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados sobre as adições e exclusões temporárias e com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises da Administração. O total dos créditos tributários está registrado na rubrica “Outros créditos” no grupo do ativo realizável a longo prazo, conforme descrito na Nota Explicativa nº 6 e as obrigações fiscais diferidas na rubrica “Outras obrigações”, no grupo passivo circulante conforme Nota Explicativa nº 7.

j) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment) - O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

k) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 do CMN, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

l) Lucro por ação - A Banrisul Corretora efetua os cálculos do lucro utilizando o número de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação durante o período correspondente ao resultado.

4. Caixas e equivalentes de caixa

	2019	2018
Disponibilidades	9	10
Aplicações interfinanceiras de liquidez ¹	15.829	18.513
Total	15.838	18.523

(1) Representadas exclusivamente por aplicações no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., lastreadas em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), com compromisso de revenda.

5. Títulos e valores mobiliários

O valor de mercado, apresentado nas tabelas a seguir, foi apurado da seguinte forma: Títulos Públicos Federais, a Banrisul Corretora adota o preço unitário por meio das taxas divulgadas pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (ANBIMA); Ações de Companhias Abertas é utilizado o preço de fechamento das negociações no último dia útil do período e para as Letras Financeiras é adotado um modelo de precificação, que utiliza as curvas futuras divulgadas pela B3 S.A.

A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	2019	2018
Para negociação	68.420	58.264
Disponíveis para venda	9	9
Mantidos até o vencimento	5.204	9.851
Total da carteira	73.633	68.124
Circulante	68.429	58.273
Não circulante	5.204	9.851

a) Títulos e valores mobiliários - Para negociação

	2019		2018
	Valor de custo	Valor de mercado/ contábil	Valor de mercado/ contábil
Vencimento até cinco anos			
Letras financeiras	49.537	49.539	46.575
Letras financeiras do tesouro (LFT) –			
Vinculados à prestação de garantia	7.811	7.806	7.364
Fundos de Investimento –			
Vinculados à prestação de garantia	11.075	11.075	4.325
Total	68.423	68.420	58.264

b) Títulos e valores mobiliários - Disponíveis para venda

	2019		2018
	Valor de custo	Valor de mercado/ contábil	Valor de mercado/ contábil
Sem vencimento			
Certificados de privatização	9	9	9
Total	9	9	9

c) Títulos e valores mobiliários - Mantidos até o vencimento

	2019		2018
	Valor de custo/ contábil	Valor de mercado	Valor de custo/ contábil
Vencimento até cinco anos			
Letras financeiras do tesouro (LFT) –			
Vinculados à prestação de garantia	5.204	5.203	9.851
Total	5.204	5.203	9.851

A administração declara que dispõe de capacidade financeira e intenção de manter esses títulos até o vencimento. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Banrisul Corretora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

6. Outros créditos

	2019	2018
a) Rendas a receber:	838	709
Serviços prestados a receber	773	709
Outras rendas a receber	65	-
b) Negociação e intermediação de valores:	19.567	28.279
Caixa de registro e liquidação	-	27.140
Devedores - Conta liquidações pendentes	19.567	1.139
c) Diversos:	1.079	325
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 10 (b))	-	242
Impostos e contribuições a compensar	175	-
Devedores por depósitos de garantia	904	83
Total - Outros créditos	21.484	29.313
Circulante	20.580	28.988
Não circulante	904	325

7. Outras obrigações

	2019	2018
a) Sociais e estatutárias:	901	722
Dividendos e bonificações a pagar ¹	901	722
b) Fiscais e previdenciárias:	1.572	1.169
Impostos e contribuições sobre o lucro	22	866
Impostos e contribuições diferidos (Nota 10 (b))	1.362	-
Impostos e contribuições a recolher	188	303
c) Negociação e intermediação de valores:	20.336	28.534
Caixa de registro e liquidação	17.930	-
Comissões e corretagens a pagar	68	245
Credores - Conta liquidações pendentes	2.338	28.289
d) Diversas:	1.476	1.769
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.476	1.769
Total geral das outras obrigações	24.285	32.194
Circulante	24.285	32.194

(1) Dividendos propostos e a pagar

8. Operações com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas podem ser assim sumariados:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2019	2018	2019	2018
a) Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.				
Disponibilidades	9	10	-	-
Aplicações no mercado aberto	15.829	18.513	1.016	1.181
Letras Financeiras	49.539	46.575	2.964	3.007
Outros créditos	104	69	1.034	827
Convênio prestação de serviços	1.135	(1.481)	(10.163)	(10.470)
Dividendos	(882)	(706)	-	-
b) Banrisul Cartões S.A.				
Convênio Banricard	-	(3)	-	-

A Banrisul Corretora não possui colaboradores em seu quadro de pessoal, pois toda a operacionalidade é efetuada pelas áreas administrativas e comerciais do Banrisul.

Os custos são suportados pela Banrisul Corretora por meio de convênio de prestação de serviços.

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 4.636/18 do CMN. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração - Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, formado pela Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Remuneração	845	1.696	1.226
Benefícios	36	66	50
Encargos Sociais	239	476	336
Total	1.120	2.238	1.612

A Banrisul Corretora remunerou seus administradores durante o ano de 2019 em R\$2.238 (2018 - R\$1.612).

Não há outros benefícios pagos ou a pagar atualmente, bem como direitos reconhecidos a serem pagos.

A Banrisul Corretora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

9. Patrimônio Líquido

a) Capital social - O capital social em 30 de junho de 2019 é R\$80.000, e está dividido em 40.000.000 (quarenta milhões) de ações, no valor de R\$2,00 cada uma, sendo 20.000.000 (vinte milhões) ordinárias nominativas e 20.000.000 (vinte milhões) preferenciais nominativas.

b) Ações em tesouraria - Encontra-se em tesouraria a quantidade de 10.000.000 ações ordinárias nominativas e 80.000 preferenciais nominativas com o objetivo de futura colocação ou cancelamento.

c) Distribuição de resultados - Do Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: **(i)** 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social; **(ii)** 25% para constituição de Reserva Estatutária; e **(iii)** Dividendos Mínimos Obrigatórios de 25% do Lucro Líquido Ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

d) Reserva Estatutária - Tem por finalidade o pagamento de dividendos ou bonificações aos acionistas, aumento do capital social e absorção de eventuais prejuízos.

e) Reserva para Expansão - A Banrisul Corretora manterá Reserva para Expansão, visando amparar planos de investimento, absorção de prejuízos acumulados e aumento de capital social.

f) Dividendos - Será distribuído o dividendo prioritário devido aos titulares de ações preferenciais de 6% a.a., calculado sobre o quociente resultante da divisão do valor do capital social pelo número de ações, limitado ao dividendo legal de 25% (vinte e cinco por cento).

Se houver sobras, depois de pago o dividendo prioritário acima referido, serão também distribuídos dividendos não superiores àquele aos titulares das ações ordinárias.

Verificando-se, ainda, a existência de sobras, depois desses pagamentos, será distribuído a todos os acionistas um dividendo complementar, até o "quantum" necessário para perfazer, somando as parcelas anteriores, uma distribuição total de dividendos correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma da lei e o saldo, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar.

Os dividendos propostos foram calculados da seguinte forma:

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Lucro líquido do exercício	<u>1.783</u>	<u>3.772</u>	3.020
Constituição de reservas			
Legal	(89)	(188)	(151)
Base de cálculo de dividendos	<u>1.694</u>	<u>3.584</u>	<u>2.869</u>
Dividendos propostos - 25%	<u>424</u>	<u>896</u>	717

10. Imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL:			
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<u>3.050</u>	<u>6.485</u>	<u>5.451</u>
Adições (Exclusões) - Permanentes - IRPJ e CSLL	171	(222)	52
Adições (Exclusões) - Temporárias - IRPJ e CSLL	(1.639)	(3.405)	(154)
(=) Base do IRPJ	<u>1.582</u>	<u>2.858</u>	<u>5.349</u>
Outras Adições (Exclusões) Permanentes - CSLL	(48)	(58)	(44)
(=) Base da CSLL	<u>1.534</u>	<u>2.800</u>	<u>5.305</u>
Imposto de Renda - corrente	(387)	(694)	(1.314)
Contribuição Social - corrente	(233)	(423)	(1.061)
Incentivos Fiscais	9	9	-
Total IRPJ e CSLL - correntes	<u>(611)</u>	<u>(1.108)</u>	<u>(2.375)</u>
IRPJ e CSLL diferidos	(656)	(1.605)	(56)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	<u>(1.267)</u>	<u>(2.713)</u>	<u>(2.431)</u>

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

Em 31 de dezembro de 2019, a Banrisul Corretora possuía imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos sobre as diferenças temporárias, demonstradas a seguir:

- Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2019 não há saldo de crédito tributário. A movimentação dos períodos, segregada em função das origens e desembolsos efetuados, está demonstrada na tabela a seguir:

	Saldo inicial	Constituição (Realização)	31/12/2019	31/12/2018
Provisão outros ativos intangíveis	243	(243)	-	243
Total do ativo fiscal diferido	<u>243</u>	<u>(243)</u>	<u>-</u>	<u>243</u>

- Obrigações fiscais diferidas

Os saldos da provisão para impostos e contribuições diferidos estão representados por:

	Saldo inicial	(Constituição) Realização	31/12/2019	31/12/2018
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação	-	(1.362)	(1.362)	-
Total do passivo fiscal diferido	<u>-</u>	<u>(1.362)</u>	<u>(1.362)</u>	<u>-</u>

11. Resultado de títulos e valores mobiliários

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	471	1.016	1.181
Resultado de títulos de renda fixa	1.781	3.760	4.045
Resultado de títulos de renda variável	-	-	(107)
Rendas de aplicações em fundos de Investimento	301	551	259
Total	<u>2.553</u>	<u>5.327</u>	<u>5.378</u>

12. Receitas de prestação de serviços

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Rendas de administração de fundos de investimento	4.019	8.113	7.984
Rendas de corretagens em operações em bolsas	4.623	9.840	9.601
Rendas de comissões	5	22	11
Rendas de outros serviços	568	1.041	856
Total	<u>9.215</u>	<u>19.016</u>	<u>18.452</u>

13. Outras despesas administrativas

	2º Semestre	Exercício	
	2019	2019	2018
Comunicações	227	450	427
Processamentos de dados	581	1.147	1.045
Serviços do sistema financeiro	394	734	722
Serviços de terceiros	4.531	9.000	9.954
Comissões de intermediação financeira	806	1.847	2.220
Serviços técnicos especializados	227	497	507
Publicações	82	164	135
Outras	173	330	357
Total	<u>7.021</u>	<u>14.169</u>	<u>15.367</u>

14. Gerenciamento de riscos

A Banrisul Corretora aderiu a estrutura de gerenciamento de risco operacional e de mercado em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17. A Banrisul Corretora utiliza a estrutura implementada pelo Banrisul, líder do conglomerado financeiro. A estrutura integrada de gestão de capital e de riscos corporativos do Grupo Banrisul é coordenada pela Unidade de Gestão de Riscos Corporativos. Os processos são mapeados, classificados e consolidados de acordo com as características das exposições das operações, e em conformidade com as recomendações dos órgãos reguladores.

15. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Banrisul Corretora não figurava como parte em processos judiciais de natureza cível classificados como perda provável.

Existem processos que, de acordo com análise efetuada pela assessoria jurídica do Banrisul, são considerados como perda possível, no montante de R\$165 (31/12/2018 – R\$248), desta forma não foram provisionados contabilmente. Essas contingências, são decorrentes, principalmente, de indenização por dano material e/ou moral, cobrança e prestação de contas. Ainda, dentre os processos com probabilidade de perda possível a Banrisul Corretora é parte da Ação Popular 001/1.05.0252690-8, entretanto, devido à incerteza na mensuração da perda, esta não consta no montante de R\$165 supracitado.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163 da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, acompanhadas do Relatório sobre as demonstrações financeiras emitido pelos Auditores Independentes, sem ressalvas, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Com base em nossos exames e esclarecimentos prestados pela Administração, sem modificações, por unanimidade, opinamos favoravelmente e sem ressalvas, concluímos que os documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial e as atividades desenvolvidas pela companhia.

Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2020.

Conselheiros

Flávia Colossi Frey

Rodrigo Mata Tortoriello

Thiago Josué Ben

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Administradores, aos conselheiros e aos acionistas da

Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio

Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio ("Banrisul Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Corretora em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Banrisul Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Banrisul Corretora e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Banrisul Corretora. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstrações do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas DVA foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Banrisul Corretora é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Banrisul Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Banrisul Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Banrisul Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Corretora.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul

Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 3 de fevereiro de 2020.

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/F-7

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo

Contador CRC 1SP-252419/O-0

Banrisul S/A Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio

Diretoria

Nilvo Reinoldo Fries
Diretor - Presidente

Carmem Paludo
Diretora

Roberto Balestrin
Diretor

Conselho de Administração

Jair Antonio Pauletto
Presidente

Almir da Costa Barreto
Antônio Ávila da Silva
Diana Paula Sana
Leo Marco Nunes Meira
Márcio Rafael Machado
Conselheiros

Fabiana Rodrigues de Souza
Contadora CRCRS – 084401/O-6



Fundada em 17 de dezembro de 1970

Endereço:

Rua Caldas Junior, 108 - 4º Andar

Porto Alegre - RS - Brasil

www.banrisulcorretora.com.br

SAC: 0800 648 1516

Ouvidoria: 0800 644 2200

PARECER

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163 da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, acompanhadas do Relatório sobre as demonstrações financeiras emitido pelos Auditores Independentes, sem ressalvas, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Com base em nossos exames e esclarecimentos prestados pela Administração, sem modificações, por unanimidade, opinamos favoravelmente e sem ressalvas, concluímos que os documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial e as atividades desenvolvidas pela companhia.

Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2020.

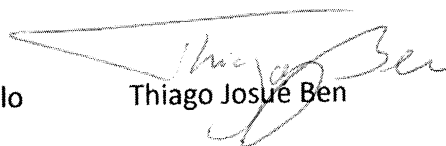
Conselheiros



Flávia Colossi Frey



Rodrigo Mata Tortoriello



Thiago Josué Ben

PARECER

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio, e no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Valor Adicionado, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Com base em nossos exames, no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2020.

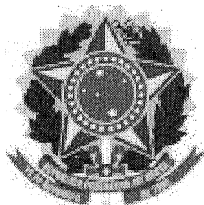

Jair Antonio Pauletto


Almir da Costa Barreto


Antônio Ávila da Silva


Leo Marco Nunes Meira


Diana Paula Sana



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: FABIANA RODRIGUES DE SOUZA
REGISTRO.....	: RS-084401/O-6
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 981.280.190-15

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: RIO GRANDE DO SUL, 20/02/2020 as 15:38:09.

Válido até: 20/05/2020.

Código de Controle: 752635.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

**Banrisul S.A. - Administradora
de Consórcios**

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA**

BANRISUL S.A. ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

**Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92692979/0001-24
Rua Caldas Júnior, 108 - 4º andar - Porto Alegre - RS**

Relatório da Administração - Senhores Clientes: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação as Demonstrações Financeiras, relativas ao Exercício encerrado em 31.12.2019, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios tem como objetivo administrar grupos de consórcios, principalmente de imóveis e automóveis, oportunizando a clientes e não clientes do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. a aquisição de bens e até mesmo a construção ou reforma de seu imóvel residencial ou comercial. Em 31.12.2019 a empresa administrava 178 grupos de consórcios (160 grupos em 2018) com uma base de clientes ativos de 70.804 consorciados (59.096 consorciados ativos em 2018), sendo que, no ano de 2019, ocorreram 9.718 contemplações (9.053 contemplações em 2018). No período, apresentou lucro líquido de R\$ 44.545 mil (R\$ 37.857 mil em 2018). A Banrisul Consórcios tem como política a distribuição de resultados, assegurando aos acionistas, a título de dividendos, uma quota do lucro líquido, em percentual a ser definido anualmente nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, ajustado nos termos da Lei. A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter em carteira os títulos classificados como mantidos até o vencimento, conforme disposto no artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN. Agradecemos aos nossos consorciados, fornecedores e conselheiros pela confiança e credibilidade; ao nosso controlador, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., pelo apoio recebido; aos nossos colaboradores, pela dedicação e profissionalismo com que conduzem suas atividades. A Administração.

Balanços Patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (valores em Milhares de Reais)

Ativo	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	151.931	189.206
Disponibilidades	74	44
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	139.370	179.235
Carteira própria	139.370	179.235
Outros créditos - diversos (Nota 6)	12.487	9.927
Realizável a longo prazo	177.779	123.759
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	174.242	120.811
Carteira própria	174.242	120.811
Outros créditos - diversos (Nota 6)	3.537	2.948
Permanente	2.692	343
Investimentos	2.389	-
Imobilizado de uso	303	343
Outras imobilizações de uso	708	677
Depreciações acumuladas	(405)	(334)
Total do ativo	332.402	313.308
Passivo e patrimônio líquido	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	63.353	57.365
Outras obrigações	63.353	57.365
Sociais e estatutárias (Nota 7)	31.802	27.017
Fiscais e previdenciárias (Nota 8)	10.090	8.429
Diversas (Nota 9)	21.461	21.919
Exigível a longo prazo	578	405
Outras obrigações	578	405
Passivos contingentes (Nota 10)	578	405
Patrimônio líquido	268.471	255.538
Capital social (Nota 11)	200.000	200.000
Reservas de lucros	67.934	55.128
Ajuste de avaliação patrimonial	537	410
Total do passivo e patrimônio líquido	332.402	313.308

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 (valores expressos em Milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação apresentado em Reais)

	2º Semestre 2019	2019	2018
Receitas da intermediação financeira			
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	8.377	17.740	17.988
Resultado bruto da intermediação financeira	8.377	17.740	17.988
Outras receitas (despesas) operacionais	27.718	48.034	38.996
Receitas de prestação de serviços (Nota 12)	45.189	85.119	75.044
Outras despesas administrativas (Nota 13)	(13.266)	(27.092)	(25.359)
Despesas tributárias	(6.912)	(13.148)	(11.802)
Resultado de equivalência patrimonial	2.528	2.528	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	179	627	1.113
Resultado operacional	36.095	65.774	56.984
Imposto de renda e contribuição social (Nota 14)	(11.176)	(21.229)	(19.127)

Valores correntes	(11.274)	(21.351)	(19.194)
Valores diferidos	98	122	67
Lucro Líquido do Semestre/Exercício	24.919	44.545	37.857
Lucro líquido por ação do capital social em circulação no fim do semestre/exercício - R\$	<u>0,28</u>	<u>0,50</u>	<u>0,42</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 (valores expressos em Milhares de Reais, exceto dividendos propostos por ação)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva Especial	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	200.000	11.861	10.667	21.715	362	-	244.605
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	48	37.857	37.857
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	48
Destinação do lucro	-	1.893	1.893	7.099	-	(10.885)	-
Constituição de reservas (Nota 11)	-	-	-	-	-	(26.972)	(26.972)
Dividendos propostos (R\$ 0,30 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	200.000	13.754	12.560	28.814	410	-	255.538
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	127	44.545	44.545
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	127
Destinação do lucro	-	2.227	2.227	8.352	-	(12.806)	-
Constituição de reservas (Nota 11)	-	-	-	-	-	(31.739)	(31.739)
Dividendos propostos (R\$ 0,35 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	200.000	15.981	14.787	37.166	537	-	268.471
Mutações do Exercício	-	2.227	2.227	8.352	127	-	12.933
Saldos em 1º de julho de 2019	200.000	14.735	13.541	32.494	352	-	261.122
Lucro Líquido do semestre	-	-	-	-	185	24.919	24.919
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	185
Destinação do lucro	-	1.246	1.246	4.672	-	(7.164)	-
Constituição de reservas (Nota 11)	-	-	-	-	-	(17.755)	(17.755)
Dividendos propostos (R\$ 0,20 por ação em circulação)	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	200.000	15.981	14.787	37.166	537	-	268.471
Mutações do Semestre	-	1.246	1.246	4.672	185	-	7.349
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							

Demonstrações do Fluxo de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 (valores expressos em Milhares de Reais)

	2º Semestre 2019	2019	2018
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	24.919	44.545	37.857
Lucro líquido do semestre/exercício	-	-	-
Ajustes ao lucro líquido	126	173	172
Provisão para contingências	(98)	(122)	90
Créditos tributários	33	72	77
Depreciação	(2.528)	(2.528)	-
Equivalência Patrimonial	-	-	-
Variações de ativos e obrigações	(26.020)	(13.439)	(22.510)
Aumento em títulos e valores mobiliários	10.423	7.038	13.658
(Aumento) redução em outros créditos	(5.613)	(9.926)	(14.043)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(1.216)	1.201	9.632
Aumento (redução) em outras obrigações	-	-	-
Caixa líquido proveniente das aplicações nas atividades operacionais	26	27.014	24.933
Atividades de investimento	(31)	(31)	(4)
Aquisições de imobilizado	(31)	(31)	(4)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(31)	(31)	(4)
Atividades de financiamento	-	(26.953)	(24.931)
Pagamento de dividendos	-	(26.953)	(24.931)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(26.953)	(24.931)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(5)	30	(2)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	79	44	46
Disponibilidades	79	44	46
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	74	74	44
Disponibilidades	74	74	44
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(5)	30	(2)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstrações Consolidadas dos Recursos de Consórcio – Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (valores expressos em Milhares de Reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo	1.067.629	896.634
Circulante	477	520
Disponibilidades	481.517	416.433
Aplicações financeiras (Nota 17)	45.056	50.809
Disponibilidade do grupo	436.241	365.624
Vinculadas a contemplações	220	-
Recursos grupos em formação	585.635	479.681
Outros créditos	-	1.009
Bens apreendidos ou retomados	585.635	478.672
Direitos junto a consorciados contemplados (Nota 16)	4.704.669	4.206.255
Compensação	-	-
Consórcio	-	-

Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	34.500	30.653
Contribuições devidas ao grupo	2.452.123	2.179.724
Valores e bens ou serviços a contemplar	2.218.046	1.995.878
Total do Ativo	5.772.298	5.102.889

Passivo	31/12/2019	31/12/2018
Circulante/Exigível a Longo Prazo	1.067.629	896.634
Outras obrigações	1.067.629	896.634
Obrigações com consorciados	421.405	359.018
Grupos em formação	220	-
Valores a repassar	4.456	2.539
Contemplações a entregar	436.241	365.624
Recursos a devolver a consorciados	142.665	114.949
Recursos dos grupos	62.642	54.504
Compensação	4.704.669	4.206.255
Consórcio		
Recursos mensais a receber de consorciados	34.500	30.653
Obrigações do grupo por contribuições	2.452.123	2.179.724
Bens ou serviços a contemplar	2.218.046	1.995.878
Total do Passivo	5.772.298	5.102.889

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Consolidadas das Variações nas Disponibilidades de Grupos de Consórcios – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 (valores expressos em Milhares de Reais)

	2º Semestre 2019	2019	2018
Disponibilidades no início do período	452.385	416.953	391.953
(+) Recursos coletados	341.073	641.292	597.614
Contribuições para aquisições de bens	268.266	503.949	471.798
Taxa de administração	41.953	80.229	71.452
Contribuição ao fundo de reserva	9.311	17.461	15.957
Renda de aplicação financeira	9.773	19.903	19.733
Prêmios de seguros	5.208	10.069	9.011
Outros	6.562	9.681	9.663
(-) Recursos utilizados	311.464	576.251	572.614
Aquisição de bens	241.265	441.219	437.226
Taxa de administração	43.156	81.705	73.397
Prêmio de seguros	5.218	10.110	9.042
Devolução a consorciados desligados	10.480	20.892	21.665
Outros	11.345	22.325	31.284
Disponibilidades no final do período	481.994	481.994	416.953
Depósitos bancários	477	477	520
Aplicações financeiras	481.517	481.517	416.433

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional: A Banrisul S.A. Administradora de Consórcios ("Administradora" ou "Banrisul Consórcios") tem por objeto a constituição e administração de grupos de consórcios destinados à aquisição de bens móveis e imóveis, conforme definido na legislação em vigor, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A ("Banrisul") seu principal parceiro na comercialização de seus produtos. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, controladas pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de prática e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, específicas para empresas administradoras de consórcio e estão sendo apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e com as alterações estabelecidas pela carta circular BACEN nº 3.624/13. As cartas circulares nº 3.147/04 e nº 3.192/05, do Banco Central do Brasil, alteram e consolidam as diretrizes contábeis a serem utilizadas pelos grupos de consórcio, que incluem a preparação das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio. A diretoria da Administradora autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 03/02/2020.

3. Principais práticas contábeis da administradora e grupos de consórcios:

a) Da administradora:

(i) Apuração do resultado - A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas conforme art. 8º, § 2º da Circular nº 2.381/93 do Banco Central do Brasil. As comissões de vendas das cotas de consórcio são pagas e registradas no resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

(iii) Títulos e valores mobiliários – Registrados e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068/01, do Banco Central do Brasil. São classificados nas seguintes categorias: Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos reconhecidos no

resultado. Títulos disponíveis para venda – Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido. Títulos mantidos até o vencimento – Títulos e valores mobiliários sobre os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, avaliados pelo seu custo de aquisição, desde que não haja perdas de caráter permanente acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **(iv) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)** - Demonstrado pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos, bem como, quando aplicável, deduzidos das correspondentes provisões para perdas e rendas a apropriar. **(v) Imobilizado de uso** - É demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. As depreciações são calculadas linearmente, utilizando-se as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. **(vi) Redução ao valor recuperável** - O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **(vii) Demais passivos circulantes** - Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, até a data do balanço. **(viii) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) obedecendo aos seguintes critérios: Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos. Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco da perda de uma ação, com provável saída de recursos para a liquidação das obrigações em montantes mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. **(ix) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 ao ano (R\$ 120 no semestre), e a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação. O imposto de renda e a contribuição social sobre as diferenças temporárias estão apresentados no grupo não circulante na rubrica "Outros créditos diversos" e refletidos no resultado do período. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. **(x) Estimativas contábeis** - As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem imposto de renda diferido ativo e provisão para perda de créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a subjetividades inerentes ao processo de sua determinação. A Administradora revisa as estimativas e premissas semestralmente. **b) Dos grupos de consórcio** - Ativos e passivos circulantes, que incluem valores a vencer acima de 360 dias, estão representados principalmente pelas seguintes contas: **(i) Disponibilidades e aplicações financeiras** - Representam os recursos disponíveis e ainda não utilizados pelos grupos, aplicados segundo determinações e classificados de acordo com as Circulares nºs 2.454/94 e 3.524/11 do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum de cada grupo diariamente, não incidindo sobre estes, taxa de administração. As aplicações financeiras são efetuadas em fundos de investimentos, e foram avaliadas, respectivamente, com base no valor das quotas divulgados pelo administrador do fundo na data do balanço. **(ii) Direitos junto a consorciados contemplados** - Referem-se ao registro dos valores a receber a título de fundo comum e de fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com o preço dos respectivos bens nas datas dos balanços. **(iii) Provisão mensal de recursos a receber de consorciados** - Demonstram a previsão de recebimentos de contribuições (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês seguinte ao do encerramento das demonstrações financeiras, inclusive de consorciados em atraso, deduzidos de taxa de administração e de prêmio de seguro. O montante foi calculado com base no valor do bem vigente nas datas dos balanços, conforme determinação do Banco Central do Brasil. **(iv) Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições** - Referem-se às contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos até o final dos grupos, calculados com base no valor do bem vigente nas datas de assembleias de contemplações. **(v) Valores de bens ou serviços a contemplar** - Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado com base no preço dos bens nas datas de assembleias de contemplações. **(vi) Obrigações com consorciados** - Referem-se aos valores recebidos dos consorciados não contemplados a título de fundo comum, para a aquisição de bens ou serviços, os valores recebidos dos consorciados não contemplados a título de fundo comum, para a aquisição de bens ou serviços, os valores recebidos dos consorciados e ainda não repassados pelos grupos relativos à taxa de administração, prêmios de seguro, multas e juros moratórios, custas judiciais, despesas de registro de contratos de garantia, multa rescisória e outros. **(viii) Obrigações por contemplações a entregar** - Registra os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescido da respectiva remuneração. **(ix) Recursos a devolver a consorciados** - Registra o valor dos recursos a serem devolvidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortizações e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor das contribuições, deduzidos de multas, quando aplicável. **(x) Recursos dos grupos** - Registra os

recursos dos grupos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento dos grupos. **(xi) Risco de crédito** - Os Grupos de Consórcio possuem Seguro de Quebra de Garantia, que visa garantir ao grupo o recebimento de recursos da seguradora em caso de inadimplemento do consorciado contemplado. Para tanto, o consorciado contemplado passa por uma análise de crédito com critérios definidos na apólice da seguradora antes de retirar o bem. **4. Resumo das operações de consórcios:** As operações de grupos de consórcio em andamento, conforme Circular nº 2.381/93, art. 13, parágrafo 2º do Banco Central do Brasil, apresentam as seguintes posições em:

	Quantidade	
	2019	2018
Grupos Administrados	178	160
Consortados Ativos	70.804	59.096
Bens Entregues - no ano	8.624	9.203
Bens Entregues - Total	27.488	28.665
Bens Pendentes de Entrega	6.661	5.606
Desistentes/Excluídos - no ano	9.233	7.649
Desistentes/Excluídos - Total	32.799	23.944
A taxa de inadimplência é de 2,72% (2018 – 2,53%).		

5. Títulos e valores mobiliários (Administradora) - A carteira de títulos e valores mobiliários está assim representada:

	2019	2018
Circulante		
Para negociação	73.212	49.083
Disponível para venda	2.482	2.269
Mantidos até o vencimento	63.676	127.883
Total	139.370	179.235
Realizável a longo prazo		
Mantidos até o vencimento	174.242	120.811
Total	174.242	120.811

a) Títulos e valores mobiliários - Para negociação

	2019	2018
	Valor Custo/Curva	Valor de Mercado/Contábil
Fundo Premium FI RF LP	57.483	57.483
Banrisul Master FI Refer. DI LP (1)	15.729	15.729
Total	73.212	49.083

(1) Recursos dos Grupos Encerrados Contabilmente.

b) Títulos e valores mobiliários - Disponíveis para venda

	2019	2018
	Valor Custo/Curva	Valor de Mercado/Contábil
Fundo de Investimento Imobiliário	1.669	2.482
Total	1.669	2.269

Em 31 de dezembro de 2019, os resultados não realizados dos títulos classificados na categoria de títulos disponíveis para venda apresentaram um ganho de R\$ 813 (2018 - R\$ 621), os quais estão registrados no patrimônio líquido na rubrica de ajuste de avaliação patrimonial, deduzidos dos efeitos tributários de R\$ 276 (2018 - R\$ 211).

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

c) Títulos e valores mobiliários - Mantidos até o vencimento

	2019	2018
	Valor Custo/Curva	Valor Mercado
Letras Financeiras	237.918	238.164
Total	237.918	248.942

As aplicações em Letras Financeiras foram realizadas com prazos de 731, 1096 e 1.097 dias (taxa DI de 106,5%, 108%, e 107,5%, respectivamente), aplicadas junto ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

A Administração declara que dispõe de capacidade financeira para manter esses títulos até o vencimento.

Para o cálculo da marcação a mercado são utilizadas as curvas de contratos futuros divulgadas pela B3 – Brasil, Bolsa, Balcão.

6. Outros créditos - diversos (Administradora)

	2019	2018
Circulante		
Cotas de consórcio adquiridas pela própria administradora	9.518	6.771
Valores pendentes em cobrança judicial (cotas inadimplentes)	839	835
IRRF a compensar	649	1.391
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social (a)	671	597
Outros	810	333
Total	12.487	9.927
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais (c)	2.631	2.695
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social (a)	158	110
Impostos e contribuições a compensar	748	143
Total	3.537	2.948

(a) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social referem-se ao imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias oriundas da provisão para passivos contingentes (ações cíveis), remuneração variável sobre a performance comercial e campanha de vendas.

A expectativa de realização desses créditos é até 2024 (Nota 14) e o valor presente, calculado com base nessa expectativa e pelo custo de captação, é de R\$ 767 (2018- R\$ 653).

(b) Recolhimento mensal por estimativa do IRPJ e CSLL visto que a empresa é tributada pelo Lucro Real Anual.

(c) O valor de R\$ 2.631 (2018 - R\$ 2.695) está relacionado a depósitos judiciais referentes a processos cíveis e a processos judiciais movidos por diversos municípios requerendo o recolhimento de ISS sobre operações de arrendamento mercantil realizadas pela então Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios.

7. Sociais e estatutárias (Administradora)

Os saldos de obrigações sociais e estatutárias estão assim representados:

	2019	2018
Dividendos a pagar (Nota 11b)	31.739	26.972
Outras	63	45
Total	31.802	27.017

8. Obrigações fiscais e previdenciárias (Administradora)

	2019	2018
Impostos e contribuições sobre o lucro	8.567	7.042
Outras	1.523	1.387
Total	10.090	8.429

9. Diversas (Administradora)

	2019	2018
Obrigações por recursos de consorciados - grupos encerrados	15.662	16.716
Convênio prestação de serviços (Nota 15)	4.145	3.734
Credores diversos	1.092	911
Outros valores	562	558
Total	21.461	21.919

10. Provisão para contingências

(a) Provisão para contingências - Prováveis

	2019	2018
Provisão para passivos contingentes cíveis e fiscais	578	405
Total	578	405

As movimentações das provisões estão apresentadas a seguir:

	2019	2018
Contingências Cíveis	405	233
Saldo Inicial	165	268
Constituição e atualização monetária	(86)	(84)
Reversão da provisão	-	(12)
Baixas por pagamento	484	405
Saldo Final	405	405

	2019	2018
Contingências Fiscais	-	-
Saldo Inicial	94	-
Constituição e atualização monetária	-	-
Reversão da provisão	-	-
Baixas por pagamento	94	-
Saldo Final	94	-

(b) Provisão para contingências - Possíveis

A Banrisul Consórcios possui contingências tributárias e cíveis decorrentes de processos judiciais e autos de infração, principalmente processos relativos a cobrança de ISS movidos por diversos municípios sobre operações de arrendamento mercantil, realizadas pela então Banrisul S.A. Arrendamento Mercantil, atualmente denominada Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e a processos movidos por consorciados, cuja perda foi avaliada pelos assessores jurídicos como possível, no valor de R\$ 9.434 (2018 - R\$ 31.795) e R\$ 1.972 (2018 - R\$ 2.611) respectivamente, para as quais, de acordo com as práticas contábeis, não foi constituída provisão.

11. Patrimônio líquido (Administradora): **a) Capital Social** - O Capital Social no valor de R\$ 200.000 é composto por 89.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b) Distribuição de Resultados** - O lucro líquido do semestre, 89.500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **c) Distribuição de Resultados** - O lucro líquido do semestre, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações: (i) 5% para constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital Social, (ii) 5% para constituição de reserva estatutária e (iii) os lucros remanescentes, conforme disposições estatutárias, terão o destino que for deliberado pela Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras. A distribuição das Reservas de Lucros é estabelecida conforme determinação da Lei das S/A e estatuto social da empresa. Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo anual de 75% do lucro líquido ajustado nos termos da Legislação Societária e do Estatuto Social. Os dividendos de 2018 foram pagos em 06/06/2019. Os dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2019 serão pagos no primeiro semestre de 2020 e estão demonstrados abaixo:

	2019	2018
Lucro líquido do período	44.545	37.857
Reserva legal (5%)	(2.227)	(1.893)
Base de cálculo dos dividendos	42.318	35.964
Dividendos propostos	31.739	26.972
Dividendos por ações em circulação - R\$	0,35	0,30

12. Receita de Prestação de Serviços

	2º Semestre 2019	2019	2018
Receita de Prestação de Serviços	45.189	85.119	75.044
Total	45.189	85.119	75.044

A receita da prestação de serviços refere-se à taxa de administração recebida pela gestão e administração dos grupos de consórcios.

13. Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2019	2019	2018
Convênio de prestação de serviços (Nota 15)	(11.363)	(23.072)	(22.459)
Despesas de serviços de terceiros	(35)	(69)	(65)
Despesas com administração e conselhos	(348)	(807)	(818)
Aluguéis	-	-	(2)
Manutenção	(44)	(44)	(5)
Outras despesas administrativas	(1.476)	(3.100)	(2.010)
Total	(13.266)	(27.092)	(25.359)

14. Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL (Administradora)

Conciliação do resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	2º Semestre 2019	2019	2018
Resultado do período antes da tributação sobre o lucro	36.095	65.774	56.984
Adições (Exclusões) permanentes/temporárias – IRPJ	(1.857)	(1.861)	501
Adições (Exclusões) permanentes/temporárias – CSLL	(1.865)	(1.872)	484
(=) Base do IRPJ	34.238	63.913	57.485
(=) Base da CSLL	34.230	63.902	57.468
Imposto de Renda	(8.547)	(15.954)	(14.347)
Contribuição Social	(3.081)	(5.751)	(5.173)
Deduções doações e patrocínios	354	354	325
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(11.176)	(21.229)	(19.127)
IRPJ e CSLL Corrente	(11.274)	(21.351)	(19.194)
IRPJ e CSLL Diferidos	98	122	67

Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativos

	Saldo Inicial	Constituição (Realização)	31/12/2019	31/12/2018
Outras provisões temporárias	707	122	829	707
Total do ativo fiscal diferido	707	122	829	707

Expectativa de realização dos créditos tributários

	Contribuição Social	Imposto de Renda	Total
2020	178	495	673
2021	10	29	39
2022	10	29	39
2023	10	29	39
2024	10	29	39
Total 31.12.2019	218	611	829
Total 31.12.2018	187	520	707

Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo

	Saldo Inicial	Constituição (Realização)	31/12/2019	31/12/2018
Obrigações fiscais diferidas	211	65	276	211
Total do passivo fiscal diferido	211	65	276	211

15. Transações com partes relacionadas (Administradora)

As transações com partes relacionadas compreendem, basicamente, depósitos e aplicações financeiras no Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. e acordo operacional que regula a prestação de serviços entre o Banrisul e a Banrisul Administradora de Consórcios. Além disso, são recebidos da Banrisul Cartões S.A. dividendos conforme Estatuto Social da mesma, podendo ser assim demonstradas:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.				
Disponibilidades	74	-	44	-
Títulos e valores mobiliários	311.130	17.529	297.777	17.807
Outras obrigações - sociais e estatutárias	(31.638)	-	(26.888)	-
Convênio prestação de serviços	(4.144)	(23.072)	(3.734)	(22.459)
Banrisul Cartões S.A.				
Clientes	-	(10)	-	(21)
Dividendos	139	135	-	114
Equivalência	2.389	2.528	-	-

A empresa é acionista da Banrisul Cartões S.A, do grupo Banrisul, com participação societária de 0,22%. Sobre este investimento é aplicado o Método de Equivalência Patrimonial. A Administradora não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou de remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. Os Administradores possuem duas cotas de consórcios de nossa administradora. As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Circular BACEN nº 3.901/18 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1). Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de ausência de risco.

16. Direitos junto a consorciados contemplados (Grupos de Consórcios)

Direitos junto a consorciados estão assim representados:

	2019	2018
Curso normal	582.409	477.336
Em atraso	2.440	1.156
Em cobrança judicial	786	180
Total de direitos junto a consorciados contemplados	585.635	478.672

17. Aplicações financeiras (Grupos de Consórcios) - As aplicações financeiras dos grupos de consórcios (em andamento e em formação) correspondem ao valor de R\$ 481.517 (2018 - R\$ 416.433) e estão compostas em cotas de fundos referenciados DI administrados pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. **18. Instrumentos financeiros (Administradora)** - O principal risco que a Administradora possui relacionado aos seus instrumentos financeiros é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes em operações financeiras, de suas obrigações nos termos pactuados, incluindo as operações dos grupos de consórcios, sob a sua administração. A Administradora, através do seu controlador, efetua o gerenciamento do risco de crédito monitorando por meio do comportamento de sua carteira, a concentração em clientes e o nível de inadimplência. **19. Gerenciamento de Risco** - A Banrisul Consórcios aderiu a estrutura de gerenciamento de risco operacional e de mercado em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.557/17, e utiliza a estrutura implementada pelo Banrisul, líder do conglomerado financeiro.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 163, itens II e VII, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Com base nesses exames, sem ressalvas, em nossos procedimentos periodicamente adotados e no Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas e sem modificações, somos da opinião, por unanimidade, de que as mencionadas demonstrações refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela companhia. Porto Alegre, 4 de fevereiro de 2020.

Claudio Leite Gastal
Paula Ferreira Krieger
Paulo Ricardo Brito Morales
Conselheiros

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da **Banrisul S.A. Administradora de Consórcios**. Porto Alegre – RS.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios (“Banrisul Consórcios”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos nessa data, as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2019 e das variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banrisul Consórcios em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e o exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2019 e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcios para o semestre e o exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Banrisul Consórcios, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Banrisul Consórcios é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Banrisul Consórcios continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Banrisul Consórcios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Banrisul Consórcios são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos

procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Banrisul Consórcios. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas, a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Banrisul Consórcios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Banrisul Consórcios a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 3 de fevereiro de 2020.
KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/F-7. **Fernando Antonio Rodrigues Alfredo** - Contador CRC 1SP252419/O-0.

Irany de Oliveira Sant'Anna Júnior
Diretor-Presidente

Artemino Raimundo Rosin
Gabriel Leal Marchiori
Diretores

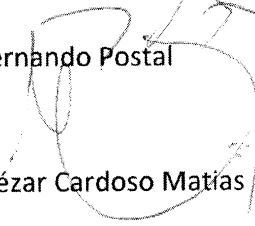
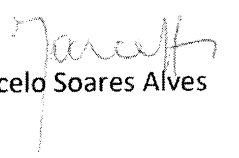
Conselho de Administração
Jorge Fernando Krug Santos - **Presidente**
Flávio Pompermayer - **Vice-Presidente**
Fernando Postal - **Conselheiro**
Irany de Oliveira Sant'Anna Junior - **Conselheiro**
Jose Luiz Castro Mendel - **Conselheiro**
Ladir César Cardoso Matias - **Conselheiro**
Marcelo Soares Alves - **Conselheiro**

Kathia Helena Iahnke de Oliveira
Contadora - CRC RS-061075/O-7

PARECER

Na qualidade de membros do Conselho de Administração da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos conferem o artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Com base em nossos exames, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2020.


Jorge Fernando Krug Santos
Fernando Postal
Irany de Oliveira Sant'Anna Junior
Ladir César Cardoso Matias
José Luiz Castro Mendel
Marcelo Soares Alves

PARECER

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos II e VII do art. 163 da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e as disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, que compreendem: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, documentos esses relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Com base em nossos exames e no Relatório dos Auditores Independentes, sem modificações, somos da opinião de que as mencionadas demonstrações merecem a aprovação dos acionistas.

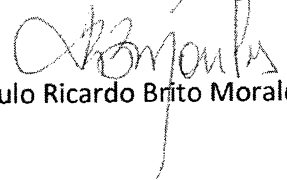
Porto Alegre, 04 de fevereiro de 2020.



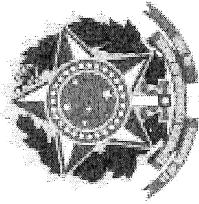
Cláudio Leite Gastal



Paula Ferreira Krieger



Paulo Ricardo Brito Morales



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em situação regular.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: KATHIA HELENA IAHNKE DE OLIVEIRA CRIXEL
REGISTRO.....	: RS-061075/O-7
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: 415.689.310-34

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCRS contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: RIO GRANDE DO SUL, 05/03/2020 as 13:51:08.
Válido até: 03/06/2020.
Código de Controle: 441812.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCRS.

Banrisul Cartões S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS.....	05
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	07
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	17
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	19
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	20
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	20
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	22
DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS	23
NOTAS EXPLICATIVAS	25
NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL.....	27
NOTA 02 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	27
NOTA 03 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	32
NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	33
NOTA 05 - CLIENTES.....	33
NOTA 06 - ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS.....	34
NOTA 07 - IMOBILIZADO.....	35
NOTA 08 - CARTÕES EM CIRCULAÇÃO	35
NOTA 09 - CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS.....	35
NOTA 10 - OBRIGAÇÕES FISCAIS.....	36
NOTA 11 - OUTROS PASSIVOS.....	36
NOTA 12 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	36
NOTA 13 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	37
NOTA 14 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	38
NOTA 15 - RECEITA LÍQUIDA.....	39
NOTA 16 - CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	39
NOTA 17 - DESPESAS GERAIS, ADMINISTRATIVAS E DE PESSOAL.....	39
NOTA 18 - OUTRAS RECEITAS (DESPESAS).....	39
NOTA 19 - RESULTADO FINANCEIRO	40
NOTA 20 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS.....	40
NOTA 21 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	41
NOTA 22 - OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS	43
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	53
PARECER DO CONSELHO FISCAL	57

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS 2019

- O volume financeiro transacionado alcançou R\$29,5 bilhões em 2019, com crescimento de 10,5% quando comparado a 2018.
- A quantidade de transações capturadas foi de 333,8 milhões em 2019, com evolução de 8,2% em relação a 2018.
- A antecipação do recebimento de vendas atingiu R\$3,8 bilhões no ano de 2019, com volume 19,9% superior ao computado em 2018, decorrente do aumento do volume antecipado pelo canal de vendas Banrisul e pelo segmento de subcredenciadores.
- A Receita Líquida alcançou R\$491,3 milhões no 2019, com retração de 4,6% frente a 2018.
- O EBITDA foi de R\$259,2 milhões em 2019, 3,3% acima do registrado no ano de 2018 e margem EBITDA de 52,8%, com aumento de 4,1 pontos percentuais (p.p.) ante o mesmo período do ano anterior, decorrente da mudança do modelo de negócios da Companhia, com foco no aluguel de equipamentos.
- O Lucro Líquido totalizou R\$271,7 milhões no ano de 2019, com elevação de 4,9% quando comparado a 2018.

Destaques Operacionais e Financeiros	4T19	4T18	Var. % 4T19 x 4T18	3T19	Var. % 4T19 x 3T19	2019	2018	Var. % 2019 x 2018
Volume Financeiro Transacionado (R\$ milhões)	8.162,0	7.634,9	6,9%	7.201,3	13,3%	29.515,4	26.717,5	10,5%
Quantidade de Transações (milhões)	91,1	87,1	4,6%	81,4	11,9%	333,8	308,5	8,2%
Faturamento (R\$ milhões)	395,1	392,1	0,8%	367,8	7,4%	1.468,1	1.452,7	1,1%
Quantidade de Transações (milhões)	5,6	5,6	0,4%	5,5	1,6%	21,7	21,5	0,9%
EBITDA	68,7	64,4	6,6%	60,7	13,2%	259,2	251,0	3,3%
% Margem EBITDA	53,0%	50,0%	+3,0p.p.	50,3%	+2,7p.p.	52,8%	48,7%	4,1p.p.
Lucro Líquido (R\$ milhões)	70,6	68,6	3,0%	67,0	5,4%	271,7	258,9	4,9%



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Banrisul Cartões S.A., referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

LINHA DE PRODUTOS

A Banrisul Cartões atua em duas linhas de produtos:

Rede de Adquirência “Vero”: envolve as atividades de credenciamento, captura, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito, débito, pré e pós-pagos.

Cartões de Benefícios e Empresariais “BanriCard”: envolve a emissão dos cartões pré e pós-pagos, administrados por meio de convênios.

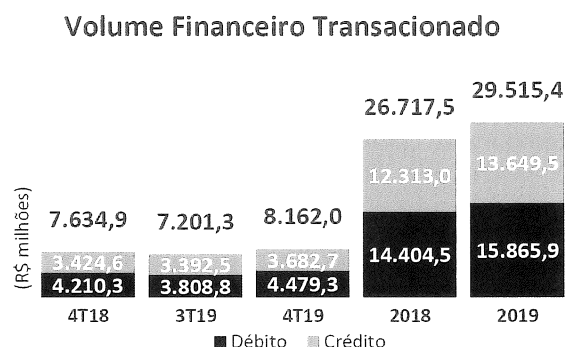
A seguir, é detalhado o desempenho operacional por linha de produto.

Rede de Adquirência Vero

No ano de 2019, os destaques da Vero foram os seguintes lançamentos:

- (i) planos comerciais “Plano Free” e “Plano Pro” com condições especiais de taxas e aluguel isento para POS, de acordo com o volume de faturamento;
- (ii) solução Vero Smart, que possui sistema operacional Android e agrega diversas funcionalidades para otimizar a gestão do estabelecimento por meio de aplicativos (APP) acessados na VeroStore. Além disso, possui teclado *touch* com opção de película de acessibilidade, leitura de QR code, código de barras e *contactless* (pagamentos por aproximação);
- (iii) Portabilidade Vero UP, que permite aos clientes Pessoa Física e MEIs utilizarem o equipamento Mobile de qualquer adquirente por meio do *download* e configuração do aplicativo Vero Up;
- (iv) Captura, em abril, da bandeira Alelo, ampliando o portfólio da Vero;
- (v) campanhas publicitárias com foco na divulgação das ofertas comerciais, posicionamento competitivo no mercado e reforço institucional da marca Vero.

O volume financeiro transacionado totalizou R\$8,2 bilhões no 4T19, montante 6,9% ou R\$527,1 milhões superior ao valor apurado no 4T18. Em comparação com o 3T19, houve elevação de 13,3% ou R\$960,7 milhões. No acumulado do ano de 2019, o volume financeiro transacionado totalizou R\$29,5 bilhões, valor 10,5% ou R\$2,8 bilhões superior ao apurado em 2018. O aumento é decorrente, do faturamento oriundo das novas ofertas comerciais e das parcerias com subcredenciadores.



Especificamente com cartões de débito, foram transacionados R\$4,5 bilhões no 4T19, cujo incremento foi de 6,4% ou R\$268,9 milhões frente ao 4T18, e aumento de 17,6% ou R\$670,4 milhões em relação ao 3T19. De janeiro até dezembro de 2019, o total transacionado com cartões de débito somou R\$15,9 bilhões, refletindo incremento de 10,1% ou R\$1,5 bilhão em comparação com mesmo período do ano anterior.

Com cartões de crédito, o volume financeiro transacionado totalizou R\$3,7 bilhões no 4T19, valor 7,5% ou R\$258,1 milhões acima do realizado no 4T18, e elevou 8,6% ou R\$290,2 milhões em comparação ao 3T19. O volume financeiro transacionado com cartões de crédito totalizou R\$13,6 bilhões no ano de 2019, valor 10,9% ou R\$1,3 bilhão acima do realizado em 2018.

O volume de transações alcançou 91,1 milhões no 4T19, com resultado 4,6% ou 4,0 milhões de transações acima do apurado no 4T18, e com elevação de 11,9% ou 9,7 mil transações em relação ao 3T19. No acumulado do ano de 2019, o volume de transações alcançou 333,8 milhões, resultado 8,2% ou 25,3 milhões de transações acima do apurado no mesmo período do ano anterior, em linha com as expectativas da Companhia.

Em dezembro de 2019, a Vero contou com 145,3 mil estabelecimentos ativos, que realizaram pelo menos uma transação nos últimos 12 meses, base ampliada em 4,7% quando comparado a dezembro de 2018.

Antecipação do Recebimento de Vendas

A Banrisul Cartões oferece Antecipação do Recebimento de Vendas aos clientes credenciados. No 4T19, o volume financeiro das antecipações totalizou R\$1,0 bilhão, alcançando 26,3% do volume passível de antecipação, montante 7,9% ou R\$75,6 milhões acima do registrado no 4T18, decorrente das novas ofertas comerciais e da elevação das antecipações realizadas pelo segmento de subcredenciadores. Quando comparado ao 3T19, o volume antecipado retraiu 0,4% ou R\$3,7 milhões, devido à diminuição do volume antecipado pelo segmento de subcredenciadores.

No acumulado do ano de 2019, o volume financeiro das antecipações totalizou R\$3,8 bilhões, alcançando 26,3% do volume passível de antecipação, montante 19,9% ou R\$632,7 milhões acima do registrado no mesmo período de 2018. O saldo da carteira de antecipação do recebimento de vendas registrou R\$922,0 milhões em dezembro de 2019, cujo aumento foi de 25,4% ou R\$186,6 milhões, quando confrontado com dezembro de 2018.

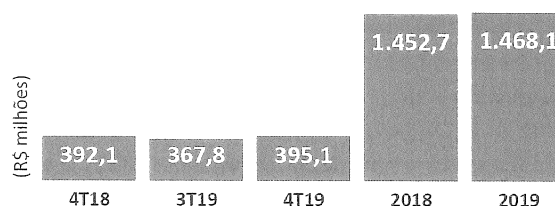
Cartões de Benefícios e Empresariais BanriCard

No ano de 2019, destaca-se: (i) lançamento do APP BanriCard, que permite visualizar saldos, extratos, realizar bloqueios, alterar senha, entre outros serviços; e (ii) início da comercialização do produto Gestão de Despesas BanriCard, com o qual a empresa pode realizar o pagamento e a gestão de suas despesas diversas.

Ao final de dezembro de 2019, o BanriCard alcançou 6,8 mil convênios ativos, com redução de 1,4% ante dezembro de 2018, devido ao aumento da competitividade no setor, principalmente no segmento público. Quando comparado com setembro de 2019, a quantidade de convênios ativos, com fatura nos últimos 2 meses, cresceu 1,6%, resultado de ações comerciais voltadas ao setor de varejo.

O faturamento dos cartões BanriCard totalizou R\$395,1 milhões no 4T19, com aumento de 0,8% ou R\$3,1 milhões em relação ao 4T18. No comparativo com o 3T19, elevou 7,4% ou R\$27,3 milhões. No acumulado do ano de 2019, o faturamento dos cartões BanriCard totalizou R\$1,5 bilhão, com crescimento de 1,1% ou R\$15,6 milhões na comparação com o mesmo período do ano anterior. O crescimento identificado é resultado das ações comerciais voltadas ao setor de varejo.

Faturamento BanriCard



No 4T19, os cartões BanriCard alcançaram o volume de 5,6 milhões de transações de compra na rede credenciada, com aumento de 0,4% ou 24,1 mil transações em comparação com o 4T18, e incremento de 1,6% ou 90,0 mil transações frente ao obtido no 3T19. No ano de 2019, o volume de transações alcançou 21,7 milhões, resultado 0,9% ou 190,9 mil de transações acima do apurado no mesmo período de 2018.

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

A seguir, será apresentado o desempenho econômico e financeiro da Companhia relativos ao 4T19 e acumulado do ano de 2019.

Receita Líquida

A Receita Líquida da Banrisul Cartões totalizou R\$129,7 milhões no 4T19, com elevação de 0,6% ou R\$774,0 milhões quando comparado ao 4T18, e aumento de 7,4% ou R\$8,9 milhões em relação ao 3T19. Em ambos os períodos comparativos, a elevação é decorrente da alteração do modelo comercial, com lançamento de novos planos, produtos e serviços, bem como da parceria com subcredenciadores.

No acumulado do ano de 2019, a Receita Líquida da Banrisul Cartões totalizou R\$491,3 milhões, decrescendo 4,6% ou R\$23,5 milhões em relação ao mesmo período de 2018. A redução é decorrente da alteração nas cláusulas contratuais vigentes relativo à definição de MDR que tem consequente redução na Receita Líquida, devido à taxa de intercâmbio deixar de compor a receita de MDR.

Custo dos Serviços Prestados

O Custo dos Serviços Prestados alcançou R\$38,5 milhões no 4T19, com aumento de 1,3% ou R\$508,5 mil na comparação com o 4T18, resultado da melhoria na eficiência operacional. Quando comparado com o 3T19, elevou 6,4% ou R\$2,3 milhões, reflexo da sazonalidade do período inerente ao negócio.

De janeiro até dezembro de 2019, o Custo dos Serviços Prestados alcançou R\$148,9 milhões, com diminuição de 29,7% ou R\$62,9 milhões na comparação com o mesmo período de 2018, devido à redução dos custos de intercâmbio, decorrentes da alteração nas cláusulas contratuais vigentes relativas a definição de MDR que tem consequente redução no Custo dos Serviços Prestados, e da melhoria na eficiência operacional.

Receitas (Despesas) Operacionais

No 4T19, as Despesas Operacionais Líquidas totalizaram R\$24,2 milhões, com queda de 9,8% ou R\$2,6 milhões frente ao verificado no 4T18, decorrência do encerramento do serviço de consultoria estratégica, contratada no ano de 2018 para auxiliar na reorganização e ampliação dos negócios da Companhia. Quando comparadas com o 3T19, as Despesas Operacionais Líquidas registraram redução de 4,1% ou R\$1,0 milhão.

No acumulado de 2019, as Despesas Operacionais Líquidas totalizaram R\$87,9 milhões, com elevação de 64,8% ou R\$34,6 milhões frente ao verificado no mesmo período de 2018. A elevação ocorreu, especialmente, do Resultado de Participações Societárias oriundo da participação na joint venture VG8 e pelo aumento das despesas com Publicidade e Propaganda e com Patrocínios e Doações, decorrentes da veiculação de campanhas de mídia em múltiplos canais de comunicação para lançamento dos novos planos e ofertas comerciais e apoios esportivos.

EBITDA

O EBITDA¹ totalizou R\$68,7 milhões no 4T19, com elevação de 6,6% ante o 4T18 e aumento de 13,2% frente ao 3T19. No ano de 2019, o EBITDA totalizou R\$259,2 milhões, refletindo aumento de 3,3% em relação ao ano anterior conforme demonstrado a seguir (em R\$ milhões):

EBITDA	4T19	4T18	Var.% 4T19 x 4T18	3T19	Var.% 4T19 x 3T19	2019	2018	Var.% 2019 x 2018
Lucro Líquido	70,6	68,6	3,0%	67,0	5,4%	271,7	258,9	4,9%
Resultado Financeiro	-38,7	-37,9	2,2%	-44,8	-13,5%	-158,1	-139,8	13,1%
Imposto de Renda e Contribuição Social	35,1	33,4	5,0%	37,1	-5,5%	140,9	130,6	7,9%
Depreciação e Amortização	1,8	0,4	373,5%	1,4	30,2%	4,7	1,2	280,9%
EBITDA	68,7	64,4	6,6%	60,7	13,2%	259,2	251,0	3,3%
Receita Operacional Líquida	129,7	128,9	0,6%	120,8	7,4%	491,3	514,9	-4,6%
% Margem EBITDA	53,0%	50,0%	3,0p.p.	50,3%	2,7p.p.	52,8%	48,7%	4,1p.p.

¹A administração acredita que o EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é um parâmetro importante, pois fornece informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e de rentabilidade. No entanto, o EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez.

A elevação de 4,1p.p. na Margem EBITDA no ano de 2019, em comparação com o ano de 2018, é decorrente da alteração no modelo comercial da companhia, com foco no aluguel de equipamentos, que eleva o custo com depreciações.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Banrisul Cartões totalizou R\$38,7 milhões no 4T19, com crescimento de 2,2% ou R\$821,3 mil em comparação com o 4T18, e com redução de 13,5% ou R\$6,1 milhões em relação ao 3T19. No ano de 2019, o Resultado Financeiro da Banrisul Cartões totalizou R\$158,1 milhões, refletindo crescimento de 13,1% ou R\$18,3 milhões na comparação com o mesmo período de 2018.

As Receitas Financeiras somaram R\$38,9 milhões no 4T19, com resultado 4,9% ou R\$1,8 milhão superior ao apurado no 4T18, e com 13,6% ou R\$6,1 milhões abaixo do obtido no 3T19. No ano de 2019, as Receitas

Financeiras somaram R\$158,5 milhões, resultado 13,1% ou R\$18,4 milhões superior ao apurado em 2018. Tais receitas são oriundas, principalmente, da Antecipação do Recebimento de Vendas e das Aplicações Financeiras.

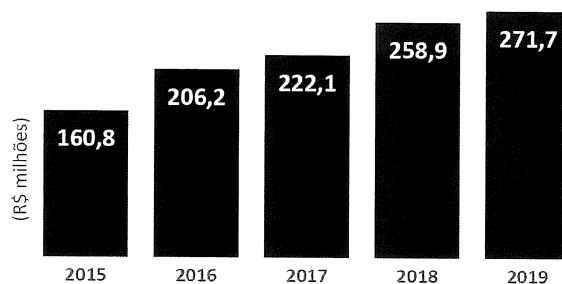
As receitas com as Antecipações do Recebimento de Vendas, cujo montante representa 85,9% do total das Receitas Financeiras apuradas no 4T19, somaram R\$33,4 milhões, com crescimento de 5,8% ou R\$1,8 milhão ante o obtido no 4T18. Quando comparado com o 3T19, houve decréscimo de 8,8% ou R\$3,2 milhões, relativo a redução do volume antecipado pelo segmento de subcredenciadores. De janeiro até dezembro de 2019, as receitas com Antecipações do Recebimento de Vendas somaram R\$128,5 milhões, resultado 16,8% ou R\$18,5 milhões superior ao apurado no mesmo período de 2018.

Já as Aplicações Financeiras somaram R\$5,1 milhões no 4T19, com resultado 16,0% ou R\$975,6 mil abaixo do registrado no 4T18, e com queda de 33,3% ou R\$2,6 milhões quando comparado ao 3T19, decorrente da redução das taxas de juros que afeta a rentabilidade da carteira. No ano de 2019, as Aplicações Financeiras registraram R\$27,7 milhões, resultado 2,0% ou R\$568,4 mil abaixo do apurado no mesmo período do ano anterior, reflexo do maior direcionamento dos recursos livres para financiar as antecipações do recebimento de vendas.

Lucro Líquido

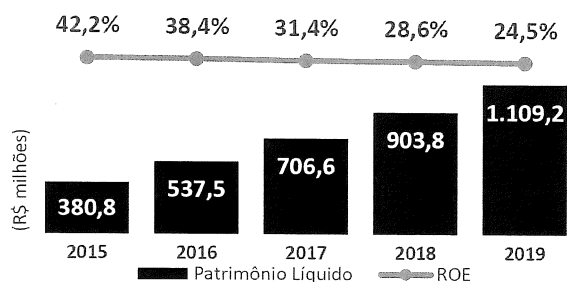
A Banrisul Cartões totalizou, no 4T19, o Lucro Líquido de R\$70,6 milhões, superando em 3,0% ou R\$2,0 milhões o resultado do 4T18. Em relação ao 3T19, o Lucro Líquido elevou 5,4% ou R\$3,6 milhões.

No acumulado do ano de 2019, o Lucro Líquido da Banrisul Cartões totalizou R\$271,7 milhões, montante 4,9% ou R\$12,8 milhões acima do auferido no ano de 2018. O desempenho positivo é decorrente do aumento da parceria com subcredenciadores, da ampliação das Antecipações do Recebimento de Vendas, do lançamento de novos planos comerciais, do desempenho do canal de vendas Banrisul e da melhoria na eficiência operacional.



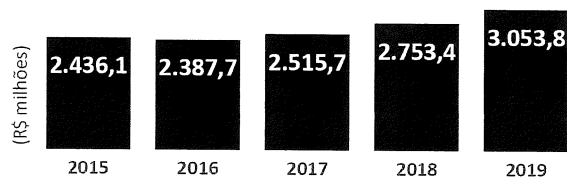
Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido da Banrisul Cartões atingiu R\$1,1 bilhão ao final do ano de 2019, com elevação de 22,7% ou R\$205,4 milhões em comparação com o ano de 2018. A Rentabilidade calculada sobre o Patrimônio Líquido (ROE) foi de 24,5%.



Ativos

Os Ativos Totais alcançaram R\$3,1 bilhões ao final de 2019, valor 10,9% ou R\$300,4 milhões superior ao contabilizado no mesmo período de 2018.



AUDITORIA, CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCOS

Em consonância com a Lei nº 12.865/13 e as normas do BACEN, a Banrisul Cartões aderiu ao sistema de controles internos e de conformidade do Grupo Banrisul, um conjunto de políticas e procedimentos, instituídos pela alta administração, para assegurar que os riscos inerentes às atividades da organização sejam identificados e administrados adequadamente, assegurando o alcance dos seus objetivos nos seguintes aspectos:

- Conformidade às leis, regulamentos e demais normas aplicáveis, bem como às políticas internas.
- Eficiência e eficácia das operações.
- Proteção dos recursos contra perdas decorrentes de desperdícios, erros e fraudes.
- Preparação e manutenção de dados financeiros fidedignos, divulgando-os em relatórios tempestivos e nos canais de comunicação competentes.
- Promoção do combate à corrupção, terrorismo e lavagem de dinheiro.

Para obter sinergia e eficiência, o processo de gestão de riscos da Banrisul Cartões é realizado de forma integrada com o seu controlador, o Banrisul, permitindo assim visão individual e global dos riscos aos quais a empresa e o grupo estão expostos, bem como a mitigação dos mesmos.

A descrição das estruturas institucionais de gestão de capital e de riscos corporativos do Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul, do qual a Banrisul Cartões é integrante, está disponível no site de Relações com Investidores do Banrisul, no caminho: Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos. Nesse ambiente, também está publicado o Relatório de Gerenciamento de Riscos do Conglomerado Prudencial do Grupo Banrisul.

A Banrisul Cartões adota práticas e políticas que possibilitam realizar suas atividades de gerenciamento dos riscos operacional, de liquidez e de crédito em níveis adequados ao seu capital, à sua capacidade operacional, à natureza das atividades e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, com vistas à manutenção da solidez, da eficiência, do regular funcionamento dos negócios e da preservação do valor e da liquidez.

Para a Banrisul Cartões, o gerenciamento dos riscos é fundamental para fortalecer o perfil corporativo da Companhia e imprescindível para atingir o nível de crescimento desejado.

Adicionalmente, a Banrisul Cartões submete-se à Auditoria Interna do controlador, objetivando estar em conformidade com a Regulamentação vigente e, de maneira orientada, agregar valor e melhorar suas operações. A Auditoria Interna auxilia a organização a alcançar seus objetivos, trazendo abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e governança, mantendo a sinergia em todo o conglomerado.

REGULAMENTAÇÃO

Com a promulgação da Lei nº 12.865/13, a Banrisul Cartões passou a estar sujeita ao cumprimento da regulação do BACEN, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Em novembro de 2014, a Banrisul Cartões protocolou o pedido para autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento (emissora e credenciadora) e como Instituidora do Arranjo de Pagamento BanriCard. Desde então, a Companhia aguarda a deliberação das autorizações e implanta procedimentos a fim de estar em total conformidade com a regulamentação.

No que tange ao processo de aprovação e autorização do Arranjo de Pagamento BanriCard (Pré-pago), com a publicação da Circular nº 3.886 de 2018, que altera as regras para apuração da volumetria (volume financeiro transacionado e quantidade de transações) que estabelecem os limites para integrar o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), a Banrisul Cartões teve arquivado o seu processo de autorização como Instituidor de Arranjo de Pagamento. Ademais, a Banrisul Cartões cumpriu a obrigação de prestar as informações e estatísticas exigidas anualmente em relação aos Arranjos de Pagamento BanriCard (Pré e Pós-pago). Com relação ao pedido de autorização para atuar como Instituição de Pagamento, nas modalidades emissora e credenciadora, a Banrisul Cartões encaminhou a volumetria solicitada por meio de ofício ao BACEN, no mês de abril de 2018, e aguarda deliberação desde então.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Visando estar em conformidade com as boas práticas de governança, a Companhia adota as seguintes políticas e procedimentos:

- a) Política de Distribuição de Dividendos: aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 21/12/2017.
- b) Política de Divulgação de Informações: aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 24/05/2018.
- c) Código de Conduta e Integridade: a Companhia segue o Código de Conduta e Integridade do seu acionista controlador, o Banrisul, o qual abrange todas as controladas, inclusive a Companhia.
- d) Política de Gestão de Pessoas: a Companhia adota a Política de Gestão de Pessoas do seu acionista controlador, o Banrisul, a qual abrange todas as controladas, inclusive a Companhia.
- e) Comitê de Elegibilidade e Remuneração: de acordo com o Estatuto Social, a Companhia adota o Comitê de Elegibilidade e Remuneração do seu acionista controlador, o Banrisul, o qual abrange todas as controladas, inclusive a Companhia. O referido comitê possui práticas alinhadas com a exigência da Lei das Estatais no que diz respeito a política que regule o processo de indicação e de avaliação de membros para o conselho de administração e o conselho fiscal.

Em setembro de 2018, a Banrisul Cartões obteve o registro junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), tornando-se Companhia de capital aberto.

No mês de novembro de 2018, a Banrisul Cartões, em conjunto com o controlador Banrisul, celebrou Contrato de Associação com OPnGO Brasil Tecnologia S.A. ("VG8") e OPnGO Group BV ("OPnGO Group") para constituição de parceria estratégica que objetiva oferecer solução integrada de pagamento ("Solução VeroGo"), voltada a centros de compras do território nacional, e que permitirá o pagamento de compras realizadas junto aos lojistas credenciados e de tarifas de estacionamento. Em junho de 2019, foi concluída a Associação para formação da Joint Venture, aprovada pelas autoridades regulatórias aplicáveis. E, em decorrência, a Banrisul Cartões, o Banrisul, a VG8 e a OPnGO Group se tornaram acionistas da VG8JV Tecnologia S.A. ("VG8JV"), com participações societárias de 43,99% para a Banrisul Cartões, 6% para o Banrisul, 44,01% para a VG8 e 6% para a OPnGO Group. A VG8JV atuará sob o nome fantasia VeroGo e será o veículo utilizado para a oferta da Solução VeroGo, resultante da integração do sistema de credenciamento da Banrisul Cartões - Rede Vero com o serviço de conveniência de acesso e pagamento de estacionamentos conveniados prestado pela OPnGO.

PATROCÍNIOS E DOAÇÕES

Visando incentivar o esporte e cultura no Estado do Rio Grande do Sul, a Banrisul Cartões contribui com patrocínio a equipes esportivas, à Casa de Música da Ospa, bem como com incentivos a projetos contemplados pela Lei Roaunet.

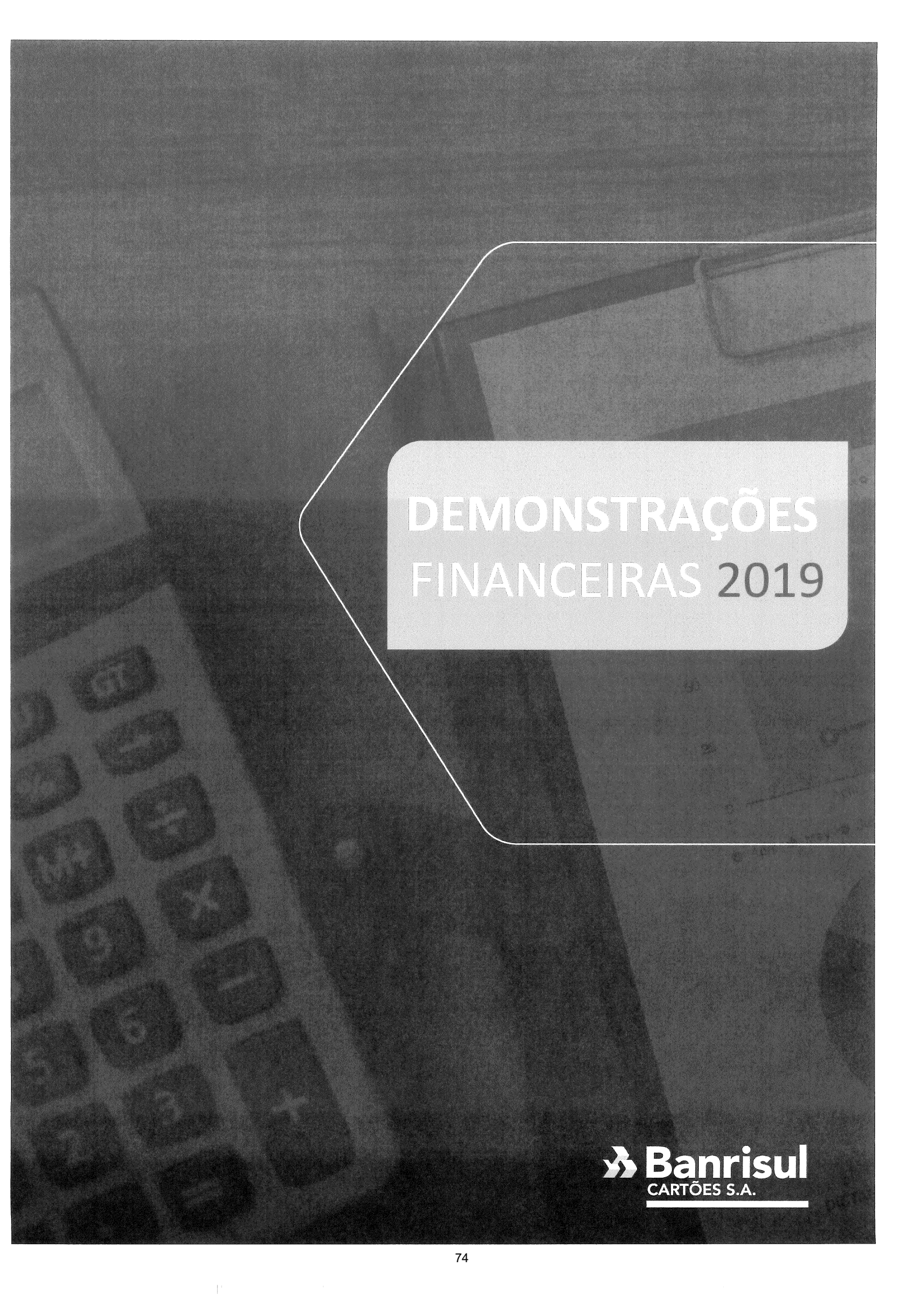
RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, a Banrisul Cartões não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, conforme os seguintes padrões internacionais aceitos: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) o auditor não deve promover os interesses do seu cliente.

AGRADECIMENTOS

A Banrisul Cartões agradece ao seu controlador, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., pelo apoio irrestrito na concretização dos projetos estratégicos que fortaleceram a Companhia. Aos empregados, pelo comprometimento e competência, essenciais para o alcance das conquistas e resultados. Aos fornecedores e parceiros comerciais, pelo auxílio na prestação de serviços com excelência e, em especial, aos clientes, pela escolha, fidelidade e incentivo à busca incessante pela qualidade. A todos, nossos sinceros agradecimentos em mais este trimestre.





DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2019

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	2019	2018
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	394.522	529.754
Clientes	5	2.583.124	2.206.109
Outros ativos		4.267	2.966
Total do ativo circulante		2.981.913	2.738.829
Ativo não circulante			
Ativos fiscais diferidos	6	3.696	3.049
Depósitos judiciais	12	3.268	3.317
Títulos mantidos em garantia		4.519	4.264
Outros ativos		581	1.058
Investimentos	20 c	4.910	-
Imobilizado	7	52.458	2.891
Intangível		2.474	-
Total do ativo não circulante		71.906	14.579
Total dos ativos		3.053.819	2.753.408
Passivo e patrimônio líquido			
Passivo circulante			
Cartões em circulação	8	57.742	67.007
Contas a pagar a estabelecimentos	9	1.718.565	1.636.726
Dividendos a pagar		64.520	61.483
Obrigações fiscais	10	48.479	40.574
Outros passivos	11	44.241	36.496
Total do passivo circulante		1.933.547	1.842.286
Passivo não circulante			
Provisão para contingências	12	4.575	4.575
Outros passivos	11	6.516	2.774
Total do passivo não circulante		11.091	7.349
Patrimônio líquido			
Capital social	13 a	800.000	610.000
Reserva de lucros		311.844	294.702
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.663)	(929)
Total do patrimônio líquido		1.109.181	903.773
Total do passivo e patrimônio líquido		3.053.819	2.753.408

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado do Exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2019	2018
Receita líquida	15	491.326	514.872
Custo dos serviços prestados	16	(148.946)	(211.852)
Lucro bruto		342.380	303.020
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	17	(69.502)	(47.631)
Pessoal	17	(6.965)	(5.484)
Resultado Participações Societárias	20c	(9.410)	-
Outras receitas/(despesas)	18	(1.983)	(187)
Lucro antes do resultado financeiro		254.520	249.718
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	158.544	140.172
Despesas financeiras	19	(473)	(409)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		412.591	389.481
Imposto corrente	14	(140.834)	(130.406)
Imposto diferido	14	(95)	(198)
Lucro líquido do exercício		271.662	258.877
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$		0,66	0,63

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	271.662	258.877
Ganhos/perdas atuariais de plano de pensão e benefício pós-emprego	(2.628)	(277)
Efeito tributário sobre o ajuste	894	94
Total dos resultados abrangentes do exercício	269.928	258.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros					Total
	Capital social	Reserva de expansão	Reserva legal	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	450.000	219.942	37.366	(746)	-	706.562
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	258.877	258.877
Aumento de capital social	160.000	(160.000)	-	-	-	-
Ganhos/perdas atuariais de plano de pensão e benefício pós-emprego	-	-	-	(183)	-	(183)
Reserva legal	-	-	12.944	-	(12.944)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(61.483)	(61.483)
Reserva de expansão	-	184.450	-	-	(184.450)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	610.000	244.392	50.310	(929)	-	903.773
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	271.662	271.662
Aumento de capital social (Nota 13 a)	190.000	(190.000)	-	-	-	-
Ganhos/perdas atuariais de plano de pensão e benefício pós-emprego	-	-	-	(1.734)	-	(1.734)
Reserva legal	-	-	13.583	-	(13.583)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(64.520)	(64.520)
Reserva de expansão	-	193.559	-	-	(193.559)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	800.000	247.951	63.893	(2.663)	-	1.109.181

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado		
Lucro líquido do exercício	271.662	258.877
Ajuste lucro líquido		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(274)	2.224
Depreciações (Nota 7)	3.942	1.234
Baixa para perdas no exercício	4.401	-
Amortizações	762	-
Ajuste CPC 6	171	-
Resultado de equivalência patrimonial	9.410	-
Provisão para contingências	187	275
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução de clientes	(381.141)	(240.048)
(Aumento) redução de outros ativos	98.198	102.623
(Aumento) redução dos depósitos judiciais	50	993
Aumento (redução) de cartões em circulação	(9.265)	94
Aumento (redução) de contas a pagar a estabelecimentos	81.840	12.266
Aumento (redução) de obrigações fiscais	34.893	30.047
Aumento (redução) de outros passivos	4.079	1.871
Imposto de renda e contribuição social pagos	(126.620)	(110.117)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades operacionais	(7.705)	60.339
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(51.724)	(2.004)
Investimentos	(14.320)	-
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades de investimento	(66.044)	(2.004)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(61.483)	(52.738)
Caixa líquido das (aplicado nas) atividades de financiamento	(61.483)	(52.738)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(135.232)	5.597
Varição do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	529.754	524.157
No fim do exercício	394.522	529.754
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(135.232)	5.597

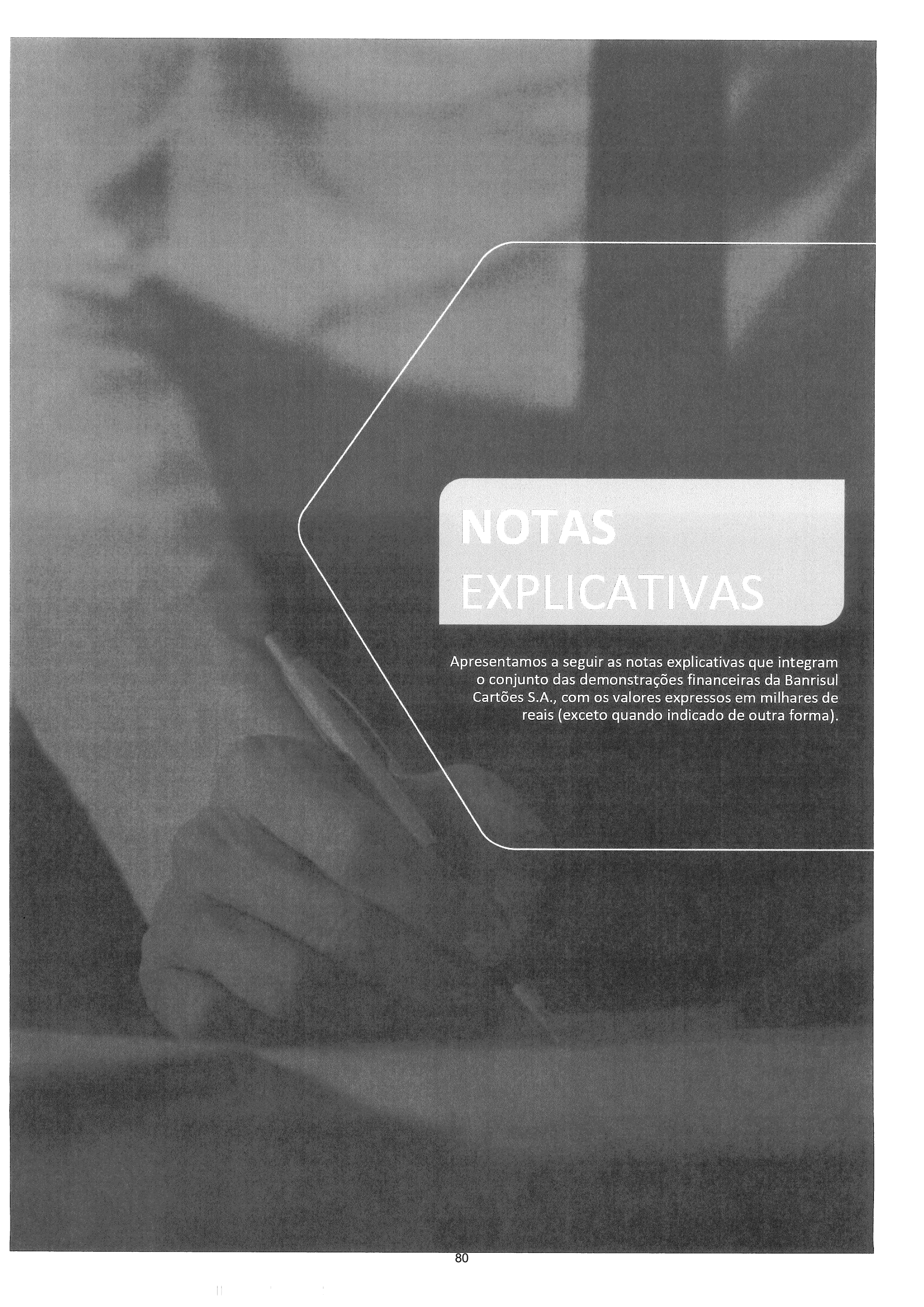
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Valores Adicionados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	2019	2018
Receitas		
Receita da prestação de serviços	572.586	599.311
Outras receitas	3.107	3.258
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(145.048)	(210.653)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(40.000)	(36.789)
Outros	(33.950)	(12.444)
Valor adicionado bruto	356.695	342.683
Depreciação e amortização	(4.704)	(1.235)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	351.991	341.448
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	(9.410)	-
Receitas financeiras	158.544	140.172
Valor adicionado total a distribuir	501.125	481.620
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	6.965	5.484
Remuneração direta	4.828	3.826
Benefícios	727	546
FGTS	327	245
INSS	1.083	867
Impostos, taxas e contribuições	221.923	216.392
Federais	193.567	186.368
Estaduais	8	-
Municipais	28.348	30.024
Remuneração de capitais de terceiros	575	867
Despesas financeiras	473	409
Aluguéis e outros	102	458
Remuneração de capitais próprios	271.662	258.877
Dividendos	64.520	61.483
Lucros retidos	207.142	197.394
Valor adicionado distribuído	501.125	481.620

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos a seguir as notas explicativas que integram o conjunto das demonstrações financeiras da Banrisul Cartões S.A., com os valores expressos em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma).

NOTA 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Banrisul Cartões S.A. (“Banrisul Cartões” ou “Companhia”) é uma empresa de capital aberto estabelecida no Brasil, que opera na região Sul do País, controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (“Banrisul” ou “Banco”), com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Suas operações são conduzidas de acordo com os regimentos e normas do Banco Central do Brasil e demais entidades reguladoras que norteiam o mercado, de forma integrada com seu controlador, cujos benefícios dos serviços prestados entre Controlador e Controlada e os custos da estrutura operacional e administrativa compartilhada são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade dos serviços utilizados.

A Banrisul Cartões atua em duas linhas de produtos: (i) Rede de Adquirência com a marca Vero, que envolve a realização de atividades de credenciamento, captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito, débito, pré e pós-pagos; e (ii) Cartões de Benefícios e Empresariais com a marca BanriCard, que abrange a emissão dos cartões Pré e Pós-pagos, administrados por meio de convênios.

A principal fonte de receita da Banrisul Cartões é decorrente da taxa de “*Merchant Discount Rate (MDR)*” descontada dos estabelecimentos comerciais sobre o volume transacionado na rede de adquirência Vero, que é composta pela Taxa da Credenciadora e Taxa da Bandeira. Também oriundas da rede de adquirência Vero, destacam-se as receitas com antecipação do recebimento de vendas, mensalidade, aluguel de equipamentos e conectividade. Em relação aos Cartões de Benefícios e Empresariais BanriCard, as principais receitas são provenientes da Taxa de Reembolso cobrada dos estabelecimentos comerciais sobre o volume transacionado e da Taxa de Administração cobrada das empresas conveniadas.

A Companhia promoveu ajustes no contrato de credenciamento ao Sistema Vero, com o devido enquadramento jurídico, esclarecendo que a prestação de serviços pela Banrisul Cartões não inclui o valor relativo à Taxa do Emissor, pois o MDR descontado do estabelecimento comercial é objeto de divisão entre o Emissor, a Credenciadora e também a Bandeira. Em razão disso, considerando a viabilidade do Sistema Vero, garantida a partir da internalização do processamento das transações capturadas, a partir de maio de 2018, a Companhia refletiu a alteração contratual na contabilização relativo a parcela do MDR (intercâmbio) retida pelos emissores dos cartões de débito e crédito capturados pela rede de adquirência Vero.

No que tange a esta parcela do MDR, a Companhia funciona como agente e sua receita corresponde tão somente aos serviços prestados pela rede de adquirência aos estabelecimentos credenciados. Neste contexto, a receita de MDR da Companhia é reconhecida pelo valor efetivo dos serviços prestados, desconsiderando o valor retido pelos emissores; e o intercâmbio não compõe o custo dos serviços prestados.

Desta forma, o Ativo referente ao contas a receber dos emissores é contabilizado pelo valor líquido do desconto da parcela do MDR (intercâmbio), retida pelos emissores. E, o Passivo, referente ao Contas a Pagar aos estabelecimentos credenciados, é registrado pelo valor líquido a pagar, isto é, já descontado do MDR da transação.

O MDR descontado dos estabelecimentos comerciais sobre as transações capturadas pela rede de adquirência Vero remunera: (i) o serviço prestado pela Companhia; (ii) o intercâmbio descontado pelos emissores dos cartões transacionados na rede de adquirência Vero; e (iii) a taxa cobrada pelas bandeiras.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras em 03 de fevereiro de 2020.

NOTA 02 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a norma internacional IAS 1 e com as demais normas internacionais de relatório financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A preparação das informações requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para a elaboração das demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A Companhia é cotista de fundo de investimento em renda fixa administrado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., no qual é a única cotista. A Banrisul Cartões cumpre os requisitos elencados no CPC 36 que a dispensam da divulgação de demonstrações contábeis consolidadas, tais como: (i) os acionistas não fazem objeção a não apresentação de demonstrações consolidadas; (ii) não possui instrumentos de dívida ou patrimoniais negociados no mercado; (iii) não possui processos de arquivamento das demonstrações contábeis junto a Comissão de Valores Mobiliários ou órgão regulador com a finalidade de distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumento no mercado de capitais; e (iv) ela própria é uma controlada integral cuja controladora divulga suas demonstrações contábeis de forma consolidada no Brasil e em IFRS.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de apresentação.

2.3. Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2019 o **IFRS 16 / CPC 6 (R3) - "Operações de Arrendamento Mercantil"**: Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substituiu o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Administração revisou todos os contratos em face das novas regras contábeis de arrendamento no IFRS 16 / CPC 6 (R3) e a aplicação deste IFRS, apesar de não haver impactos relevantes, está demonstrado na presente demonstração financeira da Companhia.

Relativo ao **ICPC 22 / IFRIC 23 INCERTEZA SOBRE TRATAMENTO DE TRIBUTOS SOBRE O LUCRO**, a interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 / IAS 12, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12, com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e entrou em vigência em 1º de janeiro de 2019.

Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

2.4. Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são classificados pelo valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento da receita auferida na prestação do serviço.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de emissores e conveniados.

Os principais passivos financeiros são contas a pagar a estabelecimentos e cartões em circulação e são classificados pelo custo amortizado.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado e, seus rendimentos, são registrados no resultado do exercício.

b) Contas a receber de emissores

Contas a receber de emissores são ativos financeiros, classificados como custo amortizado, com recebimentos fixos ou determináveis. Referem-se aos valores das transações realizadas pelos portadores de cartões de crédito e débito emitidos por instituições licenciadas pelas bandeiras. O saldo de contas a receber de emissores está registrado no ativo circulante pelo valor das transações capturadas pela Rede de Adquirência Vero líquido do valor descontado pelos emissores a título de intercâmbio.

c) Contas a receber de conveniados

Contas a receber de conveniados correspondem às faturas em aberto emitidas aos conveniados pela liberação da carga ou utilização dos cartões de benefícios e serviços, acrescido da taxa do convênio, conforme negociação comercial. São ativos financeiros, classificados como custo amortizado, com recebimentos fixos ou determináveis, com prazo de vencimento inferior a 12 meses da data base do balanço.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas decorrentes da gestão dos produtos relacionados aos cartões de benefícios e empresariais. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual das faturas de clientes inadimplentes em relação às medidas de cobrança adotadas conforme previsto nas regras gerais e políticas da Companhia. A provisão é constituída de acordo com a probabilidade de perda ou não recuperabilidade dos ativos financeiros, e de acordo com a avaliação do aumento no Risco de crédito dos clientes da Companhia bem como dos Bancos emissores dos cartões de crédito e débito cujas transações são capturadas pela rede de adquirência da Companhia.

e) Cartões em circulação

Cartões em circulação são classificados como custo amortizado. Registram as obrigações referentes aos valores de cargas dos cartões de benefícios e empresariais, pré pagos, que ainda não foram utilizados pelos portadores definidos nos convênios firmados com as empresas conveniadas.

f) Contas a pagar a estabelecimentos

Contas a pagar a estabelecimentos são passivos financeiros, classificados como custo amortizado, com pagamentos fixos ou determináveis. Referem-se aos valores das transações realizadas pelos portadores dos cartões de débito, crédito, benefícios e empresariais nos estabelecimentos credenciados à Rede de Adquirência Vero e conveniados Banricard.

O saldo de contas a pagar a estabelecimentos está registrado no passivo circulante pelo valor das transações, deduzidos das antecipações do recebimento de vendas efetuadas aos credenciados e dos valores referentes a taxas de intermediação e MDR descontados dos estabelecimentos credenciados.

2.5. Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Com a adoção do CPC6 (R3)/IFRS16, a Companhia efetuou o registro do contrato de direito de uso do imóvel onde está instalada sua sede. A despesa financeira da obrigação passiva relativo a este contrato é reconhecida no resultado da Companhia, de acordo com o fluxo de liquidação do contrato.

Na análise dos realizáveis e exigíveis de curto prazo, avaliando os possíveis efeitos de um ajuste a valor presente, o efeito não é relevante, considerando que grande parte da operação possui ciclo financeiro inferior a 90 dias e há equilíbrio entre os prazos de vencimento dos direitos e das obrigações.

2.6. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

No fim de cada período, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável, e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.7. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos, conforme demonstrado na Nota 14.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 ao ano. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Tributos diferidos

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas e mensuradas pelas alíquotas aplicáveis no período ao qual se espera que o ativo seja realizado.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período de *report* e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera seja recuperado.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando corresponderem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

2.8. Distribuição dos dividendos

A distribuição de dividendos que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo circulante nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Quando houver dividendos adicionais propostos, declarados pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão destas, serão registrados no patrimônio líquido e divulgados em nota explicativa.

2.9. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida, a receber ou pelo abatimento de valores a pagar, deduzida de quaisquer estimativas de descontos comerciais e bonificações concedidos ao cliente e outras deduções similares. O reconhecimento da receita é efetuado no momento em que o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pela Companhia, são transferidas para o cliente.

Na linha de produtos de Adquirência, as receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e débito são apropriadas de uma única vez ao resultado na data da captura/processamento das transações. As demais receitas de serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais são reconhecidas no resultado quando da efetiva prestação do serviço.

A receita decorrente da taxa de desconto comercial obtida nas operações de antecipação do recebimento de vendas é reconhecida de uma única vez na data da operação, e classificada como receita financeira.

Na linha de produtos de Cartões de Benefícios e Empresariais Banricard, o reconhecimento da receita sobre o credenciado dá-se no momento da utilização dos cartões ou da contratação dos serviços. A receita sobre o conveniado é contabilizada no momento da emissão da nota fiscal, a qual coincide com a liberação da carga dos cartões ou, se pós-pagos, na data de corte das compras.

2.10. Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados pela Companhia é constituído pelos valores de custo com os serviços técnicos e especializados, comunicação, processamento de dados, manutenção e atualização de softwares para garantir a qualidade e segurança das informações, insumos relativos a equipamentos e materiais necessários para a efetivação da captura das transações; pelo repasse de MDR aos bancos emissores dos cartões de débito e crédito, bem como ao MDR relativo a prestação de serviços de subadquirente; e, dos valores referente a taxas das Bandeiras.

2.11. Benefício a empregados

A Banrisul Cartões é patrocinadora da FBSS - Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Cabergs - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

(i) Planos de previdência - a Banrisul Cartões é patrocinadora de planos dos tipos “benefício definido” e de “contribuição variável”.

Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, efeito de qualquer limite sobre a parcela do empregador no custo dos benefícios futuros, contribuições de empregados ou de terceiros que reduzam o custo final desses benefícios para a Companhia, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido, como ajustes de avaliação patrimonial, quando ocorrerem.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o Método do Crédito Unitário Projetado. Os custos de serviços passados, quando ocorrem, são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os planos de contribuição variável abrangem benefícios com características de contribuição definida, que são a aposentadoria normal, a aposentadoria antecipada e o auxílio funeral, além de benefícios com características de benefício definido, que são aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo e pensão por morte.

(ii) Planos de saúde - são benefícios assegurados pela Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Cabergs), que oferecem benefícios de assistência médica em geral e cujo custeio é estabelecido por meio de convênio de adesão.

A Companhia oferece ainda benefício de assistência médica pós-emprego a seus empregados. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Os ativos do plano são mantidos pela Entidade Fechada de Previdência Complementar e de Plano de Saúde - Cabergs. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores do Banrisul e não podem ser pagos diretamente a eles. O valor justo baseia-se em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

(iii) Prêmio aposentadoria - para os empregados que se aposentam, é concedido um prêmio aposentadoria, proporcional à remuneração mensal fixa do funcionário, vigente na época da aposentadoria.

Adicionalmente, o resultado da avaliação atuarial pode gerar um ativo a ser reconhecido. Esse ativo é registrado pela Instituição somente quando:

- (1) ela controla um recurso, que é a capacidade de utilizar o excedente para gerar benefícios futuros;
- (2) esse controle é o resultado de acontecimentos passados (contribuições pagas pela Instituição e serviço prestado pelo funcionário); e

(3) estão disponíveis benefícios econômicos futuros para a Instituição na forma de redução em contribuições futuras ou de restituição de dinheiro, seja diretamente para a Instituição, seja indiretamente para compensar a insuficiência de outro plano de benefício pós-emprego (obedecida a legislação pertinente).

Os compromissos com esses três tipos de benefícios pós-emprego são avaliados e revisados anualmente por atuários independentes e qualificados.

2.12. Informação por segmento

O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho da linha operacional é a administração da Companhia que se utiliza, para tomada de decisão, da margem bruta gerada pela linha de produtos de adquirência sendo que outras linhas de produtos marginais representam menos de 10% do negócio da Companhia.

2.13. Regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN)

Com a promulgação da Lei nº 12.865/13, a Banrisul Cartões passou a estar sujeita ao cumprimento da regulação do BACEN, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Em novembro de 2014, a Banrisul Cartões protocolou o pedido para autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento (emissora e credenciadora) e como Instituidora do Arranjo de Pagamento BanriCard. Desde então, a Companhia aguarda a deliberação das autorizações e implanta procedimentos a fim de estar em total conformidade com a regulamentação.

No que tange ao processo de aprovação e autorização do Arranjo de Pagamento BanriCard (Pré-pago), com a publicação da Circular BACEN nº 3.886/18, que altera as regras para apuração da volumetria (volume financeiro transacionado e quantidade de transações) que estabelecem os limites para integrar o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), a Banrisul Cartões teve arquivado o seu processo de autorização como Instituidor de Arranjo de Pagamento. Ademais, a Banrisul Cartões cumpriu a obrigação de prestar as informações e estatísticas exigidas anualmente em relação aos Arranjos de Pagamento BanriCard (Pré e Pós-pago). Com relação ao pedido de autorização para atuar como Instituição de Pagamento, nas modalidades emissora e credenciadora, a Banrisul Cartões encaminhou a volumetria solicitada por meio de ofício ao BACEN, no mês de abril de 2018, e aguarda deliberação desde então.

NOTA 03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A Administração estabelece estimativas e premissas que afetam os valores de ativos e passivos reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e estão baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

a) Provisões para contingências

A Banrisul Cartões revisa periodicamente suas provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas provisões são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração da forma mais adequada possível, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e valor de desfecho de causa.

b) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Banrisul Cartões revisa periodicamente seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio do resultado, com o intuito de verificar se houve aumento significativo no risco de não recuperabilidade dos mesmos. O aumento no risco pode ser ocasionado pelo não pagamento ou atraso por parte do devedor, por indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. O reconhecimento da provisão para perda de crédito esperada é feito mensalmente em contrapartida ao resultado da Companhia.

NOTA 04 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA ¹

	2019	2018
Disponibilidades	11.761	9.793
Cotas de fundos de investimento (b)	212.985	286.399
Aplicações em operações compromissadas (a) (b)	169.776	233.562
Total	394.522	529.754

(a) Aplicações em Fundo de investimento Banrisul Giro, cuja composição é 100% em operações compromissadas.

(b) Os saldos aplicados possuem opção de resgate imediato.

1) Este ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado.

NOTA 05 CLIENTES ²

	2019	2018
Valores a faturar (a)	1.190	853
Contas a receber de conveniados (b)	61.497	67.911
Contas a receber de emissores (c)	1.665.042	1.262.497
Contas a receber de emissores - Banrisul (d)	846.739	864.322
Contas a receber credenciados e tarifas (e)	9.592	11.736
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (f)	(936)	(1.210)
Total	2.583.124	2.206.109

(a) O saldo corresponde aos valores contratados referentes cargas nos cartões de benefícios pré-pagos e serviços por meio do sistema de manutenção de frotas que estão aguardando o fechamento da agenda financeira, conforme os prazos definidos nos convênios.

(b) Saldo composto pelos valores faturados a partir do fechamento da agenda financeira que ainda não foram liquidados pelos conveniados.

(c) O saldo corresponde ao valor líquido das transações realizadas pelos portadores de cartões de crédito e débito emitidos por instituições licenciadas pelas bandeiras, capturadas pela rede de adquirência Vero, a vencer.

(d) O saldo corresponde aos valores a receber do Banrisul em decorrência das transações de Banricompras e dos cartões visa e mastercard emitidos pelo Banrisul, capturadas pela rede de adquirência Vero.

(e) O saldo corresponde ao montante de valores a receber da rede credenciada referente as tarifas cobradas pelo serviço da rede de adquirência e demais valores a receber dos credenciados.

(f) Montante provisionado relativo ao risco de perda sobre valores a receber dos conveniados e credenciados conforme avaliação e políticas adotadas pela Companhia. (Nota 2.4 letra d)

A composição da carteira de clientes por vencimento está apresentada a seguir:

	2019	2018
Valores a vencer:		
Até 90 dias	1.974.317	1.835.466
Acima de 90 dias	601.039	358.267
Vencidos:		
Até 90 dias	5.627	10.431
Acima de 90 dias	3.077	3.155
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - "PCLD"	(936)	(1.210)
Total	2.583.124	2.206.109

2) Este ativo financeiro é classificado pelo custo amortizado.

Demonstrativo da movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2019
Saldo em 31/12/2018	(1.210)
Reversão de provisão no exercício	4.286
Constituição de provisão no exercício	(4.012)
Saldo em 31/12/2019	(936)

NOTA 06 ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS DIFERIDOS

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas por provisões temporariamente indedutíveis, tais como provisões para contingências (Nota 12) e benefícios pós-emprego (Nota 22), e estão classificados no ativo. Sobre esse valor é aplicada alíquota de 34% de imposto de renda e contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos:

	2019			
	Ativo	Passivo	PL	Líquido
Saldo em 31/12/2018	3.049	(346)	(479)	2.224
Constituição	1.050	(42)	(927)	81
Reversão	(403)	193	34	(176)
Saldo em 31/12/2019	3.696	(195)	(1.372)	2.129

	2018			
	Ativo	Passivo	PL	Líquido
Saldo em 31/12/2017	3.029	(223)	(384)	2.422
Constituição	1.099	(123)	(218)	758
Reversão	(1.079)	-	123	(956)
Saldo em 31/12/2018	3.049	(346)	(479)	2.224

O saldo passivo está contabilizado no não circulante, no grupo outros passivos.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos eventos que lhes deram origem.

A projeção da Administração para realização dos ativos fiscais diferidos é a seguinte:

	2019
2020	762
2021	188
2022	188
2023	188
Após 2023	2.370
Total	3.696

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 2.986.

NOTA 07 IMOBILIZADO

	Taxa %	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido 2019	Saldo Líquido 2018
Móveis e utensílios	10,0	19	(1)	18	7
Sistemas de transporte - veículos	20,0	210	(34)	176	93
Sistemas de comunicação	10,0	145	(69)	76	92
Equipamentos de informática	20,0	88	(65)	23	31
Equipamentos de captura	33,3	11.311	(7.539)	3.772	2.668
Equipamentos de captura (1)	20,0	22.966	(2.096)	20.870	-
Equipamentos de captura em estoque (2)	0,00	27.523	-	27.523	-
Total		62.262	(9.804)	52.458	2.891

	2018	Adições	Baixas	Depreciação	2019
Móveis e utensílios	7	12	-	(1)	18
Sistemas de transporte - veículos	93	104	-	(21)	176
Sistemas de comunicação	92	-	-	(15)	77
Equipamentos de informática	31	-	-	(8)	23
Equipamentos de captura	2.668	2.904	-	(1.801)	3.771
Equipamentos de captura (1)	-	22.966	-	(2.096)	20.870
Equipamentos de captura em estoque (2)	-	27.523	-	-	27.523
Total	2.891	53.509	-	(3.942)	52.458

(1) **Mudança na taxa anual de depreciação de equipamentos de captura (de 33% para 20% a.a.)** – Para as aquisições a partir de 2019 a companhia alterou a Expectativa de vida útil para equipamentos de captura de transações de 3 para 5 anos, baseada em laudo técnico e informações dos fornecedores dos novos equipamentos.

(2) **Aquisição de equipamentos para estoque** – Equipamentos de captura POS/PIN PAD que ainda não foram instalados.

NOTA 08 CARTÕES EM CIRCULAÇÃO ³

	2019	2018
Alimentação e refeição	50.083	59.229
Salário	4.941	5.270
Cartão Presente	1.815	1.226
Demais cartões	903	1.282
Total	57.742	67.007

Saldo existente em 31 de dezembro de 2019, relativo aos valores contratados pelos conveniados que ainda não foram utilizados pelos portadores dos Cartões de Benefícios Banricard na rede credenciada. Nestas contas existem movimento constantes de aumento relativo a carga e diminuição pela utilização.

3) Este passivo financeiro é classificado pelo custo amortizado.

NOTA 09 CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS ⁴

	2019	2018
Contas a pagar transações rede de adquirência Vero (a)	1.647.058	1.553.141
Contas a pagar transações Banricard (b)	71.507	81.716
Demais contas a pagar credenciados (c)	-	1.869
Total	1.718.565	1.636.726

(a) Saldo composto por contas a pagar aos estabelecimentos pelo valor líquido das transações capturadas, já deduzidas dos valores de MDR e das antecipações dos recebimentos de vendas contratadas pelos lojistas junto à rede de adquirência Vero. O MDR refere-se ao percentual descontado dos estabelecimentos credenciados sobre as transações capturadas pela rede de adquirência Vero para remunerar o serviço prestado, o repasse aos bancos emissores dos cartões transacionados na rede Vero (taxa de intercâmbio) e a taxa cobrada pelas bandeiras.

(b) Saldo a pagar relativo aos valores transacionados pelos portadores dos cartões benefício e empresariais já deduzidos da taxa de intermediação e das antecipações dos recebimentos de vendas contratadas pelos credenciados.

(c) Saldo correspondente às demais obrigações com os estabelecimentos comerciais credenciados.

A composição do contas a pagar a estabelecimentos, por vencimento, está apresentada a seguir:

	2019	2018
Valores a vencer		
Até 90 dias	1.442.849	1.463.509
Acima de 90 dias	275.716	173.217
Total	1.718.565	1.636.726

4) Este passivo financeiro é classificado pelo custo amortizado.

NOTA 10 OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2019	2018
Imposto de renda	24.894	19.854
Contribuição social	10.283	7.854
Imposto sobre serviços	7.727	7.436
PIS/COFINS	5.130	5.109
Retenções a recolher	445	321
Total	48.479	40.574

NOTA 11 OUTROS PASSIVOS

	2019	2018
Contrato direito de uso – CPC6 (a)	831	-
Provisões operacionais (b)	19.930	27.661
Provisões e encargos folha de pagamento	450	353
Serviços a pagar (c)	4.708	6.224
Aquisições a liquidar (d)	1.785	-
Valores a liquidar – migração (e)	13.349	-
Demais passivos	3.188	2.258
Total outros passivos circulantes	44.241	36.496
Obrigações líquidas Benefício Pós-Emprego (f)	4.606	2.427
Contrato Direito de Uso LP – CPC6 (g)	1.715	-
Demais passivos	195	347
Total outros passivos não circulantes	6.516	2.774

(a) Valor referente contrato de Direito de uso do imóvel sede da Companhia, registrado conforme definição do IFRS16/CPC6 (R3), referente parcelas com vencimento até 360 dias.

(b) Saldo relativo ao contas a pagar da Companhia do qual o montante de R\$ 11.087 (R\$ 9.995 em 31 de dezembro/18) refere-se ao ressarcimento do acordo operacional Banrisul.

(c) Saldo referente serviço de manutenção e software a pagar.

(d) Valor a pagar relativo aquisição de equipamentos de captura registrados no imobilizado da companhia.

(e) Saldo referente cartões bloqueados a migrar para a nova processadora, isto é, valores a disponibilizar em moeda em circulação.

(f) Composto por valores relativos a provisão para Benefício Pós-Emprego e débitos tributários.

(g) Valor referente contrato de Direito de Uso do imóvel sede da Companhia, registrado conforme definição do IFRS16/CPC6 (R3), relativo as parcelas vincendas em período maior que 360 dias.

NOTA 12 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Banrisul Cartões, na execução de suas atividades normais, é parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista e cível. As provisões foram constituídas tendo como base a opinião de assessores legais, por meio da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

(a) Causas prováveis

A Banrisul Cartões provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação de perda é classificada como provável. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

Movimentação das provisões:	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 31/12/2018	3.930	645	4.575
Adições	126	383	508
Atualizações	58	192	250
Reversões	(29)	(543)	(568)
Pagamentos	(155)	(32)	(190)
Saldo em 31/12/2019	3.930	645	4.575
Depósitos Judiciais	3.259	9	3.268

Do montante depositado judicialmente até dezembro de 2019 R\$ 3.153 referem-se a Depósitos Judiciais - MCP (Mandato de citação e penhora) e R\$ 115 Depósito Recursal.

(b) Causas possíveis

De acordo com as práticas contábeis não foi registrada provisão para riscos sobre as causas de perdas possíveis.

	2019	2018
Trabalhistas	9.967	8.153
Cíveis	235	927
Saldo final	10.202	9.080

Contingências trabalhistas

As ações trabalhistas referem-se, na sua maioria, a “vantagens bancárias” relativo aos empregados incorporados da extinta Banrisul Processamento de Dados. De acordo com o histórico estes processos levam em média 10 anos para conclusão.

Contingências cíveis

As ações cíveis referem-se, especialmente, a ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de supostos problemas operacionais na utilização do serviço prestado pela empresa. A média para conclusão destes processos é de 4 anos.

NOTA 13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovado o aumento do Capital Social da Companhia no valor de R\$ 190.000, mediante aproveitamento de Reserva de Lucros e sem emissão de novas ações. O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 800.000 (610.000 em 31 de dezembro de 2018), dividido em 408.974.477 ações.

b) Distribuição de resultado

O lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 271.662, terá as seguintes destinações: (i) 5% para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social; (ii) dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado. O lucro restante terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

A Composição dos valores relativo a dividendos a distribuir em 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

	%	2019	2018
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	99,78	64.381	61.348
Banrisul S.A Administradora de Consórcios	0,22	139	135
Total	100%	64.520	61.483

c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e não poderá exceder a 20% do capital social da Companhia. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui em seu Patrimônio Líquido o valor de R\$ 63.893 relativo a reserva legal.

d) Reservas de lucro

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, após as retenções legais e distribuição de dividendos, o saldo remanescente de lucros é transferido para a constituição de reserva de expansão, a qual terá a sua destinação pela Assembléia Geral Ordinária. O Saldo referente Reserva de Expansão em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 247.951 (R\$ 244.392 em 31 de dezembro de 2018).

e) Lucro por Ação

O Lucro por Ação (LPA) pode ser calculado em sua forma básica e em sua forma diluída. Na forma básica, não são considerados os efeitos dos instrumentos potencialmente dilutivos, ao passo que, no cálculo do lucro por ação diluído são considerados os efeitos dos instrumentos potencialmente dilutivos. No Brasil, o LPA é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo líquido do exercício pelo número de ações que compõem o capital social da entidade ao final do período.

A Banrisul Cartões não dispõe de instrumentos que devessem ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído, em razão disso o lucro por ação básico e o diluído são iguais. Desta forma, o cálculo do lucro diluído por ação foi efetuado através da divisão do lucro líquido do período pela quantidade de ações da Companhia. Os Acionistas, em 10 de abril de 2018 aprovaram em Assembléia Geral Extraordinária o desdobramento das ações da Companhia em 408.974.477 Ações sendo 204.487.239 (duzentas e quatro milhões, quatrocentas e oitenta e sete mil, duzentas e trinta e nove) Ordinárias (ON) e 204.487.238 (duzentas e quatro milhões, quatrocentas e oitenta e sete mil, duzentas e trinta e oito) Preferenciais (PN).

Considerando o desdobramento no número de ações da Companhia conforme AGE de 10 de abril de 2018, o cálculo de lucro básico por ação, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, é o seguinte:

	2019	2018
Número total de ações	408.974.477	408.974.477
Lucro líquido do exercício	271.662	258.877
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$	0,66	0,63

NOTA 14 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	412.591	389.481
Adições (exclusões) - IRPJ		
Provisão para passivos contingentes	-	(2.547)
Patrocínios, doações, gratificações e incentivos	4.239	2.484
PCLD	(274)	1.210
Ajuste CPC 6	71	-
Ajuste equivalência patrimonial	9.410	-
Outras adições (exclusões)	739	315
Adições (exclusões) - CSLL		
Provisão para passivos contingentes	-	(2.547)
Patrocínios, doações, gratificações e incentivos	4.239	2.484
PCLD	(274)	1.210
Ajuste CPC 6	71	-
Ajuste equivalência patrimonial	9.410	-
Outras adições (exclusões)	669	253
(=) Base do IRPJ corrente	426.775	390.943
(=) Base do CSLL corrente	426.706	390.881
Imposto de renda	(102.430)	(95.227)
Contribuição social	(38.404)	(35.179)
IRPJ e CSLL correntes	(140.834)	(130.406)
IRPJ e CSLL diferidos	(95)	(198)
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(140.929)	(130.604)
Alíquota efetiva	34,16%	33,53%

NOTA 15 RECEITA LÍQUIDA

	2019	2018
Receita bruta	573.902	600.503
Impostos e descontos incidentes sobre serviços	(82.576)	(85.631)
Receita líquida	491.326	514.872

A receita bruta é proveniente dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações realizadas com cartões de crédito e débito, mensalidade, aluguel e franquia dos equipamentos de captura, da prestação de serviços da utilização de rede e dos serviços de administração dos cartões de benefícios e empresariais. Os impostos incidentes sobre os serviços prestados são Imposto sobre Serviços – ISS (alíquota 5%), PIS (alíquota 1,65%) e COFINS (alíquota 7,60%).

NOTA 16 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2019	2018
Serviço técnico e especializado (a)	(29.809)	(28.892)
Processamento de dados e comunicação (b)	(29.585)	(33.895)
Repasses a emissores, bandeiras e parceiras (c)	(82.588)	(123.939)
Repasses a adquirentes (d)	(1.089)	(16.135)
Outros custos (e)	(5.875)	(8.991)
Total	(148.946)	(211.852)

(a) Custos com os serviços técnicos e especializados fundamentais para a entrega dos serviços prestados.

(b) Representados pelos custos de captura e processamento dos cartões de débito, crédito e de benefícios.

(c) Taxas descontadas pelos bancos emissores sobre as transações realizadas com os cartões de crédito e débito; valor repassado às companhias parceiras pelo fornecimento de software cobrado sobre o volume transacionado com cartões de débito e crédito, pela manutenção dos equipamentos, e pelo serviço de logística e, valor devido às bandeiras pela efetivação das transações realizadas com os cartões de crédito e débito.

(d) Composto pelo custo de MDR descontado pelas credenciadoras dos arranjos de pagamento em que a Vero atua como facilitadora.

(e) Composto pelo custo de bobinas e de insumos utilizados no processamento das transações com cartões de crédito e débito.

NOTA 17 DESPESAS GERAIS, ADMINISTRATIVAS E DE PESSOAL

	2019	2018
Serviços técnicos e especializados	(12.228)	(14.813)
Serviços de terceiros	(26.109)	(20.105)
Patrocínios, publicidade e propaganda	(27.728)	(9.548)
Aluguéis	(101)	(458)
Outros	(3.336)	(2.707)
Total despesas gerais e administrativas	(69.502)	(47.631)
Remuneração a empregados	(1.934)	(1.826)
Encargos e benefícios	(982)	(903)
Diretoria e conselhos	(4.049)	(2.755)
Total despesas de pessoal	(6.965)	(5.484)
Total	(76.467)	(53.115)

NOTA 18 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	2019	2018
Despesas com contingências	(187)	(476)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	274	(1.172)
Equalização Plano de Benefício Pós emprego	(511)	-
Perdas credenciados adquirência	(3.744)	-
Perdas Banricard	(657)	(1.183)
Recuperação de encargos e salários	2.724	2.587
Recuperações diversas	381	641
Outras receitas (despesas)	(263)	(584)
Total	(1.983)	(187)

NOTA 19 RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018
Rendimentos aplicações financeiras	27.734	28.302
Rendas com antecipação do recebimento de vendas (a)	128.495	109.974
Outros	2.315	1.896
Total receitas financeiras	158.544	140.172
Despesas financeiras (b)	(473)	(409)
Resultado financeiro	158.071	139.763

(a) Receita referente a taxa de desconto comercial obtida nas operações de antecipação do recebimento de vendas, quando da solicitação pelos estabelecimentos, para recebimento antecipado das transações com cartões efetivamente realizadas na Rede de Adquirência Vero.

(b) Despesas com tarifas bancárias, variação cambial e IOF (Imposto sobre Operações Financeiras).

NOTA 20 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Operações realizadas entre as partes relacionadas

	2019		2018	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (a)				
Caixa e equivalentes de caixa ⁽¹⁾	391.594	27.734	523.392	28.302
Clientes	864.076	3	881.665	2
Outros	372	4.094	169	4.337
Dividendos	(64.381)	-	(61.348)	-
Reembolso custo/despesa de pessoal	(7.561)	(52.269)	(7.535)	(47.007)
Reembolso custo/despesa de comunicação e processamento	(2.672)	(33.147)	(2.153)	(34.673)
Reembolso despesas gerais	(720)	(1.033)	(307)	(958)
Despesas bancárias	-	-	-	(5)
Empresas coligadas grupo Banrisul (b)				
Clientes	116	-	122	-
Dividendos	(139)	-	(135)	-
Outros	64	723	61	678
Estado do Rio Grande do Sul				
Clientes	379	42	1.179	45

⁽¹⁾ Saldo composto por aplicações em Fundos de Investimento Premiun e Giro, os quais obtiveram uma taxa média de rendimento de 1,29% e 1,15% em dezembro/2019 (1,60% e 1,46% em dezembro/2018), respectivamente.

(a) Existe acordo operacional que regula a prestação de serviços entre o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) - Controlador e a Companhia, cujos custos são ressarcidos mensalmente pelas partes.

(b) A Companhia possui contrato com o Banrisul, abrangendo também as subsidiárias (coligadas do grupo Banrisul: Banrisul S.A. Administradora de Consórcios, Banrisul S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio e Banrisul Armazéns Gerais S.A.), para fornecimento de serviço de cartões alimentação e refeição e para cedência mútua de empregados mensalmente pelas partes. Estas transações foram contratadas a condições compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes na data das operações.

b) Remuneração da administração

	2019	2018
Remuneração e benefícios	3.257	2.209
Encargos Sociais	792	546
Total	4.049	2.755

A Companhia informa que não existem contratos relevantes com seus administradores que necessitem de divulgação. Adicionalmente, a Banrisul Cartões não possui política de remuneração através de plano baseado em ações. Anualmente, na Assembléia Geral Ordinária, são fixados o montante global da remuneração dos Administradores e remuneração dos Conselheiros, conforme o Estatuto Social da Companhia.

c) Demais informações sobre partes relacionadas

A Companhia em conjunto com seu Controlador, em junho de 2019 tornou-se acionista da VG8JV Tecnologia S.A. ("VG8JV"), com participações societárias de 43,99%. A VG8JV atuará sob o nome fantasia VeroGo e será o veículo utilizado para a oferta da Solução VeroGo, resultante da integração do sistema de credenciamento da Banrisul Cartões - Rede Vero com o serviço de conveniência de acesso e pagamento de estacionamento conveniados prestado pela OPnGO.

	2019
Capital integralizado	14.320
Resultado de equivalência patrimonial	(9.410)
Saldo do investimento	4.910

A Companhia é patrocinadora de Plano de benefício definido junto a Fundação Banrisul de Seguridade Social relativo ao seu quadro de funcionários (Nota 22).

NOTA 21 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Banrisul Cartões não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos ou outro ativo de risco.

a) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são substancialmente o caixa e equivalentes de caixa, clientes, cartões em circulação e contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

		2019	
	Categoria	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e equivalentes de Caixa	Valor justo por meio do resultado	394.522	394.522
Clientes	Custo amortizado	2.583.124	2.583.124
Cartões em circulação	Custo amortizado	57.742	57.742
Contas a pagar a estabelecimentos	Custo amortizado	1.718.565	1.718.565

		2018	
	Categoria	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e equivalentes de Caixa	Valor justo por meio do resultado	529.754	529.754
Clientes	Custo amortizado	2.206.109	2.206.109
Cartões em circulação	Custo amortizado	67.007	67.007
Contas a pagar a estabelecimentos	Custo amortizado	1.636.726	1.636.726

b) Risco de liquidez

A Banrisul Cartões atende à Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez do Banrisul, seu controlador. Para a efetividade da gestão e atendimento às normativas do BACEN (Resolução CMN nº 4.282/13 e Circular BACEN nº 3.681/13), a Companhia estabelece políticas e procedimentos específicos que visam evitar possível escassez de caixa, descasamento no fluxo de caixa, incapacidade em honrar as obrigações e incapacidade em converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural.

A Companhia mitiga o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. Além disso, a Banrisul Cartões mantém adequadas reservas de recursos e linhas de crédito para captação de possíveis empréstimos que julgue necessário.

c) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia, associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Para atenuar esse risco e estar em consonância com as normativas do BACEN (Resolução CMN nº 4.282/13 e Circular BACEN nº 3.681/13), a Banrisul Cartões atende à Política de Gerenciamento do Risco de Crédito do Banrisul e estabelece políticas e procedimentos específicos para identificar, mensurar, monitorar e mitigar os riscos de crédito aos quais está exposta.

A Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes. No que tange às instituições financeiras, a Companhia concentra suas aplicações financeiras no Banrisul, seu controlador.

d) Risco de mercado

A Banrisul Cartões possui aplicações em fundos de investimentos de renda fixa, atrelados à taxa Selic. A Companhia não possui instrumentos financeiros atrelados a taxas de câmbio, contratos de instrumentos derivativos de swap ou de quaisquer outros produtos. A Companhia considerou como aceitável e não relevante a sua exposição ao risco mencionado acima.

e) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - aplicações financeiras

Buscando aprimorar a gestão de riscos, estar em conformidade com as práticas de governança corporativa e atendendo as exigências da Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Banrisul Cartões realizou a análise de sensibilidade das suas posições classificadas como passíveis de Risco de Taxas de Juros. Foram aplicados choques para menos nos seguintes cenários: 1% (Cenário 1), 25% (Cenário 2) e 50% (Cenário 3).

Para a elaboração dos cenários que compõem o quadro de análise de sensibilidade foram levadas em consideração as situações propostas pela Instrução Normativa CVM nº 475. A taxa CDI acumulada trimestral, aplicada aos cenários abaixo, foi de 1,22% (4,40% taxa CDI anual).

Cenário 1: Situação provável. Foi considerada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2019, ou seja, uma taxa CDI acumulada trimestral de 1,19%.

Cenário 2: Situação possível. Foi considerada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2019, ou seja, uma taxa CDI acumulada trimestral de 0,90%.

Cenário 3: Situação remota. Foi considerada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado, levando-se em consideração as condições existentes no dia 31 de dezembro de 2019, ou seja, uma taxa CDI acumulada trimestral de 0,60%.

O quadro abaixo apresenta a maior perda esperada considerando os cenários 1, 2 e 3 e suas variações para menos. As análises de sensibilidade, abaixo identificadas, não consideram a capacidade de reação das áreas de risco e de tesouraria, pois uma vez constatada perda relativa a estas posições, medidas mitigadoras do risco são rapidamente acionadas, minimizando a possibilidade de perdas significativas.

Cenário	31/12/2019		
	1	2	3
Taxa de juros	44	1.118	2.229
Total	44	1.118	2.229

Definições:

- Taxa de juros - Exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas e cupons de taxas de juros;
- Em 31 de dezembro de 2019, o saldo exposto à variação do DI era de R\$ 383 milhões.

Premissas:

Fundos

A taxa utilizada para o teste de sensibilidade dos Fundos é resultante da comparação de rentabilidade acumulada proporcional entre Fundos x CDI, encontrado nas informações comerciais do BANRISUL PREMIUM Fundo de Investimento Renda Fixa.

NOTA 22 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO PÓS-EMPREGO A EMPREGADOS

A Banrisul Cartões é patrocinadora da Fundação Banrisul de Seguridade Social e da Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul que, asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

A Fundação Banrisul de Seguridade Social é dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária aos seus participantes, empregados das patrocinadoras e respectivos beneficiários, mediante contribuições específicas, estabelecidas em seus planos e respectivos regulamentos.

A Política Previdencial da Banrisul Cartões executada pela Fundação Banrisul de Seguridade Social, instituída em 29 de janeiro de 1963 em conformidade com a legislação então vigente, tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nºs 108 e 109 de 29 de maio de 2001, demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Fazenda, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, o Estatuto Social da Entidade Gestora e respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios, também em concordância com as Resoluções nºs 3.846/10, 4.275/13, 4.611/17, 4.626/18 e 4.661/18 do CMN, o art. 2º da Resolução nº 4.449/15. No art. 8º, da Resolução nº 4.661/18 do CMN em que é designado pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Pensão o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado para a Gestão dos Investimentos - AETQ, como principal responsável pela gestão, alocação, supervisão e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

Os Planos de Benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar da Banrisul Cartões se fundamentam nos respectivos Regulamentos dos Planos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e, das Patrocinadoras, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial. Todos os Regulamentos são aprovados pelos órgãos legais internos de gestão, pela(s) Patrocinadora(s) e pelos órgãos federais de supervisão e regulação conforme legislação em vigor. Em conformidade com a Instrução Previc nº 10/2018, foi designado pelo Conselho Deliberativo da Fundação Banrisul o Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios - ARPB.

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a consultoria atuarial externa responsável pelos cálculos atuariais dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação Banrisul, a Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da Fundação, e conta com o aval das patrocinadoras dos Planos de Benefícios I e Saldado (modalidade de "benefício definido") e dos Planos FBPREV, FBPREV II e FBPREV III (modalidade de "contribuição variável"), conforme determina a Resolução CNPC nº 30/2018, Instrução Previc nº 10/2018 e Portaria Previc nº 300/2019.

Em razão da instabilidade do Plano de Benefícios I e, na busca de alternativas que resolvessem o problema, a Diretoria Executiva da Fundação Banrisul propôs um Novo Processo de Migração, semelhante ao ocorrido em 2014, para um novo plano de benefícios (FBPREV III) com custos mais estáveis e outras alternativas de recebimento dos benefícios, além da renda vitalícia.

Com a aprovação de um novo processo de migração, por meio da Portaria nº 1.123/2018, da Diretoria de Licenciamento da Superintendência Nacional de Previdência – PREVIC, a Fundação Banrisul iniciou, em 28 de janeiro de 2019, o processo de migração voluntária dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios I (PBI) para Plano de Benefícios FBPREV III (FBPREV III), que é constituído no modelo contribuição variável, sendo contribuição definida pelo participante na fase de acumulação da reserva e o benefício definido por ocasião da sua concessão, podendo ser vitalício ou não, conforme opção do assistido. O referido período de opção no processo de migração foi encerrado em 27 de abril de 2019.

Em junho de 2019, por força dos dispositivos regulamentares, os patrocinadores efetuaram o aporte dos recursos relativos aos incentivos dos patrocinadores ao processo de migração. No caso da Patrocinadora Banrisul Cartões, o valor aportado, calculado na data efetiva de implementação do Plano FBPREV III, 31 de maio de 2019, corrigido pelo INPC e acrescido de juros de 4,86% a.a., é de R\$614, que foi transferido para o novo plano.

Após o processo de migração encerrado em 27 de abril de 2019, apresenta-se a seguir a quantidade de participantes em seus respectivos planos:

Participantes	PBI antes da Migração	PBI após a Migração	Plano FBPREV III
Ativos	-	-	-
Assistidos	35	22	13
Total	35	22	13

(a) Principais Premissas

As principais premissas a seguir foram elaboradas com base nas informações vigentes em 31 de maio de 2019 e 31 de dezembro de 2019 e 2018, sendo revisadas anualmente.

Hipóteses Econômicas – 31/12/2019	Plano PBI (% a.a.)	Plano Saldado (% a.a.)	Plano FBPREV (% a.a.)	Plano FBPREV II (% a.a.)	Plano FBPREV III (% a.a.)	Plano Saúde (% a.a.)	Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
Taxa de Desconto Nominal	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01	7,01
Taxa de Inflação de Longo Prazo	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60
Taxa de Crescimento Salarial	6,25	n/a	8,82	7,93	7,07	n/a	8,82
Crescimento dos Benefícios Concedidos	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	n/a	n/a
Crescimento dos Benefícios Diferidos	3,60	3,60	3,60	3,60	3,60	n/a	n/a
Taxa de Crescimento do Custo Farmácia	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	4,64	n/a

Hipóteses Econômicas – 31/12/2018	Plano PBI (% a.a.)	Plano Saldado (% a.a.)	Plano FBPREV (% a.a.)	Plano FBPREV II (% a.a.)	Plano FBPREV III (% a.a.)	Plano Saúde (% a.a.)	Prêmio Aposentadoria (% a.a.)
Taxa de Desconto Nominal	9,15	9,15	9,15	9,15	-	9,15	9,15
Taxa de Inflação de Longo Prazo	4,00	4,00	4,00	4,00	-	4,00	4,00
Taxa de Crescimento Salarial	7,16	n/a	10,72	8,45	-	n/a	10,72
Crescimento dos Benefícios Concedidos	4,00	4,00	4,00	4,00	-	n/a	4,00
Crescimento dos Benefícios Diferidos	4,00	4,00	4,00	4,00	-	n/a	4,00
Taxa de Crescimento do Custo Farmácia	n/a	n/a	n/a	n/a	-	5,00	n/a

Hipóteses Demográficas em 31/12/2019	Tábua de Mortalidade de Válidos	Tábua de Mortalidade de Inválidos	Tábua de Entrada em Invalidez	Tábua de Rotatividade
Plano PBI	AT-2000 Basic suavizada em 20%, específica por sexo	RRB 1983 desgravada em 50%	Light Fraca, desgravada em 80%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras modificada (+0,30)
Plano Saldado	AT-2000 Basic suavizada em 10% (SOA), específica por sexo	RRB 1983 desgravada em 50%	Light Fraca, desgravada em 80%	Experiência da consultoria atuarial modificada (+0,01)
Plano FBPREV	AT-2000 Basic desgravada em 20%, específica por sexo	RRB 1983 desgravada em 50%	Light Fraca, desgravada em 80%	Experiência da consultoria atuarial modificada (-0,005)
Plano FBPREV II	AT-2000 Basic desgravada em 20%, específica por sexo	RRB 1983 desgravada em 50%	Light Fraca, desgravada em 80%	Experiência da consultoria atuarial modificada (+0,04)
Plano FBPREV III	AT-2000 Basic, específica por sexo	RRB 1983 desgravada em 50%	Light Forte, desgravada em 60%	A probabilidade de rotatividade utilizada para o Plano FBPREV III é de 0,64% linear
Plano Saúde	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV, FBPREV II e FBPREV III.	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV, FBPREV II e FBPREV III.	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV, FBPREV II e FBPREV III.	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV, FBPREV II e FBPREV III. Plano Odontológico e Auxílio Medicamento: experiência da consultoria atuarial modificada (+0,30)
Prêmio Aposentadoria	AT-2000 Basic desgravada em 20%, específica por sexo	Não aplicável	Light Fraca, desgravada em 80%	Experiência da consultoria atuarial modificada (-0,005)

Hipóteses Demográficas em 31/12/2018	Tábua de Mortalidade de Válidos	Tábua de Mortalidade de Inválidos	Tábua de Entrada em Invalidez	Tábua de Rotatividade
Plano PBI	AT-2000 <i>Basic</i> , segregada por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	<i>Light Forte</i> , desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras modificada (+0,10)
Plano Saldado	AT-2000 <i>Basic</i> , segregada por sexo	RRB 1983 desagravada em 50%	<i>Light Fraca</i> , desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial ajustada à experiência das patrocinadoras agravada em 125%
Plano FBPREV	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 <i>Basic</i> desagravada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	<i>Light Fraca</i> , desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial modificada
Plano FBPREV II	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 <i>Basic</i> desagravada em 10%	RRB 1983 desagravada em 50%	<i>Light Fraca</i> , desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial
Plano Saúde	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV	Correspondem àquelas consideradas nos planos: PBI, Saldado, FBPREV II e FBPREV
Prêmio Aposentadoria	AT-2000, específica por sexo, constituída com base na AT-2000 <i>Basic</i> desagravada em 10%	Não aplicável	<i>Light Fraca</i> , desagravada em 60%	Experiência da consultoria atuarial modificada (+0,01)

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em experiência de atuários, ajustadas de acordo com o perfil demográfico dos empregados da Banrisul Cartões.

O valor atual de obrigações de planos de pensão de benefício definido é obtido por cálculos atuariais, que utilizam um conjunto de premissas econômicas, financeiras e biométricas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Banrisul Cartões determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, observando os princípios estabelecidos pela Deliberação nº 695/12 da CVM e Resolução nº 4.424/15 do CMN, à qual é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Banrisul considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, denominados em reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimentos próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 30/2018, combinadas com a Instrução Previc nº 10/2018 e com Portaria Previc nº 300/2019, a Fundação Banrisul de Seguridade Social elabora estudos visando ao estabelecimento do perfil dos vencimentos das obrigações dos Planos de Benefícios com a apuração do duration e outras análises de distribuição do pagamento dos benefícios.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

(b) Descrições dos Planos e Outros Benefícios de Longo Prazo

Plano de Benefícios I (PBI) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e abono anual.

A contribuição normal do participante ativo corresponde a recolhimento de percentuais do salário de participação.

O Plano de Benefícios I foi fechado para novas adesões a partir de julho de 2009.

Plano Saldado (PBS) - os benefícios assegurados por este plano, na modalidade de “benefício definido”, abrangem benefício saldado de aposentadoria, benefício saldado de invalidez, pensão por morte, auxílio-funeral e abono anual.

Não haverá contribuição normal ao plano de benefício saldado e, quando estiver apto a se aposentar, receberá um benefício proporcional ao tempo que contribuiu ao PBI.

Plano FBPREV (FBPREV) - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios de: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 1% a 3% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 1% a 7,5% (intervalos de 0,5%) aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente pelo atuário, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

A Banrisul Cartões contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV II (FBPREV II) - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios de: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio-doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 3% a 5% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% a 10% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente no Plano de Custeio pelo Atuário, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e de 50% das despesas administrativas do plano calculadas em 10% sobre o total das demais contribuições.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

A Banrisul Cartões contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano FBPREV III (FBPREV III) - os benefícios assegurados por esse plano, na modalidade de “contribuição variável”, abrangem benefícios de: a aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, benefício proporcional, auxílio doença, abono anual, benefício mínimo, pensão por morte e auxílio funeral.

A contribuição normal do participante é composta de três parcelas:

- (i) Parcela básica: 3%, 4% ou 5% aplicado sobre o salário de participação;
- (ii) Parcela adicional: pode variar entre 5% a 10% aplicado sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) unidades de referência; e
- (iii) Parcela variável: percentual aplicado sobre o salário de participação, determinado anualmente no Plano de Custeio pelo Atuário, para cobrir 50% dos custos de benefícios de risco e das despesas administrativas do plano.

Além da contribuição normal, o participante poderá efetuar contribuições facultativas, não inferiores a 1 (uma) unidade de referência, não acompanhadas pelo patrocinador.

A Banrisul Cartões contribui paritariamente às contribuições normais dos participantes.

Plano Saúde, Odontológico e Auxílio Medicamento – a Banrisul Cartões oferece planos de saúde e odontológico e auxílio-medicamento, por meio da Cabergs, a seus funcionários ativos e aos aposentados pela Fundação Banrisul.

Prêmio Aposentadoria (Benefício Pós-Emprego) – a Banrisul Cartões concede aos seus funcionários um prêmio por aposentadoria que é pago integralmente na data em que o funcionário se desliga da empresa por aposentadoria.

(c) Principais Riscos Atuariais

A Banrisul Cartões e a Fundação Banrisul de Seguridade Social juntos poderão realizar estudos de confrontação ativo/passivo com o objetivo de buscar operações no mercado financeiro de capitais e de seguros, visando à redução ou eliminação dos riscos atuariais dos Planos.